

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

MESTRADO EM DINÂMICAS DO ESPAÇO HABITADO
DEHA

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**DESENVOLVIMENTO URBANO E TURISMO: UMA
ANÁLISE DA DINÂMICA URBANA EM JEQUIÁ DA
PRAIA, ALAGOAS**

Maria Verônica Lins Palmeira

**MACEIÓ
2007**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO
MESTRADO EM DINÂMICAS DO ESPAÇO HABITADO
DEHA

Maria Verônica Lins Palmeira

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**DESENVOLVIMENTO URBANO E TURISMO:
UMA ANÁLISE DA DINÂMICA URBANA EM
JEQUIÁ DA PRAIA, ALAGOAS**

Orientador: Prof. PhD. Flávio Antônio Miranda de Souza

Catologação na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico
Bibliotecária Responsável: Helena Cristina Pimentel do Vale

P172d Palmeira, Maria Verônica Lins.
Desenvolvimento urbano e turismo: uma análise da dinâmica urbana em Jequiá da Praia, Alagoas. / Maria Verônica Lins Palmeira. – Maceió, 2007.
158 f. : il..

Orientador: Flávio Antônio Miranda de Souza.
Dissertação (mestrado em Arquitetura e Urbanismo : Dinâmicas do Espaço Habitado) – Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Maceió, 2007.

Bibliografia: f. [121]-129.
Apêndices: f. 130-158
Inclui anexos.

1. Desenvolvimento urbano. 2. Turismo. 3. Crescimento urbano.
4. Desenvolvimento urbano – Jequiá da Praia (AL). 5. Turismo – Jequiá da Praia (AL). I. Título.

CDU: 711.4(813.5)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

MESTRADO EM DINÂMICAS DO ESPAÇO HABITADO
DEHA

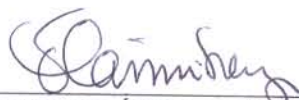
Maria Verônica Lins Palmeira

**DESENVOLVIMENTO URBANO E TURISMO: UMA
ANÁLISE DA DINÂMICA URBANA EM JEQUIÁ DA
PRAIA, ALAGOAS**

Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de
Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal
de Alagoas, como requisito final para a obtenção do
grau de Mestre em Arquitetura e Urbanismo

Aprovada em 09 de novembro de 2007

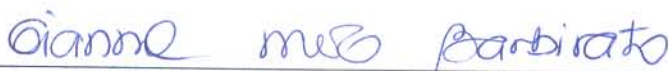
BANCA EXAMINADORA



Prof. PhD. FLÁVIO ANTONIO MIRANDA DE SOUZA
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – UFAL



Prof. PhD. FERNANDO DINIZ MOREIRA
Departamento de Arquitetura e Urbanismo - UFPE



Profª. Dra. GIANNA MELO BARBIRATO
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – UFAL

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho ao meu pai Luiz Alberto N. Palmeira (in memoriam) e à minha tia Maria Tereza, os principais responsáveis pela base que me sustenta.

AGRADECIMENTOS

A Deus e a Nossa Senhora
por me ajudarem a persistir e
concluir mais uma etapa do
meu caminho acadêmico,
profissional e pessoal.

Ao professor e amigo Flávio
de Souza pela paciência e
dedicação para a realização
desta pesquisa.

À população de Jequiá da
Praia e a todos os
entrevistados pelas
informações e pela
receptividade.

À Simone Romão, à Cristina,
à Claudizete, ao Manoel e ao
Oliveira pelos dados
fornecidos.

À professora Regina C.
Marques e à Moana Bastos
pelos dados e pela
oportunidade de participar de
algumas etapas do Plano
Diretor do Município.

À professora Silvana
Calheiros pela
disponibilidade e pela
oportunidade de
aprendizado.

Aos professores Lindemberg
de Araújo, Rodrigo
Ramalho, Márcia Monteiro e
Ana Maria Soares pelas
indicações bibliográficas.

Aos docentes e discentes do
DEHA pelas discussões e
reflexões.

À professora e amiga Ana
Claudia Cavalcanti e ao
Grupo de Estudos de
Problemas Urbanos -
GEPUR.

À amiga Paula Zacarias pela
sintonia.

À minha mãe, aos meus
irmãos, à tia Teca e à
madrinha Jandira.

RESUMO

Esta dissertação está baseada na hipótese de que a discussão sobre desenvolvimento é mais do que um processo para obter crescimento econômico. Nesta perspectiva, o desenvolvimento sustentável têm sido considerado como parte de um mecanismo contínuo que busca promover a justiça social e também uma melhor qualidade de vida para todos os habitantes. O turismo é considerado como alternativa de desenvolvimento para muitos locais, como indica o caso do Estado de Alagoas, adotado pela expansão do turismo em direção ao litoral sul, região onde está situado Jequiá da Praia. A razão para a escolha de Jequiá da Praia, como estudo de caso, está baseada nas várias transformações relacionadas com a construção de um complexo turístico, junto com o crescimento de pequenas unidades hoteleiras, novos empreendimentos locais, e residências de veraneio; previsão de ocupação nas áreas com plantação de coco, e áreas potencialmente desenvolvidas para novos empreendimentos turísticos. Por ser o turismo uma atividade social por excelência, ele pode estar relacionado ao desenvolvimento das cidades turísticas; por isso, o objetivo deste trabalho é compreender se existe relação entre o desenvolvimento urbano e o desenvolvimento da atividade turística, enfocando o caso de Jequiá da Praia, Alagoas. Para atender as implicações de ações de desenvolvimento do turismo na área de estudo pela implementação de novos empreendimentos, realizou-se várias visitas em campo, revisão de mapas, fotografias e outros documentos, bem como a coleta de dados por meio de entrevistas semi-estruturadas aplicadas com empreendedores, população e órgãos públicos representativos, com o intuito de obter informações específicas quanto às atividades de turismo desenvolvidas na região. A análise sugere a existência de possíveis impactos negativos e positivos relacionados com o turismo. O presente estudo confirma que o turismo em Jequiá da Praia não tem sido implementado junto com a distribuição da infra-estrutura urbana necessária e precauções para a promoção de estratégias inclusivas. Uma constatação crucial está relacionada com a implantação da AL-101-Sul, em 1992, que impulsionou a atração de novos investimentos no setor do turismo para toda a Costa Sul do Estado de Alagoas. Os investimentos feitos na área de estudo têm influenciado a transformação da área rural em área urbana quase sem um controle direto por parte do poder público municipal, sendo a região altamente dependente das atividades econômicas locais existentes. O principal aspecto levantado neste estudo está relacionado com o desenvolvimento sustentável das cidades turísticas brasileiras. E para ser proveitosa a combinação potencial do turismo e do desenvolvimento urbano, deve-se levar em consideração principalmente os aspectos econômico, social, ambiental e institucional de desenvolvimento, assim como a melhoria da qualidade de vida e da infra-estrutura urbana nas cidades turísticas.

Palavras-chave: desenvolvimento urbano; turismo; crescimento urbano; Jequiá da Praia-AL.

ABSTRACT

This dissertation is based on the assumption that the issue of development is beyond process of achieving economic development. In this perspective, sustainable development approaches have been considered as part of a continuum mechanism that aims at promoting social justice through development in order to pursue a better quality of life for all inhabitants. Tourism is seen as an alternative for the economic development of many places, as the case of Alagoas state indicates, by adopting an expansion of tourism to the Southern seashore, a region where Jequiá da Praia is situated. The rationale for choosing Jequiá da Praia is based on several transformations related to the construction of a tourist complex, coupled with the growth of smaller hotel units, new development sites, and housing neighborhoods, occupying previous coconut plantation areas, which are potentially developed for new resorts. Taking into consideration that tourism is a social activity, it can be related to the development of tourist towns, therefore, the purpose of this work is to analyze the relationship between urban development and tourism with an emphasis on the case of Jequiá da Praia, Alagoas. In order to address the implications of the development of tourism actions in the study area through the implementation of new developments, several field visits were made, maps and other documents were revised and pictures were taken, as well as data were gathered through semi-structured interviews held with developers, population, public sector personnel, to gather information specific information related to tourism in the region. The findings suggest the existence of potential negative and positive impacts related with tourism. The study presents that the implementation of tourism in Jequiá da Praia has not been implemented coupled with the delivery of the necessary urban infrastructure and the necessary precautions for the promotion of inclusive strategies. A crucial finding is related with the implementation of the AL 101 Sul in 1992, which has propelled the attraction of further investments in the field of tourism for the whole Southern Coast of Alagoas State. The investments made so far in the area of study have influenced the transformation of agrarian land use into urban almost without a direct control on the part of the municipality of Jequiá da Praia, being highly dependent on local economic activities existent in the region. The main aspect raised in this study is related to the sustainable development of Brazilian tourist towns, to take advantage of the potential combination of tourism and urban development, taking into consideration the economic, social, environmental and institutional aspect of development, as well as the improvement of the quality of life and the urban infrastructure in the tourist towns.

Keywords: urban development; tourism; urban growth; Jequiá da Praia-AL.

LISTA DE SIGLAS

BNTM -	Bolsa Nacional de Turismo e Negócios.
CEFET -	Centro Federal de Educação Tecnológica de Alagoas.
CMMAD	Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento.
CNPT -	Centro Nacional de Populações Tradicionais.
DER-AL -	Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Alagoas.
DLIS -	Plano de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável.
FNMA -	Fundo Nacional do Meio Ambiente.
IBAMA -	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.
IBGE -	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
IMA -	Instituto do Meio Ambiente.
IPEMA -	Instituto de Permacultura e Ecovilas da Mata Atlântica.
OMT -	Organização Mundial de Turismo.
ONU -	Organização das Nações Unidas.
PNMT -	Programa Nacional de Municipalização do Turismo.
PRODETUR -	Programa de Desenvolvimento do Turismo.
PRT -	Programa de Regionalização do Turismo.
RESEX -	Reserva Extrativista Marinha da Lagoa do Jequiá.
SETUR -	Secretaria Executiva de Turismo do Estado de Alagoas.
SETURES -	Secretaria Municipal de Turismo e Esportes.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - FAIXA ETÁRIA POPULACIONAL DO MUNICÍPIO DE JEQUIÁ DA PRAIA	51
TABELA 2 - ABASTECIMENTO D'ÁGUA POR UNIDADE DOMICILIAR	59
TABELA 3 - TRATAMENTO D'ÁGUA POR UNIDADE DOMICILIAR	60
TABELA 4 - DESTINO DO ESGOTO	60
TABELA 5 - DESTINO DO LIXO	61
TABELA 6 - ENERGIA ELÉTRICA	62

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - CLASSIFICAÇÃO DE EQUIPAMENTOS TURÍSTICOS	29
QUADRO 2 - POSSÍVEIS IMPACTOS POSITIVOS E NEGATIVOS DO TURISMO	31
QUADRO 3 - OBJETIVOS DAS QUESTÕES APLICADAS AOS ENTREVISTADOS DAS SECRETARIAS DE TURISMO45	
QUADRO 4 - OBJETIVOS DAS QUESTÕES APLICADAS À ENTREVISTADA DA SECRETARIA ESTADUAL DE TURISMO.....	45
QUADRO 5 - OBJETIVOS DAS QUESTÕES APLICADAS AO SECRETÁRIO DE TURISMO E ESPORTES DO MUNICÍPIO	46
QUADRO 6 - OBJETIVOS DAS QUESTÕES APLICADAS AO SECRETÁRIO DE VIAÇÃO E OBRAS DO MUNICÍPIO.46	
QUADRO 7 - OBJETIVOS DAS QUESTÕES APLICADAS AOS EMPRESÁRIOS.	47
QUADRO 8 - GRUPOS DE ENTREVISTADOS DA POPULAÇÃO LOCAL.	47
QUADRO 9 - OBJETIVOS DAS QUESTÕES APLICADAS À POPULAÇÃO DO POVOADO BARRA DE JEQUIÁ.	48
QUADRO 10 - MODIFICAÇÕES OCORRIDAS EM JEQUIÁ DA PRAIA NO PERÍODO DE 1992 A 2006.	82
QUADRO 11 - AÇÕES DO PODER PÚBLICO QUANTO AO CRESCIMENTO URBANO E DO TURISMO EM JEQUIÁ DA PRAIA.....	101
QUADRO 12 - PROVÁVEIS IMPACTOS ESPERADOS QUANTO AOS PRINCIPAIS EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS EM JEQUIÁ DA PRAIA.....	104

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DO MUNICÍPIO DE JEQUIÁ DA PRAIA-AL. ADAPTADO DE IBGE (2005).	50
FIGURA 2 - LOCALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES TURÍSTICAS. ADAPTADO DE IBGE (2002); PDPJP (2006). ...	83
FIGURA 3 - LOCALIZAÇÃO DAS REGIÕES TURÍSTICAS DE ALAGOAS. ADAPTADO DE SETUR (2005).	93

LISTA DE MAPAS

MAPA 1 - MAPA POLÍTICO E RODOVIÁRIO DO ESTADO DE ALAGOAS COM INDICAÇÃO DAS RODOVIAS DE ACESSO AO MUNICÍPIO DE JEQUIÁ DA PRAIA. FONTE: INSTITUTO ARNON DE MELLO (2006).....	55
MAPA 2 - RODOVIAS E VIAS DE ACESSO AO MUNICÍPIO DE JEQUIÁ DA PRAIA - AL. MAPA BASE: IBGE (2002); PDPJP (2006). ADAPTADO PELA AUTORA. ESCALA GRÁFICA.	56
MAPA 3 - RECONSTITUIÇÃO APROXIMADA DA ORIGEM DA ÁREA URBANA DE JEQUIÁ DA PRAIA - AL. MAPA BASE: IBGE (2002). ADAPTADO PELA AUTORA. ESCALA GRÁFICA.	70
MAPA 4 - ÁREA URBANA DO MUNICÍPIO DE JEQUIÁ DA PRAIA EM 1989, ANTERIOR À IMPLANTAÇÃO DA RODOVIA AL-101-SUL. BASEADO EM MARQUES (1989); IBGE (2002).	73
MAPA 5 - ÁREA URBANA DO MUNICÍPIO DE JEQUIÁ DA PRAIA EM 2002, COM DESTAQUE PARA A RODOVIA AL-101-SUL. BASEADO EM IBGE (2002). ADAPTADO PELA AUTORA. ESCALA GRÁFICA.....	74
MAPA 6 - ÁREA URBANA DO MUNICÍPIO DE JEQUIÁ DA PRAIA EM 2006, EM COMPARAÇÃO COM A OCUPAÇÃO EM 1989. BASEADO EM MARQUES (1989); IBGE (2002); PDPJP (2006).....	76
MAPA 7 - LOCALIZAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS TURÍSTICOS NA BARRA DE JEQUIÁ. MAPA BASE: IBGE (2002).	111

LISTA DE FOTOS

FOTO 1 - CABANAS ONDE SÃO GUARDADAS AS JANGADAS E AS REDES DOS PESCADORES, LAGOA JEQUIÁ.	53
FOTO 2 - PESCADOR NA BARRA DE JEQUIÁ (FAZ PARTE DA RESEX).	53
FOTO 3 - OBRA DE PAVIMENTAÇÃO DA ESTRADA DE ACESSO AO POVOADO LAGOA AZEDA.	57
FOTO 4 - RUA PRINCIPAL DO POVOADO BARRA DE JEQUIÁ, PAVIMENTAÇÃO EM EXECUÇÃO.	57
FOTO 5 - PONTE SOBRE A LAGOA JEQUIÁ, CIRCULAÇÃO DE VEÍCULOS DE PEQUENO A MÉDIO PORTE.	58
FOTO 6 - PONTE SOBRE A LAGOA JEQUIÁ, CIRCULAÇÃO DE PEDESTRES FEITA DE MODO PRECÁRIO.	58
FOTO 7 - VISTA DA LAGOA JEQUIÁ.	63
FOTO 8 - VISTA DA IGREJA DE SÃO JOÃO BATISTA E DO CEMITÉRIO, NO POVOADO FRANÇA.	65
FOTO 9 - FACHADA DA IGREJA DE SÃO JOÃO BATISTA, NO POVOADO FRANÇA.	65
FOTO 10 - FACHADA DA IGREJA N. S. DO PILAR, LOCALIZADA NO CENTRO DE JEQUIÁ DA PRAIA.	67
FOTO 11 - VISTA DA FACHADA LATERAL DA IGREJA N. S. DO PILAR E DO CEMITÉRIO.	67
FOTO 12 - VISTA DA CASA GRANDE DO ANTIGO ENGENHO PRATA.	68
FOTO 13 - VISTA AÉREA DO POVOADO LAGOA AZEDA, ISOLADO DA MALHA RODOVIÁRIA ANTES DA RODOVIA.	78
FOTO 14 - TRECHO DA AL-101-SUL, PRÓXIMO AO ACESSO DO POVOADO LAGOA AZEDA.	78
FOTO 15 - VISTA DA LAGOA JEQUIÁ, ZONA URBANA, ÁREA ANTROPIZADA ANTES DA CRIAÇÃO DA RESEX.	80
FOTO 16 - VISTA DA FÓZ DA LAGOA JEQUIÁ ANTES DE 1995.	80
FOTO 17 - VISTA DA FÓZ DA LAGOA JEQUIÁ APÓS 1997.	80
FOTO 18 - VISTA AÉREA DA FÓZ DA LAGOA JEQUIÁ, ANTES DA IMPLANTAÇÃO DO COMPLEXO TURÍSTICO.	81
FOTO 19 - VISTA AÉREA DO NORTE GRANDE: NATUREZA E LAZER., DESTAQUE PARA A MATA CILIAR.	81
FOTO 20 - VISTA DA MARGEM OPOSTA AO EMPREENDIMENTO, DESTAQUE PARA A MATA E A CANA-DE-AÇÚCAR.	81
FOTO 21 - VISTA AÉREA DA IMPLANTAÇÃO DO NORTE GRANDE: NATUREZA E LAZER.	84
FOTO 22 - VISTA DO EMPREENDIMENTO NORTE GRANDE: NATUREZA E LAZER.	84
FOTO 23 - VISTA DO ANCORADOURO E DOS BARCOS QUE TRANSPORTAM OS VISITANTES PELA LAGOA JEQUIÁ.	84
FOTO 24 - BARCOS PARA PASSEIO NO RIO GELADO, AO FUNDO MATA CILIAR, COQUEIROS E CANA-DE-AÇÚCAR.	84
FOTO 25 - RIO GELADO, CUJO ACESSO É FEITO DE BARCO PELA MATA.	84
FOTO 26 - PESQUE-PAGUE, IMPLANTADO JUNTO AO RESQUÍCIO DE MATA ATLÂNTICA.	84
FOTO 27 - VISTA DA PRAIA DE LAGOA AZEDA E AS FALÉSIAS AO FUNDO.	85
FOTO 28 - VISTA AÉREA DO POVOADO LAGOA AZEDA.	86
FOTO 29 - MAR, FALÉSIAS E COQUEIRAS EM LAGOA AZEDA.	86
FOTO 30 - POVOADO LAGOA AZEDA E O AVANÇO DO MAR.	86
FOTO 31 - MAR E FALÉSIAS DE JACARECICA DO SUL.	87
FOTO 32 - VISTA A PARTIR DO ACESSO ÀS FALÉSIAS DE JACARECICA DO SUL.	87
FOTO 33 - VISTAS DAS FALÉSIAS DA PRAIA DE JACARECICA DO SUL.	87
FOTO 34 - Pousada Dunas de Marapé que faz parte do complexo de lazer, em 2003.	88
FOTO 35 - Pousada Duas Barras.	88
FOTO 36 - VISTA DA Pousada e Restaurante Portal dos Coqueiras.	88
FOTO 37 - Condomínio Olivermar.	89
FOTO 38 - Paraíso Bar e Restaurante, em 2003.	89
FOTO 39 - VISTA AÉREA DA BARRA DE JEQUIÁ, COMPLEXO DE LAZER E FÓZ DA LAGOA JEQUIÁ.	89
FOTO 40 - VISTA DA BARRA DE JEQUIÁ, LAGOA, PRAIA E PARTE DOS EQUIPAMENTOS TURÍSTICOS.	89
FOTO 41 - VISTA AÉREA DAS PROPRIEDADES PARTICULARES DA PITUBA.	90
FOTO 42 - VISTA DOS COQUEIRAS E DO MAR DA PITUBA.	90
FOTO 43 - BARRA DE JEQUIÁ, BARCO DE PESCA indo para o mar, terça-feira, às 16 h.	99
FOTO 44 - BARRA DE JEQUIÁ, BARCO PARA TRAVESSIAS DOS VISITANTES PARA A PRAIA, sexta-feira, às 11h.	99
FOTO 45 - Bar e posto de observação do complexo turístico, na foz da lagoa Jequiá.	99
FOTO 46 - Posto de Saúde localizado na área urbana de Jequiá da Praia.	100
FOTO 47 - Técnica Tenerife, destaque para a tábua e a agulha utilizada na confecção das peças.	102
FOTO 48 - Peça feita com a técnica do Tenerife.	102
FOTO 49 - Trecho da AL-420, após um dia de chuva, próximo à localidade Jequiázinho.	110

SUMÁRIO

RESUMO	VI
ABSTRACT	VII
LISTA DE SIGLAS	VIII
LISTA DE TABELAS	IX
LISTA DE QUADROS	IX
LISTA DE FIGURAS	IX
LISTA DE MAPAS	IX
LISTA DE FOTOS	X
INTRODUÇÃO	XIII
1 DISCUSSÃO SOBRE DESENVOLVIMENTO	1
1.1 INTRODUÇÃO	1
1.2 O TERMO DESENVOLVIMENTO.....	1
1.2.1 <i>Abordagens desenvolvimentista e dualista</i>	3
1.2.2 <i>O início da discussão sobre desenvolvimento</i>	4
1.2.3 <i>A evolução do conceito</i>	6
1.3 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	9
1.3.1 <i>As Políticas Sustentáveis do Desenvolvimento</i>	10
1.3.2 <i>A aplicação do conceito</i>	11
1.3.3 <i>Sustentabilidade Urbana</i>	12
1.4 DESENVOLVIMENTO URBANO	13
1.4.1 <i>Espaço Urbano</i>	15
1.4.1.1 <i>Paisagem</i>	16
1.4.2 <i>Dinâmica Urbana</i>	17
1.4.3 <i>O Plano Diretor</i>	19
1.5 CONCLUSÃO	21
2 DESENVOLVIMENTO E TURISMO	22
2.1 INTRODUÇÃO.....	22
2.2 TURISMO E PLANEJAMENTO.....	22
2.2.1 <i>Planejamento Turístico</i>	24
2.2.2 <i>Desenvolvimento Turístico</i>	26
2.3 PROCESSO DE MODIFICAÇÕES PROVOCADAS PELO TURISMO	28
2.3.1 <i>Espaço Turístico</i>	28
2.3.2 <i>Os Possíveis Impactos do Turismo</i>	30
2.3.3 <i>Turismo Excludente ou Incluínte</i>	32
2.4 O CONTEXTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO.....	33
2.5 O TURISMO E O DESENVOLVIMENTO URBANO	38
2.6 CONCLUSÃO	39
3 METODOLOGIA	41
3.1 INTRODUÇÃO.....	41
3.2 ABORDAGEM UTILIZADA NA PESQUISA	41
3.3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	43
3.4 DESENHO DAS ENTREVISTAS	44
3.4.1 <i>Entrevistas com os técnicos</i>	45
3.4.2 <i>Entrevistas com os empresários</i>	47
3.4.3 <i>Entrevistas com a população local</i>	47
3.5 LIMITAÇÕES DA METODOLOGIA	48
3.6 CONCLUSÃO	49
4 JEQUIÁ DA PRAIA: CARACTERIZAÇÃO	50
4.1 INTRODUÇÃO.....	50

4.2	CARACTERÍSTICAS SOCIAIS, GEOGRÁFICAS, ECONÔMICAS E CULTURAIS	50
4.3	INSERÇÃO REGIONAL E INFRA-ESTRUTURA URBANA	54
4.3.1	<i>Inserção regional</i>	54
4.3.2	<i>Infra-estrutura Urbana Existente</i>	57
4.3.2.1	Sistema Viário	57
4.3.2.2	Saneamento	58
4.3.2.3	Energia e Comunicação	62
4.4	EVOLUÇÃO URBANA DE JEQUIÁ DA PRAIA	63
4.4.1	<i>Antecedentes Históricos</i>	63
4.4.2	<i>Primeiras Povoações Urbanas</i>	66
4.4.3	<i>Especialização da Evolução Urbana</i>	69
4.5	CONCLUSÃO	77
5	JEQUIÁ DA PRAIA, DINÂMICA URBANA E TURISMO.....	78
5.1	INTRODUÇÃO	78
5.2	PROCESSO DE MODIFICAÇÕES DE 1992 A 2006	78
5.2.1	<i>Implantação da AL-101-Sul</i>	78
5.2.2	<i>Mudanças Institucionais</i>	79
5.2.3	<i>Implantação de Equipamentos Turísticos</i>	80
5.3	LOCALIDADES COM ATIVIDADES TURÍSTICAS	82
5.3.1	<i>Fazenda Pau Paraíba</i>	83
5.3.2	<i>Lagoa Azeda</i>	85
5.3.3	<i>Jacarecica do Sul</i>	87
5.3.4	<i>Barra de Jequiá</i>	88
5.3.5	<i>Pituba</i>	90
5.4	AS POLÍTICAS PÚBLICAS E O TURISMO NA ÁREA DE ESTUDO	91
5.4.1	<i>Turismo em Alagoas</i>	91
5.4.2	<i>Processo de Implementação das Políticas de Turismo</i>	92
5.5	CONCLUSÃO	96
6	DISCUSSÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	97
6.1	INTRODUÇÃO	97
6.2	ANÁLISE DAS TRANSFORMAÇÕES DO ESPAÇO	97
6.3	AÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO	100
6.3.1	<i>Análise dos Prováveis Impactos Esperados</i>	103
6.3.2	<i>Análise das ações e da possibilidade de planejamento turístico</i>	107
6.4	DESENVOLVIMENTO URBANO E TURISMO	109
6.4.1	<i>Análise da relação entre espaço urbano e espaço turístico</i>	110
6.4.2	<i>Alternativas para o Desenvolvimento</i>	114
6.5	CONCLUSÃO	116
7	CONCLUSÃO	117
7.1	CONSIDERAÇÕES RELEVANTES NO TRABALHO	117
7.2	LIMITAÇÕES DO TRABALHO	118
7.3	IMPLICAÇÕES DOS RESULTADOS	118
7.4	CONCLUSÃO	119
	REFERÊNCIAS.....	121
	APÊNDICES	130
	APÊNDICE A – AGENDA DA ENTREVISTA APLICADA PARA A COORDENADORA DO PRT / ALAGOAS.	131
	APÊNDICE B – AGENDA DA ENTREVISTA APLICADA PARA O SECRETÁRIO DE TURISMO E ESPORTES.	136
	APÊNDICE C – AGENDA DA ENTREVISTA APLICADA PARA O SECRETÁRIO DE VIAÇÃO E OBRAS.	143
	APÊNDICE D – AGENDA DA ENTREVISTA APLICADA PARA OS EMPRESÁRIOS.	149
	APÊNDICE E – AGENDA DA ENTREVISTA APLICADA PARA A POPULAÇÃO LOCAL.	154
	ANEXOS.....	159
	ANEXO A – DECRETO ESTADUAL 5675 DE 03 DE FEVEREIRO DE 1995.	160
	ANEXO B – DECRETO FEDERAL DE 27 DE SETEMBRO DE 2001.	167
	ANEXO C – TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - 31 DE OUTUBRO DE 2000.	169

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento é considerado por muitos como sinônimo de crescimento econômico (FURTADO, 2003; TODARO, 1981). Porém, pode haver um equívoco nessa relação, pois desenvolvimento econômico, aumento da capacidade de uma sociedade produzir mais bens e, de uma maneira melhor de modo a satisfazer necessidades humanas, não necessariamente tem levado a um meio para atingir o desenvolvimento em si, uma vez que este é um processo de mudança para melhor. E deve ser buscado no sentido amplo do termo para que seja proativo, ou seja, conduza à justiça social e a uma melhor qualidade de vida para as pessoas.

O turismo vem sendo apresentado como sinônimo de desenvolvimento para as cidades. Porém, tem sido proposto geralmente como uma alternativa econômica (BARRETO, 2000; RODRIGUES, 1999a) em detrimento dos condicionantes sociais, ambientais e institucionais. Aponta-se que pode haver uma relação entre desenvolvimento urbano e turismo, tanto no aspecto físico como social da cidade, e que essa precisa ser considerada na elaboração e implementação de políticas de desenvolvimento das cidades turísticas.

De acordo com Paiva (1995) existe uma interdependência entre turismo e espaço urbano, tanto em virtude dos efeitos dos fluxos de pessoas sobre o espaço urbano como em virtude do turismo requerer equipamentos de consumo coletivo e lazer turístico que passam a transformar o espaço. Tal transformação possibilita um processo de valorização do uso do solo urbano e de segregação de populações que não têm acesso aos serviços oferecidos. Fato que já acontece nas cidades litorâneas brasileiras nas quais a população trabalhadora local precisa disputar as terras com o mercado imobiliário de veraneio (MARICATO, 2001).

Em Alagoas, o turismo também é considerado como uma alternativa de desenvolvimento econômico. Além da presença do turismo na cidade de Maceió, sua ocorrência tem-se verificado ao Norte e ao Sul do litoral do Estado. Há uma tendência de expansão do turismo no litoral Sul alagoano, região onde se localiza o município de Jequiá da Praia, escolhido como área de estudo devido às modificações que aconteceram no espaço urbano, como a implantação de equipamentos turísticos, e o aumento da quantidade de residências de veraneio. E pela tendência do surgimento de

loteamentos e urbanização desordenada nas atuais áreas de plantio de coco e a possibilidade de implantação de novos empreendimentos turísticos.

Considera-se que o turismo pode estar relacionado ao desenvolvimento das cidades turísticas, por isso o **objetivo geral** deste trabalho é compreender se existe relação entre o desenvolvimento urbano e o desenvolvimento da atividade turística, enfocando o caso de Jequiá da Praia – AL. Os **objetivos específicos são**: 1) analisar a dinâmica urbana em Jequiá da Praia 2) investigar as implicações de políticas públicas relativas ao desenvolvimento do turismo na área de estudo, de modo a apontar alternativas para o desenvolvimento da cidade analisada.

Para tanto, foi necessária uma revisão bibliográfica sobre o tema. Após esta revisão, foram obtidos os conceitos e o embasamento teórico necessários para a referida análise, que utilizou, também, o mapeamento das atividades turísticas, e a investigação e apontamento das implicações de políticas públicas relativas ao desenvolvimento do turismo no município de Jequiá da Praia - AL.

Para atender aos objetivos, foram necessárias visitas em campo; elaboração e aplicação de entrevistas com a população, com empresários e órgãos públicos representativos; busca de informações específicas com órgãos públicos e especialistas na área de turismo; organização e tratamento dos dados e informações obtidos, através da descrição e discussão dos dados e análise dos resultados obtidos.

Essa dissertação está estruturada em três partes. A primeira parte corresponde ao marco teórico, abordando questões referentes ao tema desenvolvimento, correspondentes aos Capítulos um e dois. Na segunda parte apresenta-se a metodologia de abordagem ao tema (Capítulo Três), descrevendo os procedimentos utilizados para a análise do estudo de caso (Capítulo Quatro e Cinco). Finalmente, na parte três, constam as análises e discussão do estudo de caso (Capítulo Seis), onde são apontadas as conclusões, suas implicações para as políticas públicas e estudos futuros (Capítulo Sete).

No primeiro capítulo foram abordados temas referentes ao desenvolvimento urbano, onde se inicia a discussão sobre a teoria do desenvolvimento e a evolução do conceito até seu uso mais freqüente — desenvolvimento sustentável. Especificamente sobre o desenvolvimento urbano, trata-se sobre questões referentes ao espaço urbano, à dinâmica urbana e aponta-se a importância do Plano Diretor para possibilitar esse desenvolvimento.

O Capítulo Dois complementa o marco teórico com temas referentes à relação entre desenvolvimento e turismo, com uma abordagem voltada para o desenvolvimento das cidades turísticas. Inicia-se com os conceitos e posicionamentos acerca do turismo e as questões referentes ao seu planejamento e seu desenvolvimento. Em seguida são apresentadas as modificações que acontecem com a implantação do espaço turístico, sendo estas distribuídas em possíveis impactos positivos e negativos. Por fim trata-se das políticas públicas de turismo e discute-se a relação entre o turismo e o desenvolvimento urbano.

O Capítulo Três é composto pela metodologia de abordagem ao tema, onde são descritos os procedimentos utilizados para a análise do estudo de caso. Apresenta-se o ponto de vista sobre os temas abordados e o porquê da escolha do método indutivo para a referida análise. São apresentadas as questões que nortearam a realização das entrevistas, assim como a maneira como foram conduzidas. Aponta-se no final do capítulo as limitações da metodologia utilizada neste estudo.

No Capítulo Quatro é apresentado o estudo de caso em Jequiá da Praia, onde se caracteriza a cidade estudada a partir de dados sociais, geográficos, econômicos, culturais e históricos. Mostra-se as informações quanto à inserção regional e as características da infra-estrutura-urbana existente, ou seja, os dados referentes ao sistema viário, saneamento, energia e comunicação. E descreve-se o processo histórico através de relatos e mapas que representam a espacialização da evolução urbana.

No Capítulo Cinco descreve-se o desenvolvimento da atividade turística em Jequiá da Praia a partir das transformações que vêm ocorrendo na dinâmica urbana local, com base no recorte temporal 1992-2006. São identificadas as localidades onde as atividades turísticas começam a se desenvolver, com a indicação dos equipamentos turísticos existentes. E trata-se do processo de implementação das políticas públicas de turismo na área de estudo.

O Capítulo Seis é formado pela discussão e análise do estudo de caso, onde são debatidos os resultados obtidos a partir das entrevistas e se busca responder às questões colocadas nos objetivos deste trabalho. Tais objetivos são referentes à análise da dinâmica urbana, às possibilidades do desenvolvimento e planejamento turístico através das políticas públicas e à relação entre desenvolvimento urbano e turismo. Aponta-se também algumas alternativas para o desenvolvimento da cidade analisada.

No Capítulo Sete, são apresentadas as considerações sobre a consecução dos objetivos propostos, sintetizando os resultados e a análise de todo o trabalho. São apontadas as limitações, as implicações dos resultados (estudos futuros, práticas profissionais e de políticas públicas) e as conclusões do trabalho. Aponta-se também para a relevância do estudo e para a necessidade da discussão sobre desenvolvimento urbano e turismo.

Este estudo consiste na realização de uma investigação sistemática acerca da relação do desenvolvimento urbano e da atividade turística. E ressalta a importância dos desenvolvimentos econômico, social, ambiental e institucional, assim como, a melhoria da qualidade de vida e da infra-estrutura urbana nas cidades turísticas. A sua relevância está em compreender o processo de transformação do espaço urbano e poder assim apontar alternativas de desenvolvimento.

1 DISCUSSÃO SOBRE DESENVOLVIMENTO

1.1 INTRODUÇÃO

O desenvolvimento é considerado o resultado do crescimento das cidades e das atividades turísticas. Porém, tal posicionamento parece priorizar os aspectos econômicos, em detrimento dos condicionantes sociais, ambientais e institucionais. Trata-se neste capítulo das abordagens, discussão e evolução do conceito de desenvolvimento, para em seguida discutir sobre o princípio de sustentabilidade em relação às políticas e ao espaço urbano; este junto com a dinâmica urbana e o plano diretor complementam a discussão sobre o desenvolvimento das cidades.

1.2 O TERMO DESENVOLVIMENTO

Para falar do desenvolvimento, torna-se necessária uma introdução às principais correntes de pensamento que o antecederam. Inicia-se com o positivismo e o evolucionismo, que estão relacionadas, uma com o reconhecimento da existência de princípios reguladores¹ do mundo físico e do mundo social e a outra com a idéia de que a humanidade seria composta por diferentes espécies humanas em diferentes etapas de desenvolvimento do processo evolutivo. Ambas acreditavam que as culturas passavam pelos mesmos estágios, numa mesma linha de evolução social (COSTA, 1997).

Havia duas principais linhas de pensamento que dominaram a literatura sobre desenvolvimento econômico no séc. XX: a primeira é formada pelas teorias dos ‘estágios de crescimento econômico’², da década de 1950 e começo da década de 1960. E a outra é formada pelas teorias ‘estruturalistas – internacionais’³, do final da década de 1960 e começo da década de 1970 (TODARO, 1981).

Retomando às correntes de pensamento, pode-se dizer que o evolucionismo era caracterizado pelo eurocentrismo, sociedade européia como modelo e padrão, e pelo etnocentrismo, uma raça como modelo e padrão. Para eles existiriam dois tipos de formações sociais, e a história seria um processo inexorável e natural que transformaria as sociedades ‘primitivas’ em ‘complexas’. Sabe-se hoje que existem diferentes formas de organização social e que a relação entre elas não é de diferentes graus de evolução,

¹ Tais princípios reguladores seriam a exaltação à coesão social e à harmonia entre os indivíduos (COSTA, 1997).

² Corrente de pensamento baseada nos princípios desenvolvimentistas.

³ Na visão estruturalista-internacional está implícita a noção de um mundo formado por sociedades duais.

mas de complementaridade. As relações de dominação é que explicam as diferenças e o processo de transformação que não é natural e tampouco constante (COSTA, 1997).

As teorias dos estágios de crescimento econômico parecem ser baseadas nos princípios do positivismo e do evolucionismo, uma vez que tais teorias apresentam o processo de desenvolvimento como uma série de estágios sucessivos pelos quais todos os países deveriam passar e que seriam atingidos através de poupança, investimentos e ajuda financeira dos países já desenvolvidos, com o intuito de fazer com que as nações do terceiro mundo seguissem o mesmo caminho histórico percorrido pelos países mais desenvolvidos. O que faz do desenvolvimento um sinônimo de crescimento econômico (TODARO, 1981; COSTA, 1997).

Entre as correntes de pensamento que influenciaram as teorias sobre desenvolvimento estão o funcionalismo e o estruturalismo. O primeiro definiu o conceito de função como a resposta de uma cultura a necessidades básicas do homem (alimentação, defesa e habitação) e fez com que as sociedades não-européias fossem estudadas naquilo que lhes é próprio e específico. O segundo usa o conceito de estrutura social, uma construção teórica que dá sentido aos dados empíricos; organiza, conecta e relaciona as diversas instâncias, estabelecendo as múltiplas relações entre os elementos, os grupos e as instituições. Ambos eram essencialmente sincrônicos,⁴ mas enquanto o primeiro deu pouca ênfase ao princípio das transformações sociais, o segundo acrescentou este princípio às suas análises (ibid., 1997).

As teorias estruturalistas-internacionais parecem baseadas na junção dos princípios do funcionalismo e do estruturalismo, pois enfatizam pouco o crescimento e tendem a enfatizar as reformas estruturais e institucionais (internas e internacionais) como necessárias para erradicar a pobreza absoluta, expandir as oportunidades de emprego, reduzir as desigualdades de renda e elevar os níveis gerais de vida: saúde, educação, enriquecimento cultural (TODARO, 1981).

Os funcionalistas deixaram de revelar as desigualdades existentes no contato entre culturas e se preocuparam principalmente com as forças de integração social, sem destacar os conflitos sociais e tratavam das sociedades primitivas, complexas e das sociedades não-capitalistas que eram vistas por eles como diferentes, mas não como atrasadas. Já os estruturalistas consideravam a existência de diferentes sociedades, classificando-as como simples ou tradicionais; complexas ou modernas; capitalistas e

⁴ Fatos que ocorrem ao mesmo tempo, fatos contemporâneos.

não-capitalistas⁵. Estes não propunham nenhuma lei ou princípio explicativo que regulasse a passagem de uma estrutura mais simples para outra mais complexa, e sim partiam do princípio de que cada sociedade deve ser analisada em sua especificidade e não como um estágio de um processo único de desenvolvimento (COSTA, 1997).

Após refletir sobre essas correntes de pensamento, pode-se compreender melhor o contexto no qual surgiu o uso do termo desenvolvimento. Porém para entender a discussão sobre desenvolvimento, torna-se necessário conhecer suas abordagens.

1.2.1 Abordagens desenvolvimentista e dualista

Existem duas abordagens sobre o desenvolvimento: a desenvolvimentista e a dualista. O desenvolvimentismo, um novo tipo de evolucionismo, vê as diferenças entre as sociedades não mais como de natureza, mas de grau de desenvolvimento. As sociedades eram, então, identificadas como ‘desenvolvidas’, ‘semidesenvolvidas’ e ‘pré-capitalistas’, num processo contínuo de evolução. Enquanto o dualismo⁶ prega que existiriam duas estruturas, uma desenvolvida⁷ e a outra atrasada⁸ (ibid., 1997).

De acordo com Todaro (1981) o dualismo é amplamente discutido na economia para o terceiro mundo, pois é um conceito que representa as divergências crescentes entre nações e pessoas ricas e pobres. E compreende quatro elementos-chave, sendo estes: diferentes condições, entre grupos superiores e inferiores, que coexistem no mesmo espaço e ao mesmo tempo; coexistência crônica e não-transitória como a pobreza e a riqueza; tendência de crescimento entre os graus de superioridade e inferioridade; inter-relações entre os superiores e inferiores que não leva a uma elevação destes últimos e pode sim depreciá-los ainda mais.

Segundo Costa (1997), os desenvolvimentistas analisam as diversas sociedades como representando diferentes estágios de uma mesma e necessária história. Enquanto os dualistas pensam essas sociedades como estruturas duais, uma fase de transição que varia seja quanto à duração, seja quanto às suas manifestações particulares. Nas duas

⁵ Para os estruturalistas a diferença entre as sociedades capitalista e as não-capitalistas seria explicada pela história de cada sociedade e pela relação que estas mantêm com o meio natural e social (COSTA, 1997).

⁶ De acordo com Guannagé (apud COSTA, 1997) dualismo é toda cisão toda justaposição que se estabelece entre uma região e o resto do território, entre dois sistemas e setores, entre grupos sociais.

⁷ Representada por crescimento industrial, expansão urbana, sistema de comunicações amplo e diversificado, alta produtividade e avanço tecnológico (COSTA, 1997).

⁸ Formada pela existência de pequenas cidades, produção eminentemente agrária, níveis de renda inferiores, baixa produtividade e dispersão demográfica (COSTA, 1997).

formas de análise, o desenvolvimento é visto como alvo a ser alcançado pelas sociedades e como fim natural dos processos de mudança social.

1.2.2 O início da discussão sobre desenvolvimento

Até fins do séc. XIX, com a Revolução Industrial, as poucas sociedades que sofreram inicialmente mudanças nos seus processos técnicos e nas formas de divisão do trabalho causaram impactos em outras (FURTADO, 2003). Segundo o mesmo autor, o subdesenvolvimento é uma criação do desenvolvimento e não uma fase do processo, estes são dois aspectos do mesmo processo histórico, que está relacionado à criação e à forma de difusão da tecnologia moderna. Antes da década de 1950 não era utilizado o termo subdesenvolvimento (GONZÁLEZ, 1988), nem a categoria terceiro mundo⁹.

Quanto às raízes da reflexão sobre o desenvolvimento, Sachs (2000) diz que este surge como uma disciplina, independente a partir dos anos de 1940, e que teria sido o artigo de Paul Rosenstein-Rodan, publicado em 1943, sobre a industrialização da Europa do Sul e da Europa Oriental o ponto de partida para esta reflexão. Neste período se discutia sobre como seria a reconstrução da Europa após o término da 2ª Guerra Mundial, ou seja, havia uma preparação para o Pós-Guerra, na qual o desemprego era uma das principais preocupações.

As sociedades industriais passaram por um processo de introdução crescente de inovações tecnológicas nas formas de produção, o que provocou desorganização das atividades artesanais preexistentes e conseqüentemente a formação da classe operária; concentração de riqueza e do poder de decisão econômica, e rápida urbanização. Os modos tradicionais de produção foram substituídos pelo uso de equipamentos, que tiveram os preços reduzidos e o aumento da aplicação a várias atividades produtivas, devido às inovações tecnológicas propiciadas pelas indústrias de bens de capital (FURTADO, 2003).

Assim, o rápido progresso tecnológico, a forte emigração para as novas áreas de colonização e o declínio da taxa de natalidade, favoreceram a absorção do excedente de mão-de-obra gerado pela desorganização da produção artesanal. Além disso, o ritmo de acumulação de capital era elevado, o que levou a classe trabalhadora a se organizar e disputar os frutos do aumento de produtividade causado pelo avanço tecnológico.

⁹ O termo países em desenvolvimento passou a ser usado por volta do séc. XXI, provavelmente como uma referência aos estágios de desenvolvimento teorizado pelos desenvolvimentistas.

Houve distribuição de renda e repartição da carga fiscal, que aumentou a poupança e gerou capital reprodutível através do investimento. A classe trabalhadora teve acesso ao desenvolvimento através da elevação dos salários e pela redução de horas na jornada de trabalho (ibid., 2003).

Era necessário criar as condições para que as nações recém-criadas pudessem ingressar no contexto das relações econômicas internacionais, através de sistemas modernos de transportes e de comunicação; mecanização da produção agrícola e formas de explorar os recursos naturais e as fontes de energia. Nesse processo de internacionalização do capitalismo industrial, as nações passaram a ser classificadas de acordo com os índices econômicos que as diferenciavam como “avançadas” ou “atrasadas”, e as diferenças estariam na velocidade do processo e no volume dos resultados alcançados (COSTA, 1997).

Nos países subdesenvolvidos, observa-se um crescimento econômico com características totalmente distintas das sociedades industriais. Houve uma fase de elevação da produtividade econômica sem modificações relevantes nas formas de produção, o que levou à tentativa de diversificação das estruturas econômicas para garantir a continuação do crescimento econômico mesmo com o constante crescimento demográfico. A industrialização ocorreu mediante a substituição das importações e através da assimilação da tecnologia resultante do progresso dos países desenvolvidos (FURTADO, 2003).

No séc. XX, de acordo com Costa (1997), surge a sociologia do desenvolvimento¹⁰, devido à internacionalização do capitalismo e da industrialização, que levaram à transformação de antigas colônias em parceiros de novos contratos econômicos. Tal período é caracterizado pela capitalização de recursos, aumento do consumo, necessidade de barateamento do custo da matéria-prima, e da força de trabalho, que pressionavam as potências industriais a expandirem sua estrutura econômica para outros países. As novas nações tiveram que organizar um aparato de Estado capaz de implementar políticas econômicas voltadas para o desenvolvimento do capitalismo industrial.

As transformações sociais provocadas pela assimilação da tecnologia nos países subdesenvolvidos são muito diferentes daquelas que caracterizam o avanço do

¹⁰ A sociologia do desenvolvimento, uma das principais preocupações da sociologia no Brasil, diz respeito especificamente à maneira como foram estudadas as mudanças econômicas e sociais dos países do terceiro mundo (COSTA, 1997).

capitalismo nas nações industrializadas desde o séc. XIX. O progresso tecnológico é orientado no sentido de poupar mão-de-obra, e conseqüentemente aumenta a produtividade do trabalho, amplia o excedente estrutural de mão-de-obra e diminui as remunerações. Nos países desenvolvidos, a busca pelo acesso aos frutos dos aumentos de produtividade e participação nos centros de comando do Estado era facilitada pelo avanço tecnológico. Enquanto nos países subdesenvolvidos a pressão é para ter acesso ao mercado de trabalho, um conflito gerado pelo progresso tecnológico, cuja solução deve ser buscada na política (FURTADO, 2003).

1.2.3 A evolução do conceito

Com o passar do tempo, o desenvolvimento tem sido atribuído a vários significados. Primeiro, por volta das décadas de 1950 e 1960, definido em termos estritamente econômicos, significou “a capacidade de uma economia nacional [...] de gerar e manter um crescimento anual de seu produto nacional bruto [PNB] a uma taxa de cerca de 5% a 7% ou mais” (TODARO, 1981, p.164). Questões relacionadas à pobreza, desemprego e distribuição de renda tinham importância secundária na tarefa de obter o crescimento.

Depois que algumas nações alcançaram as metas de crescimento global, percebeu-se que os níveis de vida das massas populacionais não tinham sido alterados e por isso havia um erro na definição restrita de desenvolvimento. A partir daí, a redistribuição do crescimento tornou-se um lema comum, pois “o desenvolvimento econômico foi redefinido em termos de redução ou eliminação da pobreza, da desigualdade e do desemprego, dentro de um contexto de uma economia em crescimento” (ibid., 1981, p.165).

Apesar de ser apresentado como um conceito atrelado principalmente à economia, e esta, por sua vez, como sinônimo de suas práticas, o desenvolvimento passou a ser visto de outra forma nos anos de 1960 e 1970, quando os cientistas sociais preocuparam-se com o crescimento das populações marginais na América Latina. Isso devido à tomada de consciência de que o desenvolvimento econômico provocava problemas sociais, tornando-se evidente que esse não se fazia acompanhar de um correspondente desenvolvimento social (MARTINS, 2001, p. 33).

Por não ser um fenômeno puramente econômico, o desenvolvimento deve abranger mais que o lado financeiro e material da vida das pessoas, pois o progresso

econômico é um componente essencial, mas não o único. Surge então uma nova posição acerca do desenvolvimento que o vê como “um processo multidimensional que envolve mudanças em estruturas, valores e instituições bem como a aceleração do crescimento econômico, a redução da desigualdade e a erradicação da pobreza absoluta” (TODARO, 1981, p.166).

Foi na década de 1970 que se tentou implantar o modelo denominado de desenvolvimento inclusivo. Segundo Ribeiro (2001), este modelo seguia os moldes do fordismo europeu ou americano, no qual os crescentes ganhos de produtividade permitiam a extensão das benesses do crescimento econômico para parcelas significativas da população, através do aumento real dos salários e pelas garantias e suportes oferecidos pelo Estado. Porém o referido autor ressalta que havia um lado excludente, uma vez que o crescimento econômico não atendia a toda a população, pois:

A modernização efetuada desencadeou um quadro de tensões sociais significativas no campo da organização sindical e da mobilização em torno das condições de vida, acarretando uma acirrada disputa em torno dos benefícios gerados pela ação do Estado (ibid., 2001, p.149).

Com o passar do tempo, a reflexão sobre desenvolvimento é incorporada às ações da Organização das Nações Unidas-ONU e com isso o conceito vai ficando cada vez mais complexo:

[...] No começo a idéia era que o crescimento econômico iria trazer todas as outras coisas. Depois se falou do crescimento econômico e do desenvolvimento social. Em seguida, agregou-se a dimensão cultural. Depois [...] a partir de 1972, com a Conferência de Estocolmo, agregou-se a dimensão ambiental e toda a conceituação do desenvolvimento sofreu uma grande transformação (SACHS, 2000, p.28).

O desenvolvimento tem como objetivos: (1) aumentar a disponibilidade e ampliar a distribuição de bens básicos para a manutenção da vida; (2) elevar níveis de vida — renda, empregos, educação, valores culturais e humanísticos — para aumentar o bem-estar material e gerar maior auto-respeito; (3) expandir a gama de escolha econômica e social, libertando os indivíduos e nações da servidão e dependência. E representa “tanto uma realidade física quanto um estado de espírito, no qual a sociedade assegurou, através de certa combinação de processos econômicos, sociais e institucionais, os meios de obter uma vida melhor” (TODARO, 1981, p.168).

Cada vez mais, várias dimensões são atribuídas ao desenvolvimento — econômica, social, ambiental, cultural, política — que aparece como um conceito pluridimensional, não sendo visto mais como dominado pela economia. É preciso ficar

claro que a economia tem uma função instrumental, ou seja, é o meio e não o fim, e que os objetivos econômicos são fundamentais, mas não os mais importantes. Ressalta-se, porém que a economia continua sendo uma disciplina importante para o estudo do desenvolvimento (SACHS, 2000).

O desenvolvimento apresenta como valores centrais: a manutenção da vida, o auto-respeito e a liberdade. O primeiro corresponde à capacidade de prover as necessidades básicas, tais como alimentação, abrigo, saúde, proteção. O segundo se refere ao respeito buscado pelas pessoas e pelas sociedades para não se deixar ser usado em benefício de outros. E o terceiro significa ter autonomia para escolher em relação à emancipação de condições materiais alienantes de vida e liberdade da servidão social (TODARO, 1981).

O desenvolvimento “ é um processo incessante de busca por mais justiça social e melhor qualidade de vida para o maior número possível de pessoas” (SOUZA, M., p.100), é quando um sistema social afasta-se de uma condição de vida insatisfatória em busca de melhores condições de vida. Porém para corresponder a uma mudança para melhor o primeiro passo é ter como prioridade básica a elevação dos níveis de vida da população¹¹, através da economia, que tem um papel importante no processo de desenvolvimento, desde que esta seja aliada ao auto-respeito e à liberdade de escolha (TODARO, 1981).

Deve-se buscar o desenvolvimento no sentido amplo do termo e para tanto a alternativa seria integrar desenvolvimentos econômico, social, ambiental e institucional, através de políticas socialmente inclusivas, ambientalmente responsáveis e economicamente justas (ABAKERLI, 2004). Pois como dizia Joseph Lebret (apud SACHS, 2000, p.33), “o desenvolvimento é a construção de uma civilização do ser na partilha justa do ter”.

Confirma-se então a inviabilidade do modelo de desenvolvimento econômico praticado desde a era industrial, no qual os recursos naturais, hoje em iminente escassez, eram descartados após serem utilizados. E reforça-se a afirmação feita por Veiga (2002), de que “a velha utopia industrialista não é mais sustentável”. No séc. XX, o desenvolvimento parece começar a ser substituído por um novo paradigma, denominado de desenvolvimento sustentável.

¹¹ Todaro (1981), destaca que baixa produtividade, baixas rendas e baixos níveis de vida são fenômenos que se reforçam mutuamente.

1.3 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Os questionamentos quanto aos limites do desenvolvimento mundial foram-se repercutindo, a partir da década de 1960, principalmente em relação aos riscos de degradação do meio ambiente. Na década de 1980, a discussão que inicialmente era sobre ecodesenvolvimento aos poucos foi sendo substituída pelo conceito de desenvolvimento sustentável. Este passou a ser divulgado a partir da publicação, em 1987, do relatório “Nosso futuro comum” ou relatório Brundtland, como é mais conhecido, elaborado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento da ONU (ACSELRAD, 2001; BARBIERI, 1997).

O desenvolvimento sustentável é aquele que “atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades” (CMMAD, 1991, p.46) e com base nisso o seu conceito é sintetizado da seguinte forma:

Em essência, o desenvolvimento sustentável é um processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender às necessidades e aspirações humanas (id., 1991, p.49).

A idéia de desenvolvimento sustentável apóia-se em três pilares, sendo estes as dimensões econômica, social e ambiental. E são atribuídas mais duas: a cultural e a espacial, às três já citadas (SACHS apud SENNA, 2004).

O desenvolvimento ocorre a partir de uma transformação progressiva da economia e da sociedade. Mas para ser sustentável torna-se necessário que as políticas considerem a possibilidade de mudanças quanto ao acesso aos recursos e à distribuição de custos e benefícios. É preciso minimizar os impactos sobre a qualidade dos elementos naturais, a fim de manter a integridade global do ecossistema. O que poderá ocorrer a partir da criação de estratégias que substituam os principais processos de crescimento, através de mudanças na política de cada país (CMMAD, 1991).

Ressalta-se que o Desenvolvimento para ser sustentável deverá ser realizado no seu sentido social mais amplo (AMBROSE, apud VALENÇA, 2002). Enquanto Souza M. (2003) chama a atenção para o fato de que o desenvolvimento social abrange a totalidade social em suas várias dimensões: economia, política e cultura, mas que falta a dimensão espacial da sociedade. Torna-se necessário para a análise e formulação de estratégias para a superação de problemas, não-somente a consideração das várias dimensões que compõem as relações sociais, mas também uma visão de como essas

relações se configuram no espaço; o que se denomina de desenvolvimento sócio-espacial.

1.3.1 As Políticas Sustentáveis do Desenvolvimento

O relatório Brundtland aponta que os principais objetivos das políticas que derivam desse conceito são: retomar o crescimento; alterar a qualidade do desenvolvimento; atender às necessidades essenciais de emprego, alimentação, energia, água e saneamento; manter um nível populacional sustentável; conservar e melhorar a base de recursos; reorientar a tecnologia e administrar o risco; incluir o meio ambiente e a economia no processo de tomada de decisões (CMMAD, 1991).

A necessidade da retomada de crescimento refere-se aos países em desenvolvimento, onde há uma ligação direta entre o crescimento econômico, o alívio da pobreza e as condições ambientais. Mas é necessário mudar o teor do crescimento, em todos os países, para torná-lo menos intensivo de matérias-primas e energia e mais equitativo em seu impacto. Para tanto é preciso considerar a melhoria ou a deterioração da reserva de recursos naturais na mensuração do crescimento e haver uma visão das necessidades e do bem-estar humano que incorpora variáveis não-econômicas como educação e saúde, água e ar puros, e a proteção de belezas naturais. Pois “o desenvolvimento econômico e o desenvolvimento social podem e devem apoiar-se mutuamente” (ibid., 1991, p.58).

Atender às necessidades essenciais de emprego, alimentação, energia, água e saneamento e às aspirações das pessoas mesmo diante do crescimento da população mundial é o principal desafio do desenvolvimento. Manter um nível populacional sustentável significa estabilizar o tamanho da população num nível coerente com a capacidade produtiva do ecossistema, o que contribuirá para o desenvolvimento social e facilitará a administração das cidades. A urbanização faz parte do desenvolvimento, mas é necessário controlar o processo e evitar uma séria deterioração da qualidade de vida, com o incentivo à criação de centros urbanos menores, de modo a reduzir as pressões sobre as grandes cidades (ibid., 1991).

É necessário melhorar e conservar a base de recursos para as populações menos-favorecidas e reorientar a tecnologia. Aliado a isso, administrar o risco através da ampliação da capacidade de inovação tecnológica nos países em desenvolvimento, com atenção para os fatores ambientais que deveriam nortear os processos de invenção de tecnologias alternativas e de escolha e adaptação de tecnologias importadas. Uma vez

que “os riscos ambientais resultantes de decisões tecnológicas e desenvolvimentistas recaem sobre os indivíduos e as áreas que têm pouca ou nenhuma influência sobre estas decisões” (ibid., 1991, p.66).

É necessário incluir o meio ambiente e a economia no processo de decisão, mas para que isso ocorra será preciso superar a fragmentação setorial de responsabilidades e reconhecer a importância dos vínculos intersetoriais que criam contextos de interdependência econômica e ecológica. Responsabilidades mais amplas dependem de mudanças nas estruturas legais e institucionais que reforcem o interesse comum, este requer a participação das comunidades locais principalmente nas decisões que afetam o meio ambiente, como no caso de projetos que trariam grande impacto (ibid., 1991).

Em 1992, durante a Eco-92, foi lançado um programa para o séc. XXI em que cerca de 172 países, entre eles o Brasil, propuseram uma mudança no modelo de desenvolvimento e na forma como o planeta, os países, os municípios vêm sendo ocupados. Este programa, que recebeu o nome de Agenda 21, “é um instrumento de planejamento para a construção de sociedades sustentáveis, que concilia métodos de proteção ambiental, justiça social, eficiência econômica e fortalecimento institucional”. E propõe desdobramentos nos níveis global, nacional e local (IPEMA, 2006).

A Agenda 21 Brasileira - Bases para Discussão é um documento resultante do início do processo de incorporação do conceito de sustentabilidade ao desenvolvimento brasileiro, que busca subsidiar as iniciativas de elaboração das agendas locais e forma “um elenco de diagnósticos e propostas de estratégias e ações, que tem como um de seus principais méritos a explicitação de conflitos” (NOVAES, 2000, p. 9).

1.3.2 A aplicação do conceito

Adequar o conceito à prática é o ponto-chave para alcançar um outro desenvolvimento, o sustentável. De acordo com Senna (2004), para que isso ocorra, serão necessárias mudanças no comportamento e nos processos produtivos e de consumo, através das ações do poder público, da iniciativa privada e da tomada de consciência global que favorecerão um processo de discussão, envolvimento e comprometimento da sociedade como um todo.

No entanto, na busca pela aplicação prática do conceito de desenvolvimento sustentável, alguns defensores da “economia ambiental” tentam atribuir valor econômico aos recursos naturais. Porém, a aplicação de cobrança monetária pelo uso ou pela escassez dos recursos naturais, por si, não vai garantir as funções ambientais que

estes têm no mundo, principalmente o papel que cada elemento natural representa para o ecossistema, uma vez que eles não podem ser recompostos como se fossem insumos econômicos (VEIGA, 2002).

Na idéia de dar preço ao que não tem preço, a natureza está sendo considerada como capital, privilegiando-se a esfera econômica em relação à política. Dessa forma, o meio ambiente está sendo traduzido em economia para não explicitar o conflito político que ele contém (ACSELRAD, 1999). A sustentabilidade dos recursos naturais depende do tipo de desenvolvimento praticado, ou seja, depende da forma como são explorados. Essa exploração, por sua vez, depende das condições políticas, econômicas e culturais que determinam o que a sociedade pretende fazer com seus recursos (BARBIERI, 1997).

Contudo é preciso fazer um esforço teórico para tentar trazer a discussão para o campo das relações sociais, por não se tratar de uma sustentabilidade dos recursos e do meio ambiente, mas sim das formas sociais de apropriação e uso destes. Entre estas formas sociais de apropriação, enfatizam-se as formas não-capitalistas — como as de pesca artesanal para subsistência — que se tornam insustentáveis por serem comprometidas ou destruídas por formas capitalistas concorrentes (ACSELRAD, 1999).

1.3.3 Sustentabilidade Urbana

Em relação às novas configurações na apropriação dos espaços, tem-se buscado, com base na sustentabilidade, uma distinção entre espaços a preservar e espaços a desenvolver (ibid., 1999). Porém, os espaços a preservar são ocupados por populações tradicionais que estabelecem uma relação com seus respectivos meios, e por isso é necessário reconhecer sua cultura e seu direito, e procurar estabelecer modalidades de controle sobre o uso desses espaços.

A sustentabilidade espacial é caracterizada pela relação entre os assentamentos humanos e a destruição de ecossistemas, devendo haver um controle na distribuição geográfica dos assentamentos, para evitar concentração de pessoas, equipamentos e infra-estrutura (NOVAES, 2000). Assegurar esse controle e a qualidade na oferta dos espaços urbanos de forma sustentável é papel do Estado, como se afirma a seguir:

O oferecimento de espaços urbanos para que os cidadãos possam trabalhar, recrear, viver e desfrutar de lazer há que se realizar considerando a obrigação do Estado em oferecer espaços para que os cidadãos possam ter acesso à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infra-estrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações (DIAS, 2005, p.158).

O desenvolvimento sustentável para as cidades tem como finalidade o equilíbrio ambiental, o bem-estar dos cidadãos e a qualidade dos serviços públicos (segurança, transportes, habitação, saúde, educação). Para que as cidades, por meio de processos de planejamento, ordenação e controle do uso do solo possam cumprir plenamente as suas funções sociais (DIAS, 2005).

Assim a construção da cidadania seria o melhor caminho para um novo modelo de desenvolvimento, com a mobilização das consciências para um ataque frontal à exclusão social (ACSELRAD, 1999). Esse modelo de desenvolvimento seria movido prioritariamente pelas potencialidades do espaço territorial que levaria a uma situação na qual:

A proposta de desenvolvimento que privilegia as dimensões espaciais tende a construir um modelo a duas velocidades. De um lado, investimentos em setores intensivos em trabalho e democratização da propriedade urbana e rural. De outro, investimentos em modernização tecnológica para a competição, compatíveis com a realidade do país e passíveis de serem estendidas a outros países menos desenvolvidos. [...] A sinalização é de que a base de apoio de um tal modelo passa pela aliança estratégica entre trabalhadores do setor moderno [exposto à competição] e demais trabalhadores [do setor menos concorrencial], incluindo as populações excluídas (ibid., 1999, p.49).

A implementação do desenvolvimento sustentável nas cidades supõe a participação política dos cidadãos no acesso às informações para a proteção do meio ambiente, nas escolhas e opções políticas para a transformação e melhoramento dos espaços urbanos. Pois “desenvolvimento urbano com sustentabilidade significa propiciar a participação política no sistema econômico-social, o pleno exercício da cidadania” (DIAS, 2005, p.67).

1.4 DESENVOLVIMENTO URBANO

O desenvolvimento urbano é conjugado de tudo o que na cidade existe. E como o elemento fundamental da cidade tem sido o homem, pois é para ele que a cidade é construída, aquele existe quando são atendidas suas necessidades básicas. E o desenvolvimento social se efetiva quando o homem vê atendidas as suas necessidades de realização no trabalho e em suas interações (FERRAZ, 1998).

Pode-se apontar que não se refere apenas ao aumento da área urbanizada e a uma sofisticação ou modernização do espaço urbano, mas principalmente refere-se ao desenvolvimento sócio-espacial na e, da cidade, com a conquista de melhor qualidade

de vida para as pessoas e, de um processo crescente de justiça social (SOUZA, M., 2003).

Quando é concebido unicamente em termos de crescimento quantitativo das atividades urbanas, este pode não levar ao desenvolvimento social, podendo, ao contrário, levar a sociedade a afastar-se dele, uma vez que “o desenvolvimento urbano é necessariamente desenvolvimento social” (FERRAZ, 1998, p.33).

Tampouco se limita ao planejamento de ações com vistas às modificações ou melhoramentos no espaço físico. Mas visa ao bem-estar social, e este requer o desenvolvimento de políticas urbanas relacionadas às atividades econômicas e produtivas, que se perfazem nos espaços urbanos. Ressalta-se que “falar de desenvolvimento urbano é falar de um ambiente em que as desigualdades sociais estejam reduzidas e onde os cidadãos possam ser tratados de forma equânime” (DIAS, 2005, p.155).

Quando o crescimento populacional atinge proporções de massa, o crescimento urbano transforma-se em degeneração social; assim a redução populacional urbana também significa desenvolvimento, com melhorias na qualidade de vida, aumento dos ganhos e elevação da cultura. E com base nisso o autor afirma que:

A expressão ‘desenvolvimento urbano’ admite uma interpretação dupla: tanto pode significar expansão, progresso, crescimento de alguns dos componentes do sistema urbano, cujos efeitos sejam benéficos, da mesma forma que significa redução, diminuição ou mesmo eliminação daqueles fatores nocivos à vida do homem em sociedade (FERRAZ, 1998, p.35).

O desenvolvimento urbano efetiva-se “quando tanto a quantidade de indivíduos quanto a tecnologia oferecida concedem a todos os habitantes a capacidade, as facilidades e as possibilidades de trabalho e de inter-relacionamento” (ibid., 1998, p.41). O aumento do número de habitantes de uma cidade também está relacionado com os índices de poluição ambiental, sonora e visual, os problemas no tráfego e de saneamento. Por isso é necessário planejar a distribuição da população, para promover não-somente a ocupação de um imenso solo desabitado, mas também o equilíbrio do desenvolvimento. (FERRAZ, 1997).

A política urbana não pode ser implementada separada das políticas econômica, ambiental e social. Estas terão que estar interligadas para que o desenvolvimento urbano atinja objetivos fundamentais como “a construção de uma sociedade onde a liberdade seja práxis, em que a justiça seja efetiva e que a solidariedade seja valor que transponha os textos jurídicos a se expressar no seio da sociedade, nas cidades” (DIAS, 2005, p.68).

1.4.1 Espaço Urbano

O espaço urbano é a expressão concreta de cada conjunto histórico, no qual uma sociedade se especifica. Ele é estruturado, não está organizado ao acaso, e os processos sociais que se ligam a ele exprimem, ao especificá-los, os determinismos de cada tipo e de cada período da organização social (CASTELLS, 1983). Assim o autor define o espaço da seguinte forma:

O espaço como produto social, é sempre especificado por uma relação definida entre as diferentes instâncias de uma estrutura social: a economia, a política, a ideológica e a conjuntura de relações sociais que dela resulta. O espaço portanto é sempre uma conjuntura histórica e uma forma social que recebe seu sentido dos processos sociais que se exprimem através dele. O espaço é suscetível de produzir, em troca, efeitos específicos sobre os outros domínios da conjuntura social, devido à forma particular de articulação das instâncias estruturais que ele constitui (ibid., 1983, p.539).

O espaço é formado por dois componentes que interagem continuamente, sendo o primeiro a configuração territorial ou espacial, composta pelo arranjo sobre o território dos elementos naturais e artificiais de uso social; e o segundo é a dinâmica social ou o conjunto de relações (variáveis econômicas, culturais, políticas etc.) que definem uma sociedade em um dado momento, e que a cada momento histórico dão uma significação e um valor específicos ao meio técnico criado pelo homem, isto é, à configuração territorial (SANTOS, 1993).

O espaço urbano é simultaneamente fragmentado e articulado, e esta divisão articulada é a expressão espacial de processos sociais. É um reflexo da sociedade e das ações que se realizam tanto no presente como daquelas que se realizaram no passado e que deixaram marcas impressas nas formas espaciais do presente. Esse mesmo espaço é constituído por diferentes usos da terra que podem ser vistos como formas espaciais. A terra, contudo, não tem existência autônoma, nela se realizam funções, ou seja, atividades como a produção e venda de mercadorias, prestação de serviços ou uma função simbólica, vinculadas aos processos da sociedade que são o movimento da própria sociedade, da estrutura social; necessitando de funções urbanas que se materializam nas formas espaciais (CORRÊA, 2005).

A sociedade consolida-se dentro de um ambiente e as atividades humanas em suas interações sociais tanto condicionam esse ambiente, como também são reciprocamente condicionadas por ele. Para o desenvolvimento econômico e social, a organização do espaço urbano torna-se extremamente importante, porque dela depende a eficiência dos investimentos (FERRAZ, 1997).

Quanto à análise do espaço, considera-se os seguintes elementos como formadores da totalidade, que é o espaço: os homens, as firmas, as instituições, o meio ecológico e as infra-estruturas. Os homens, como trabalhadores ou como formadores de demandas de trabalho, caracterizam o espaço; as firmas (produzem bens, serviços e idéias) e as instituições (produzem normas, ordens e legitimações), respondem às demandas de cada indivíduo da sociedade; o meio ecológico é a base física do trabalho humano; as infra-estruturas são o trabalho humano materializado e geografizado (casas, plantações, caminhos etc), ou seja, a aparência concreta da ação dos elementos anteriores (SANTOS, 1997).

As funções dos elementos que compõem o processo urbano em seu contexto espacial dinamizam-se e mudam até o ponto de se confundirem. Esta dinâmica de intercâmbios aproxima-se da noção de totalidade. Existe de fato uma interdependência funcional entre os elementos e é esta realidade que torna possível alcançar a totalidade sócio-espacial (GIL FILHO;GIL, 1997, p.4).

De acordo com Santos (1997) para analisar a produção do espaço este, apesar de ser uma totalidade, pode ser dividido em quatro partes, sendo estas:

- Forma - o aspecto visível de uma coisa, arranjo ordenado de objetos num dado instante do tempo;
- Função - tarefa ou atividade de uma forma, instituição ou coisa;
- Estrutura - a inter-relação de todas as partes de um todo, modo de organização ou construção;
- Processo - ação contínua, desenvolvendo-se em direção a um resultado qualquer, implicando tempo e mudança.

1.4.1.1 Paisagem

Durante a Convenção Européia da Paisagem, realizada em 2002, foi definido que a paisagem assume importantes funções de interesse geral no plano cultural, ecológico, social e do meio ambiente; constitui um recurso econômico; participa na elaboração das culturas locais e representa um componente fundamental do patrimônio natural e cultural. E o conceito paisagem “designa uma parte do território tal como é percebida pelas populações, cujo caráter resulta da ação de fatores naturais e / ou humanos e de suas inter-relações” (BARIDON, 2005, p.15).

A paisagem é imagem socialmente construída pelo homem. Para entender as expressões impressas por uma cultura em sua paisagem, é preciso entender os símbolos e seu significado nessa cultura: “todas as paisagens possuem significados simbólicos porque são o produto da apropriação e transformação do meio ambiente pelo homem”

(COSGROVE, 1998, p.108). Esta é resultado das atividades do homem e contém suas crenças, modos de ver o mundo, mitos e simbologias:

Ela está intimamente ligada a uma nova maneira de ver o mundo como uma criação racionalmente ordenada, designada e harmoniosa, cuja estrutura e mecanismo são acessíveis à mente humana, assim como ao olho, e agem como guias para os seres humanos em suas ações de alterar e aperfeiçoar o meio ambiente (ibid., 1998, p.99).

Ainda sobre paisagem, esta é a materialização de um instante da sociedade, configurando-se como um recorte espacial e temporal que é percebido; é materialidade formada por objetos materiais e não-materiais (volumes, cores, movimentos, odores, sons etc). Ela é objeto de mudança, suscetível a mudanças irregulares ao longo do tempo, “é um conjunto de formas heterogêneas, de idades diferentes, pedaços de tempos históricos representativos das diversas maneiras de produzir as coisas, de construir o espaço” (SANTOS, 1993, p.68).

1.4.2 Dinâmica Urbana

A dinâmica urbana¹² refere-se ao reconhecimento de que o espaço urbano sofre constantes transformações que caracterizam um movimento, um processo dinâmico e não-estático. Estas transformações estão relacionadas com a paisagem; o cotidiano; a demografia; os transportes e a mobilidade urbana; o mercado imobiliário e outros temas relacionados ao urbanismo.

O espaço é a totalidade verdadeira e contém o movimento ao ser formado da junção entre configuração territorial, paisagem e sociedade. A diferença está no fato de que “a paisagem é o conjunto das coisas que se dão diretamente aos nossos sentidos, e a configuração territorial é o conjunto total, integral de todas as coisas que formam a natureza em seu aspecto superficial e visível” (SANTOS, 1993, p.77).

Também apresenta uma realidade objetiva e esta é condição básica às transformações e desenvolvimento do processo urbano, o qual é a expressão concreta da dinâmica social que vitaliza o espaço. Desta forma “o espaço está sendo considerado como uma totalidade, porém, este fato não impede que ao mesmo tempo que observamos esta totalidade, também fragmentamos o espaço em elementos passíveis ao resgate desta mesma totalidade” (GIL FILHO; GIL, 1997, p.3).

¹² O termo Dinâmica Urbana tem sua origem na Geografia Urbana Francesa (BEAUJEU-GARNIER, 1997).

Por sua vez, as relações sociais não são a pura expressão de uma liberdade metafísica, mas conservam a possibilidade de influenciar, por sua especificidade sempre renovada, a estrutura que lhes deu forma. “Esta capacidade de modificação nunca é limitada: ela permanece encerrada no interior das etapas de desdobramento de uma estrutura, ainda que possa acelerar seu ritmo e, conseqüentemente, modificar consideravelmente seu conteúdo histórico” (CASTELLS, 1983, p.193).

O espaço urbano está relacionado, em sua dinâmica, ao elemento técnica o qual redimensiona a ação do capital no espaço. A evolução técnica possui caráter diferenciado em cada momento histórico. Assim, a expansão urbana está sob vários aspectos, ligada à capacidade técnica de transformação concreta do espaço. A descontinuidade de implementação das técnicas em períodos históricos diferenciados revela as disparidades regionais da realidade da estrutura urbana (GIL FILHO; GIL, 1997).

Quanto às formas do espaço, estas não nascem apenas das possibilidades técnicas de uma época, mas dependem também das condições econômicas, políticas, culturais etc. Por isso a paisagem deve ser pensada paralelamente a elas (SANTOS, 1993). Estas são produzidas por agentes sociais concretos, cuja ação é complexa, e deriva da dinâmica de acumulação de capital, das necessidades mutáveis de reprodução das relações de produção, e dos conflitos de classe que dela emergem (CORRÊA, 2005).

Quanto à dinâmica espacial e à durabilidade das formas espaciais na paisagem e na configuração urbana, destaca-se a seguinte afirmação:

Podem as formas durar muito tempo, permanecer as mesmas, mas como a sociedade está sempre em movimento, a mesma paisagem, a mesma configuração territorial, nos oferecem, no transcurso histórico, espaços diferentes (SANTOS, 1993, p.77).

Por ser reflexo social e porque a sociedade tem a sua dinâmica, o espaço urbano é também mutável, dispondo de uma mutabilidade que é complexa, com ritmos e natureza diferenciados (CORRÊA, 2005). Mas as mutações da paisagem podem ser funcionais ou estruturais. O movimento funcional está relacionado aos usos que são dados aos locais, em diferentes períodos do dia ou do ano, e às atividades que acontecem em diferentes locais na cidade. Enquanto a mudança estrutural corresponde às mudanças nas formas, como novas tipologias de edificações e alteração de antigas formas para adequação às novas funções (SANTOS, 1993).

Já os movimentos circulatórios configuram a região urbana, na noção ampla, como capital, mercadorias e movimentos populacionais. A dinâmica desses movimentos torna possível a vida de uma sociedade (GIL FILHO;GIL, 1997, p.4). Quanto aos movimentos populacionais observa-se que “a partir de 1980 as dinâmicas econômica, social e demográfica brasileiras passaram por significativas transformações que tiveram profundas implicações nos seus processos de redistribuição espacial da população e urbanização” (CUNHA, J., 2003, p.218)

Para que isso ocorra, cabe ao município criar planos e metas de forma a implementar a política urbana conforme as necessidades sociais, mas cabe também ao indivíduo cumprir as normatizações estabelecidas pelo Plano Diretor e por outras normas referentes a saneamento básico; à proteção do patrimônio histórico-cultural local; ao planejamento e controle do uso do solo. Assim, aquela só poderá ser executada se houver integração entre interesses públicos e privados, que haverão de adequar-se à realidade (DIAS, 2005).

1.4.3 O Plano Diretor

O Plano Diretor tem como funções primordiais: estabelecer como a propriedade urbana cumprirá sua função social, de forma a garantir o acesso à terra urbanizada e regularizada; reconhecer a todos os cidadãos o direito à moradia e aos serviços urbanos; orientar a política de desenvolvimento e de ordenamento da expansão urbana do município, a partir da compreensão integradora dos fatores políticos, econômicos, financeiros, culturais, ambientais, institucionais, sociais e territoriais (BRASIL, 2001; BRASIL/M.CIDADES, 2004).

O capítulo de política urbana da Constituição de 1988, em combinação com o Estatuto da Cidade e o texto da Medida Provisória nº 2.220 de 2001, dão as diretrizes para o país, nos níveis federal, estadual e municipal. De acordo com a Constituição Federal, aquela deve garantir as condições dignas de vida urbana e o pleno desenvolvimento das funções sociais da propriedade e da cidade. O Estatuto da Cidade regulamenta diretrizes e instrumentos, na direção de uma cidade mais equitativa, sustentável e democrática, e define o Plano Diretor como o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana (BRASIL, 2001).

Dessa maneira deve-se reforçar a idéia do Plano Diretor como principal instrumento de política urbana municipal, e articulador de planos e ações que visam ao desenvolvimento da cidade com justiça social (AMBIENS, 2005). Pode-se apontar,

ainda, que haja convergência entre as ações previstas pelo Plano Diretor e outras advindas dos planos setoriais existentes no município; os planos regionais, e outras ações provenientes de processos participativos, hoje em funcionamento no município.

As inovações do Estatuto da Cidade: um conjunto de novos instrumentos de natureza urbanística voltados para induzir – mais do que normatizar – as formas de uso ocupação do solo; a ampliação das possibilidades de regularização das posses urbanas, até hoje situadas na ambígua fronteira entre o legal e o ilegal; e também uma nova estratégia de gestão, que incorpora a idéia de participação direta do cidadão em processos decisórios sobre o destino da cidade (BRASIL, 2001).

O Plano Diretor é obrigatório para municípios com mais de 20 mil habitantes; integrantes de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas; com **áreas de especial interesse turístico** (grifo da autora); situados em áreas de influência de empreendimentos, ou atividades com significativo impacto ambiental na região ou no país (ibid., 2001; BRASIL/M.CIDADES, 2004).

Mas, antes, é necessário que as Leis Orgânicas Municipais sejam revisadas para que sejam adequadas aos princípios federais que direcionam a elaboração do plano diretor, sendo estes: partir de um amplo processo de leitura da realidade local, envolvendo os mais variados setores da sociedade; priorizar a participação direta e universal dos cidadãos nos processos decisórios; definir um macrozoneamento que expresse o destino que se pretende dar às diferentes áreas da cidade; aplicar os instrumentos do Estatuto da Cidade; estabelecer um processo permanente de construir políticas, de avaliar ações e de corrigir rumos (BRASIL, 2001).

Sabendo-se que esse Plano não apenas cria regras de indução do desenvolvimento urbano, mas considera a sua dinamicidade e possível avaliação e correção, aponta-se que ao definir os usos permitidos em determinadas áreas da cidade, principalmente no caso de cidades turísticas, deve-se considerar a importância da infraestrutura urbana para o funcionamento do espaço turístico e da criação de regras para a implantação e funcionamento dos equipamentos turísticos, tendo em vista as necessidades locais.

Então, desenvolvimento é ação coletiva em constante transformação. É um processo contínuo, formado por mudanças que permitem ao homem a expansão de suas potencialidades. Aliado à mudança, são inseparáveis e necessários, e o homem constitui o elemento ativo e ao mesmo tempo passivo dessas transformações. (FERRAZ, 1997).

Por sua vez, o poder público tem a função de promover o desenvolvimento, mas não em atividades isoladas e sim desenvolver global para o social (FERRAZ, 1998).

1.5 CONCLUSÃO

Como pode ser observado no texto acima, o termo desenvolvimento é tratado aqui como um processo, e para que este corresponda ao sentido amplo do termo é necessário que conduza à justiça social e a uma melhor qualidade de vida para todos; salientando que o desenvolvimento urbano refere-se principalmente ao desenvolvimento sócio-espacial na e da cidade. Aponta-se como alternativa a integração entre desenvolvimentos econômico, social, ambiental e institucional, por meio de políticas de desenvolvimento socialmente inclusivas, ambientalmente responsáveis e economicamente justas.

É necessário entender desenvolvimento como algo mais abrangente não-somente no conceito, mas principalmente na prática. Assim sendo, esta discussão será complementada no capítulo seguinte referente às questões pertinentes ao desenvolvimento e planejamento do turismo, com ênfase nas cidades turísticas, para complementar as informações relevantes ao tema abordado.

2 DESENVOLVIMENTO E TURISMO

2.1 INTRODUÇÃO

No capítulo anterior foram discutidas diversas abordagens voltadas para a compreensão do desenvolvimento. Neste capítulo analisa-se os conceitos acerca do turismo e as questões do planejamento e do desenvolvimento turístico. Para tanto, analisa-se as modificações provenientes do turismo em relação à formação do espaço turístico, aos possíveis impactos econômicos, socioculturais e ambientais de tais atividades e à segregação e exclusão social contidas no processo de desenvolvimento turístico. Por fim, este capítulo trata das políticas públicas de turismo existentes no país e apresenta a relação entre o turismo e o desenvolvimento urbano.

2.2 TURISMO E PLANEJAMENTO

Existem vários conceitos sobre turismo que seguem três tendências quanto ao tipo de definição, sendo estas a econômica, a técnica e a holística (BENI, 2003). Estas últimas recebem esse nome por tentarem abranger a essência total do assunto, como a definição de que o turismo é “a soma dos fenômenos e das relações resultantes da viagem e da permanência de não-residentes, na medida em que não leva à residência permanente e não está relacionada a nenhuma atividade remuneratória” (HUNZIKER; KRAPF, 1942, apud *ibid.*, 2003, p.36).

Entre os autores que apresentam definições holísticas, Jafari incorporou no estudo do turismo teorias e conceitos da antropologia, sociologia, economia, geografia, ciência política, ecologia e estudos urbanísticos, e definiu que turismo “é o estudo do homem longe do seu local de residência, da indústria que satisfaz suas necessidades, e dos impactos que ambos, ele e a indústria, geram sobre os ambientes físico, econômico e sócio-cultural da área receptora” (JAFARI, apud *ibid.*, 2003, p.36).

Surge um outro conceito que é denominado de turismo sustentável. Este é definido como “um modelo de desenvolvimento econômico que foi concebido para assegurar a qualidade de vida da comunidade, proporcionar satisfação ao turista e manter a qualidade do ambiente do qual depende tanto a comunidade quanto o turista” (OMT, 1994, p.32). Porém este conceito parte de uma teoria que não descreve uma

situação empírica, mas que determina como deve ser a prática a partir dos princípios da sustentabilidade.

Os princípios da sustentabilidade que fundamentam o turismo sustentável (SACHS, apud SILVEIRA, 2002) são:

- Sustentabilidade ecológica, entendida como a proteção da natureza e da diversidade biológica, por meio do respeito à capacidade de suporte dos ecossistemas e do limite de uso dos recursos naturais;
- Sustentabilidade social, estabelecer um processo de desenvolvimento que conduza a um padrão estável de crescimento, com distribuição mais equitativa da renda, redução das diferenças sociais e garantia da cidadania;
- Sustentabilidade cultural, buscar soluções de âmbito local ao usar as potencialidades das culturas específicas, considerar a identidade cultural e o modo de vida local, considerar a participação da população na formulação e gestão de programas e planos de desenvolvimento turístico;
- Sustentabilidade econômica, assegurar o crescimento econômico para as gerações atuais, e o manejo responsável dos recursos naturais, que deverão satisfazer às necessidades das gerações futuras;
- Sustentabilidade espacial, baseada na distribuição geográfica mais equilibrada dos assentamentos turísticos, para evitar concentração de pessoas, equipamentos e infra-estrutura e, conseqüentemente, diminuir a destruição de ecossistemas.

A definição mais abrangente é a baseada na teoria geral de sistemas que apresenta o turismo como algo que pode ser definido; conhecido; analisado; avaliado. O sistema turístico mostra o turismo como um todo “integrado por um conjunto de partes ou subsistemas que se relacionam para alcançar um objetivo comum” (MOLINA, 2005, p.13). A teoria de sistemas aplicada ao turismo é adotada por Molina, Beni e Leiper (BISSOLI, 1999).

De acordo com Molina (2005) os subsistemas são os seguintes: superestrutura (organizações do setor público e privado, leis, regulamentos, planos, programas); demanda (turistas residentes no país e no exterior); infra-estrutura (aeroportos, rodovias, redes de água potável, esgoto, telefone etc.); atrativos (naturais e culturais); equipamentos e instalações (hotéis, campings, restaurantes, agências de viagem etc.); comunidade receptora (residentes locais ligados direta e indiretamente ao turismo).

O sistema de turismo - Sistur apresentado por Beni (2003), também é composto por subsistemas que o autor separa em três conjuntos: o primeiro é o das relações ambientais que é formado pelos subsistemas ecológico, social, econômico e cultural; o segundo é o da organização estrutural formado pelos subsistemas de superestrutura

(jurídico-administrativa) e infra-estrutura (básica de acesso e urbana); o terceiro é o das ações operacionais, composto pelos subsistemas de distribuição (mercado), produção (oferta) e consumo (demanda).

O sistema de turismo definido por Leiper é um sistema aberto composto por cinco elementos que interagem em um amplo ambiente, sendo o turista o elemento do ambiente dinâmico; a região geradora, a rota de transição e a região de destino os três elementos do ambiente geográfico; a indústria turística o elemento do ambiente econômico (ACERENZA, 1992, apud BARRETO, 1995).

O sistema turístico possui em comum os objetivos de contribuir para a evolução geral dos indivíduos e grupos humanos; promover o crescimento e o desenvolvimento econômico e social; oferecer descanso e diversão. Estes objetivos “estão voltados tanto para os turistas como para os indivíduos que ocupam permanentemente o espaço no qual o turismo se manifesta, ou seja, as comunidades locais ou receptoras” (MOLINA, 2005,p.14).

Uma das opções para ampliar o âmbito tradicional do planejamento do turismo é adotar a teoria geral de sistemas que é um método holístico (relacionado com o todo) e oferece vantagens como: permite elaborar um conceito totalizador do turismo; aborda o turismo de uma maneira integral (as partes que o compõe e as relações entre estas partes); oferece uma linguagem que facilita a comunicação entre profissionais de diferentes áreas científicas devido ao vocabulário comum às ciências (ibid., 2005).

2.2.1 Planejamento Turístico

O planejamento do turismo teve início na França por volta de 1948, e em seguida na Espanha em 1952. Durante a década de 1960, o planejamento se generalizou na maioria dos países europeus, com vocação e interesse turístico, e na década de 1970 estendeu-se a outras regiões e à América Latina (ACERENZA, 1997, apud BISSOLI, 1999). No Brasil houve um primeiro projeto na área de identificação do espaço turístico, datado de 1979, e outros planos ou projetos a partir de 1973, de amplitude regional ou estadual (ibid., 1999).

Quanto ao conceito de planejamento do turismo, afirma-se que este é:

Um processo racional cujo objetivo maior consiste em assegurar o crescimento e o desenvolvimento turístico. Este processo implica vincular os aspectos relacionados com a oferta, a demanda e, em suma, todos os subsistemas turísticos, em concordância com as orientações dos demais setores de um país (MOLINA, 2005, p.46).

Ao longo do tempo, o planejamento turístico teve diferentes enfoques sendo estes: o enfoque urbanístico, na década de 1960; o enfoque de política econômica, no final da década de 1960; o enfoque do produto turístico, na segunda metade da década de 1970; o enfoque em planejamento estratégico, em meados da década de 1980. A influência do enfoque urbanístico no planejamento turístico estendeu-se até a década de 1990, e na América Latina coexistiu com o enfoque de política econômica, nos casos de Cancun, no México, e Puerto Plata, na República Dominicana, com o objetivo de captar divisas, contribuir para a geração de empregos e o desenvolvimento regional. Nestes casos houve um descuido em relação aos aspectos socioculturais e aos impactos ambientais (BISSOLI, 1999).

Ressalta-se que o planejamento do crescimento e do desenvolvimento turístico está inserido em um âmbito global, que envolve os setores político, econômico e social de um país. Porém o planejamento do turismo na América Latina tem sido setorial, ou seja, a atividade tem sido organizada e conduzida independentemente dos demais setores da sociedade. O enfoque tem sido econômico, dirigido para regularizar os investimentos, o que não resultou em pólos turísticos e sim em urbanizações turísticas (MOLINA, 2005).

O planejamento turístico requer o envolvimento das cidades, da comunidade ou da região, num ambiente global que inclui os elementos políticos, físicos, sociais e econômicos, que formam o sistema de desenvolvimento da comunidade. Esta deve se envolver no processo de planejamento turístico e avaliar os impactos das atividades e dos programas turísticos, pois é principalmente no município ou na localidade que são vividas as causas, conseqüências e efeitos do desenvolvimento da atividade turística (BISSOLI, 1999).

Há uma classificação quanto à dimensão espacial do planejamento que vai do nível nacional ao municipal. Estas divisões não são excludentes e podem chegar a ter um grau elevado de coerência entre elas (MOLINA, 2005). Tal classificação define a escala espacial de caráter convencional apresentada a seguir:

- Planejamento nacional - gera planos para serem executados em todo o país;
- Planejamento regional - produz planos para um conjunto de Estados, desde que estes reúnam características políticas, socioeconômicas, culturais e geográficas similares;
- Planejamento estadual - é o que acontece no âmbito de um Estado;
- Planejamento municipal - produz efeitos dentro dos limites de um município.

Cabe ao poder público municipal iniciar o planejamento turístico e relacioná-lo com outros, uma vez que o município integra-se em uma região determinada, com características próprias. A ordenação territorial proposta para uma região deverá assegurar o controle e a execução da organização do espaço, com política de desapropriação de terras, para evitar a especulação; com o ordenamento do uso do solo; o financiamento coordenado de investimentos; o entrosamento contínuo de todos os órgãos que atuam na região (BISSOLI, 1999).

2.2.2 Desenvolvimento Turístico

Considerando o desenvolvimento como um processo de modificações, por sua vez o desenvolvimento turístico tem sua eficiência relacionada com: a conscientização turística; o levantamento minucioso da oferta; o conhecimento da demanda; a comercialização do produto turístico. E tem sua existência vinculada à motivação; infraestrutura; segurança; saneamento básico; salubridade ambiental; divulgação; legislação (ibid., 1999).

O estudo do desenvolvimento do turismo é feito com base no seu ciclo de vida; representado por fases com características próprias, sendo estas: exploração (inserção de novos atrativos turísticos); desenvolvimento e investimento (criação de infra-estrutura e equipamentos turísticos necessários aos turistas e à população); consolidação (alta procura); estagnação (da procura turística); declínio (da procura turística); rejuvenescimento dos recursos (remodelação dos recursos existentes). Ressalta-se que, “prioritariamente, o planejamento turístico deveria ocorrer em localidades turísticas que se encontram em fase de desenvolvimento ou em declínio” (ibid., 1999, p.54).

O próprio modelo do ciclo de vida do turismo pressupõe a inevitável produção e o consumo do espaço principalmente quanto aos recursos naturais. E como ressalta Lombardo (2002, p.203), “o turismo é uma forma de utilização e apropriação do espaço, engendrando um processo de relações socioculturais e econômicas que alteram a paisagem existente”. Então a produção e o consumo do espaço turístico não condiz na prática com o desenvolvimento sustentável, pois “a atividade turística é uma atividade relacionada ao mercado, [...] que não é compatível com a idéia de sustentabilidade” (RODRIGUES, Arlete, 2002, p.48).

Na reflexão sobre o significado do turismo para o desenvolvimento, deve-se indagar sobre quem tende a ganhar e quem pode perder com essa atividade. Há três grupos principais de indivíduos: (1) a população da área de origem dos turistas; (2) os

turistas; (3) a população da área de destino dos turistas. O primeiro grupo pode perder o dinheiro que é investido em outros locais e ganhar ao ter a área de origem poupada quanto aos impactos sociais e ambientais; o segundo grupo ganha na relação custo benefício; no terceiro grupo alguns segmentos poderão ganhar, como os agentes imobiliários, e outros perder, no caso daqueles que dependem dos recursos naturais como fonte para sobrevivência (SOUZA, M., 2002).

A sustentabilidade não pode ser pensada tendo em vista uma única atividade, pois existe uma inter-relação entre as atividades econômicas, e no caso do turismo estão envolvidas outras questões de ordem social e ambiental, pois:

O turismo é uma atividade complexa que compreende tanto a produção como o consumo, tanto as atividades secundárias (produção de espaço) como terciárias (serviços) que agem articuladamente, apropriando-se de lugares 'exóticos', de 'paisagens naturais', de 'paisagens históricas', transformando-os em lugares que deverão ser observados para se obter conhecimentos culturais, históricos, possibilitar o descanso, e vários outros motivos simbólicos ou reais (RODRIGUES, Arlete, 2002, p.48).

O desenvolvimento sócio-espacial pressupõe que deveria haver na coletividade a autonomia para gerir seus destinos e disciplinar o turismo conforme os seus interesses e suas necessidades. Mas não se pode esquecer a heterogeneidade da população e a existência de uma assimetria de poder que levanta um questionamento sobre a quem se refere essa autonomia (SOUZA, M., 2002), pois:

Se a maioria da população não puder participar livremente da gestão dos recursos socioespaciais de seu município, o turismo (e outras atividades) dificilmente corresponderão às suas expectativas e casarão com seus interesses; dificilmente, portanto, o turismo tenderá a trazer desenvolvimento sócio-espacial duradouro (ibid., 2002, p.20).

Deve-se buscar uma integração do desenvolvimento do turismo, que significa integrar planejamento e desenvolvimento, durante o processo de introdução da atividade turística numa área onde ocorra uma mistura com os elementos existentes. Isto poderá ser feito de uma forma adequada, de maneira que o resultado final seja o sucesso de uma comunidade funcional e aceitável, tanto em termos humanos quanto ecológicos (DANN, 2002). Pois poderá haver uma contribuição para o local:

Na medida em que o turismo, em vez de simplesmente se ajustar a uma realidade marcada por heteronomia, disparidades e preconceitos (eventualmente até agravando esses problemas), contribuir, de algum modo, para minorar esse quadro, ele estará, sem ressalvas, sendo um fator de desenvolvimento socioespacial (SOUZA, M., 2002, p.21).

O planejamento turístico é o processo para o desenvolvimento do turismo e passa pela vontade política e decisão daqueles que estão empenhados para que esse

desenvolvimento ocorra, ao definir: ações para a resolução de problemas de um espaço turístico em estágio de saturação; ações para o desenvolvimento de um espaço turístico em estágio de exploração; orientação para a realização de objetivos regionais e locais num contexto global (BISSOLI, 1999).

2.3 PROCESSO DE MODIFICAÇÕES PROVOCADAS PELO TURISMO

2.3.1 Espaço Turístico

Segundo Magalhães (2002), existem elementos que compõem o espaço turístico e caracterizam a vocação turística. Estes impulsionam o desenvolvimento da atividade e podem ser considerados como o próprio espaço turístico; são eles:

- Atrativo turístico - todo lugar, objeto ou acontecimento de interesse que motive o deslocamento de pessoas para conhecê-lo;
- Equipamentos e serviços indispensáveis ao desenvolvimento da atividade - meios de hospedagem, serviços de alimentação, entretenimento, agenciamento, informações, roteiros e outros;
- Infra-estrutura de apoio turístico - conjunto de obras e instalações de estrutura física de base como, transportes, comunicação, serviços urbanos, serviços de segurança e de saúde;
- Instituições – são os elementos que regulamentam a atividade e fomentam a sua prática, sendo do setor público (MMA e IBAMA, secretarias e conselhos estaduais e municipais) ou privado (construtoras, redes hoteleiras, empresas de transportes etc);
- Demanda – o público de interesse turístico. Geralmente se deslocam em fluxos de centros urbanos para os núcleos receptivos, onde interagem com a população;
- A comunidade – elemento distinto devido à relação estabelecida entre visitante e população, do vínculo econômico com a atividade e principalmente por ser muitas vezes o elemento motivador da visita (manifestações e usos tradicionais).

Todos os elementos descritos anteriormente interagem numa dinâmica constante e criam formas distintas que constituem o espaço turístico. A análise desse espaço, além de privilegiar a comunidade como um dos elementos de maior importância para o desenvolvimento da atividade no receptivo, deve considerar os aspectos relevantes do local. Ainda poderá englobar dois tipos de espaços: aqueles que já foram apropriados pela atividade turística ou aqueles que, em virtude de sua vocação, serão organizados para a exploração (ibid., 2002).

Quanto à forma de compreender e determinar um espaço turístico o melhor é recorrer ao método empírico, observando-se a distribuição territorial dos atrativos, a fim de detectar os agrupamentos e concentrações que se destacam (ibid., 2002). Deve-se

atentar para a distribuição dos equipamentos e serviços que são considerados indispensáveis ao desenvolvimento da atividade turística e influenciam na formação do espaço turístico. Estes equipamentos seguem a classificação adotada (Quadro 1) a seguir:

EQUIPAMENTOS TURÍSTICOS	
MEIOS DE HOSPEDAGEM	• Hotel, pousada, hospedaria, albergue, camping
SERVIÇOS DE ALIMENTAÇÃO E BEBIDAS	• Bares, restaurantes
SERVIÇOS DE ENTRETENIMENTO E DIVERSÕES	• parques de diversões, cinemas, teatros, casas noturnas, clubes, bingos, parques temáticos, outros
SERVIÇOS DE AGENCIAMENTO	• agências de viagem e turismo, transportadoras turísticas, outros
EVENTOS	• centros de convenções e exposições, empresas organizadoras de eventos, locadora de equipamentos, outros
OUTROS SERVIÇOS	• informação turística, sinalização

Quadro 1 - Classificação de Equipamentos Turísticos

Fonte: adaptado de OMT (1994)

Pode-se salientar que não necessariamente uma cidade turística possuirá todos os tipos de equipamentos, mas considera-se necessária a existência de todos os serviços tais como: meios de hospedagem, alimentação e bebidas, entretenimento e diversões, agenciamento, eventos, informação e sinalização turística. É importante também levar em consideração a qualidade e não apenas a quantidade dos equipamentos existentes, tendo em vista a importância destes na formação do espaço turístico.

Esse é o assento da oferta turística, um espaço concreto e objetivo, tendo o seu valor recreativo variando em função de certas circunstâncias, entre elas o atrativo paisagístico (Rubio, 1986, apud PIRES, 2002). A qualidade das paisagens pode fazer com que o país seja atrativo, por isso os poderes públicos e a legislação precisam fazer da paisagem um objetivo importante (BARIDON, 2005, p.14).

Segundo Font, 1992 (apud PIRES, 2002), quando se consolida uma determinada oferta turística, a paisagem deve ser considerada um recurso turístico muito valioso, por ser a imagem utilizada com mais frequência para difundir tal oferta. Uma das técnicas mais habituais de avaliação estética da paisagem é a fotografia, e a oferta turística ao se aperceber da eficiência da imagem fotográfica na captação e documentação de imagens reais do espaço turístico, faz uso deste recurso em grande profusão.

Estes espaços turísticos são vendidos mundialmente, pois os investidores e turistas internacionais são seus principais consumidores (DAMIANI, 2001). E quando os visitantes ocupam a paisagem, atraídos por alguma coisa ou acontecimento, novas

geografias são inscritas na paisagem; podendo tomar a forma de estruturas materiais, tais como as pontes e os hotéis planejados para aliviar a pressão na acomodação dos turistas; ou projetos infra-estruturais (COSGROVE, 1999).

2.3.2 Os Possíveis Impactos do Turismo

O impacto do turismo é constituído pela gama de modificações ou pela seqüência de eventos provocados pelo processo de desenvolvimento turístico nas localidades. As variáveis que provocam os impactos têm natureza, intensidade, direções e magnitudes diversas; porém os resultados interagem e são geralmente irreversíveis quando ocorrem no meio ambiente natural. Eles têm origem em um processo de mudança e não constituem eventos pontuais resultantes de uma causa específica, como por exemplo, um equipamento turístico ou serviço (OMT, 1994).

O turismo pode afetar todos os aspectos do ambiente e os impactos sociais e culturais podem ser profundos. As conseqüências também serão modificadas de acordo com o contexto político e os papéis que os intermediários, como os guias turísticos, desempenham na influência das interações entre os visitantes e o povo local. Quanto às mudanças físicas provocadas na área, estas afetarão o estilo de vida das populações locais, enquanto a interação com os turistas pode vir a ter influência sobre a sociedade (SIMPSON; WALL, 2002).

De acordo com a OMT - Organização Mundial de Turismo (1994), os prováveis impactos são de três ordens: econômicos, socioculturais e ambientais, e estes podem ser observados no Quadro 2 apresentados a seguir, de ordens positiva e negativa:

IMPACTOS	ECONÔMICOS	SOCIOCULTURAIS	AMBIENTAIS
POSITIVOS	• Empregos;	• Conservação do patrimônio;	• Conservação de áreas naturais importantes;
	• Diversificação da economia;	• Reafirmação da identidade cultural;	• Conservação de lugares históricos e arqueológicos, bem como do patrimônio arquitetônico local;
	• Desenvolvimento regional;	• Intercâmbio cultural.	• Melhoria da qualidade do meio ambiente;
	• Ganhos em moeda estrangeira;		• Melhoria da infra-estrutura;
	• Aumento da renda tributária;		• Aumento da consciência sobre o meio ambiente;
	• Desenvolvimento da infra-estrutura;		• Criação de áreas protegidas.
	• Melhoria da qualidade de vida da população.		
NEGATIVOS	• Transformação nas ocupações profissionais;	• Comercialização excessiva e perda de autenticidade das manifestações culturais;	• Poluição da água;
	• Impacto sobre a estrutura e distribuição da população;	• Perda da identidade cultural;	• Poluição do ar;
	• Desvio dos benefícios econômicos.	• Modificação dos padrões de consumo nos hábitos de compras da população local;	• Poluição sonora;
		• Relacionamento precário entre hotel e hóspede devido a mal-entendidos relacionados a diferenças de idioma, de costumes, de valores e de padrões de comportamento;	• Poluição visual;
		• Aumento da população residente e sazonal, e conseqüente perda das comodidades dos habitantes;	• Problemas de saneamento básico;
		• Aumento dos problemas sociais como: drogas, crimes e prostituição.	• Degradação ecológica;
			• Danos aos lugares históricos e arqueológicos;
	• Problemas relativos ao uso e à ocupação do solo.		

Quadro 2 - Possíveis Impactos Positivos e Negativos do Turismo

Fonte: adaptado de OMT (1994)

Ao observar o Quadro 2, pode-se apontar um desequilíbrio entre os impactos positivos e os negativos, pois enquanto há a predominância dos econômicos, como positivos, os socioculturais e os ambientais apresentam-se predominantemente negativos. A diferença entre a quantidade de socioculturais negativos e positivos é nítida na apresentação dos dados da referida tabela, e os impactos ambientais, apesar de apresentarem uma diferença menor, são predominantemente negativos.

Na análise dos prováveis impactos esperados utilizou-se os dados sistematizados a partir das informações da OMT para orientar a observação (direta e participante) da ocorrência de modificações na área de estudo. Ao final da análise, pretende-se apontar a existência daqueles e comparar equilíbrios, predominâncias, ou diferenças que possam existir entre eles.

2.3.3 Turismo Excludente ou Includente

Pretende-se discutir o termo “exclusão social” com o objetivo de apontar uma alternativa de desenvolvimento socialmente inclusivo para as cidades turísticas, uma vez que o turismo como atividade social envolve pessoas e lugares e tem inserido em seu processo a exclusão social e a segregação espacial.

O termo exclusão social tornou-se presente em todos os discursos, o que pode corresponder a um momento de inquietação pelo qual passa a sociedade contemporânea:

A categoria exclusão é resultado de uma metamorfose nos conceitos que procuravam explicar a ordenação social que resultou do desenvolvimento capitalista. [...] Ela expressa a incerteza e a insegurança teórica na compreensão dos problemas sociais da sociedade contemporânea (MARTINS, 2001, p. 27).

O uso corrente da categoria exclusão pode ser entendido como uma explicação satisfatória e atual para os problemas sociais que necessitam de uma nova teoria e de novas categorias de análise, que busquem a compreensão e possíveis soluções para os atuais problemas.

Ainda sobre esse conceito, pode-se afirmar que “Exclusão é uma concepção que nega a História, que nega a praxis e que nega à vítima a possibilidade de construir historicamente seu próprio destino, a partir de sua própria vivência e não a partir da vivência privilegiada de outrem” (ibid., 2001, p. 45). Existem processos sociais excludentes, mas não há exclusões consumadas, definitivas ou irremediáveis. E a inclusão social ou participação social é um direito e um dever.

Exclusão social para Weber seria uma forma de enclausuramento, onde um grupo tenta garantir para si uma posição de privilégio em relação a alguns outros grupos em um contínuo processo de subordinação (PARKIN, apud BURCHARDT et al, 2002). O grupo de privilegiados, ou elite, se fecha de forma a não permitir que outros grupos tenham acesso às mesmas vantagens que aqueles.

Por ser o turismo uma atividade social por excelência, ele tem inserido em seu processo a exclusão social e a segregação espacial, sendo a população local a que mais sofre com os efeitos excludentes do turismo. A população pode ser diretamente excluída pelos proprietários dos empreendimentos turísticos e indiretamente pelas ações do poder público, que muitas vezes privilegia apenas algumas camadas da população, assim como os empresários e alguns segmentos do turismo. Toda política pública deveria ter como objetivo a inclusão social, porém não é isso que acontece na prática.

A segregação e a exclusão estão presentes no processo de urbanização na área costeira brasileira, por não ter havido uma preocupação com a inclusão das comunidades locais nesse processo: isto pode ser observado tanto no processo de legalização da terra como no desenvolvimento das políticas públicas implementadas no nordeste brasileiro.

Constata-se que a exclusão está presente em todo processo em que um grupo assume uma posição de privilégio em relação a outros grupos, e que na atividade turística essa relação de exclusão continuará existindo; enquanto o turismo for apresentado apenas como alternativa de desenvolvimento econômico.

2.4 O CONTEXTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO

A política pública é um tema relativamente recente na pesquisa acadêmica do Brasil e tem o crescimento da sua importância atribuído à combinação de alguns fatores, sendo estes: 1) A adoção de políticas restritivas de gasto que possibilitaram maior visibilidade ao desenho, à execução, à análise e busca por novas formas de gestão; 2) Novas concepções sobre o papel dos governos ganharam hegemonia e políticas keynesianas¹³; foram substituídas pela ênfase no ajustamento fiscal; 3) A maioria dos países em desenvolvimento e de democracia recente, ou recém-democratizados, não conseguiu equacionar a questão de como desenhar políticas públicas capazes de

¹³ As políticas keynesianas associavam o desenvolvimento aos gastos públicos, ou seja, pregavam que para se desenvolver o Estado teria que gastar.

impulsionar o desenvolvimento econômico e de promover a inclusão social (SOUZA, C., 2003).

Quanto às definições de política pública existentes, enfatiza-se que se trata de um “campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, ‘colocar o governo em ação’ e/ou analisar essa ação [...] e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações e/ou entender por que e como as ações tomaram certo rumo [...]”(ibid., 2003, p.13). A referida autora constata que há emergência de pesquisa em políticas públicas no Brasil e popularização do tema, que requer um esforço para tornar mais claras algumas questões a ele relacionadas, e também pelo fato de a literatura ter sido pouco traduzida no Brasil e sua aplicação empírica ser relativamente escassa.

Ao ingressar no estudo das políticas públicas brasileiras, elegendo como objeto de produção acadêmica, é importante reconhecer que há uma fragmentação organizacional e temática; assim como uma institucionalização ainda precária no campo incipiente da análise de políticas públicas. Destaca-se a quase inexistência de análises mais sistemáticas acerca dos processos de implementação; a escassez de estudos de avaliação como instrumento de gestão pelo setor público nos três níveis de governo, e os poucos trabalhos que abordam o papel das idéias e do conhecimento no processo das políticas (FARIA, 2003).

A implementação das políticas públicas (ações) são provenientes de um processo de decisões denominado de políticas. Este processo inclui a elaboração e a escolha de determinadas ações que nesta análise corresponde à Política de Turismo. O início da política de turismo no Brasil aconteceu no período do Regime Militar com a criação da Embratur (Empresa Brasileira de Turismo), cuja função era, até 2002, a de formular, coordenar e executar a política nacional de turismo. Com a criação do Ministério do Turismo (pressupostos de gestão descentralizada e parcerias) a Embratur torna-se o Instituto Brasileiro de Turismo e adquire a nova função de promoção e divulgação do turismo brasileiro (BRUSADIN, [entre 2000 a 2006]).

O desenvolvimento da política brasileira de turismo mostra que sua realidade é semelhante às outras políticas no Brasil, cujos planos são formulados e poucos são implementados. Dos programas implementados, dois programas se destacam devido às polêmicas relacionadas com suas ações, sendo estes o Programa de Desenvolvimento do Turismo-Prodetur e o Programa Nacional de Municipalização do Turismo-PNMT.

Há ações que causam polêmica em relação ao Prodetur-NE e são devidas ao privilégio dado a empresários do turismo, em detrimento da população local, por meio de incentivo da ocupação do litoral nordestino por grandes empreendimentos; o que tem levado à segregação e implantação de verdadeiros enclaves territoriais que se materializam na construção dos resorts, e atende apenas a um segmento do turismo. E na maioria das vezes exclui a população local (RODRIGUES, 1999b).

Quanto ao Plano Nacional de Municipalização do Turismo – PNMT este foi instituído em 1998 (Lei nº 9.649), mas implantado apenas em 1999, e possuía “duas linhas de ação: estímulo e subsídios ao poder público para elaborar planos de turismo e capacitação da população interessada para desenvolver atividades turísticas” O objetivo do programa era “descentralizar decisões e delegar autonomia aos municípios de forma a sustentar o planejamento permanente do turismo, envolvendo poder público e população moradora” (SILVA, 2004, p.61).

Para aplicar esse programa e coordenar as ações do PNMT havia os Conselhos Municipais de Turismo. Mas pode ter havido interferência política para favorecimento de alguns municípios; falta de participação da sociedade civil e aplicação de modelos de planejamento turísticos incompatíveis com a realidade dos municípios brasileiros (BRUSADIN, [entre 2000 a 2006]).

Outro programa, citado como evolução do PNMT, criado em 2003, foi o Programa de Regionalização do Turismo: Roteiros do Brasil. Seguindo o modelo de gestão pública descentralizada mas com o foco na região e o objetivo de concretizar a transformação da oferta turística nacional através da orientação para as ações de ordenamento, normatização e regulação; informação e comunicação; articulação; envolvimento comunitário; capacitação; incentivo e financiamento; infra-estrutura; promoção e comercialização. Nesse mesmo ano surgiu o Plano Nacional do Turismo e, o mais importante, a criação do Ministério do Turismo.

Nesse contexto, a construção da política nacional de turismo sofre influências do modelo econômico vigente, como pode ser constatado no discurso de gestão descentralizada, e reflete as mudanças do mercado turístico quanto aos interesses e articulações, principalmente no tocante ao segmento do turismo internacional. As mudanças de gestão e enfoque do turismo seguem as transformações do setor econômico e acrescentam ações planejadas ao que antes pareciam ações isoladas e com pouca efetividade no tocante à união dos três níveis de governo.

O Plano Nacional apresenta, então, em sua estrutura, o que denomina de princípios orientadores para o desenvolvimento do turismo, no qual este é mostrado como um meio que irá contribuir para o desenvolvimento do país, gerando mudanças que envolvem o cidadão, o estado e o setor produtivo. Propondo um novo modelo que deverá contemplar e harmonizar a força e o crescimento do mercado, com a distribuição da riqueza pela integração de soluções de ordem econômico-social, político e ambiental (BRASIL, 2003).

Entre os princípios para o desenvolvimento do turismo, contidos no Plano Nacional, está o aumento na competitividade do setor, a melhoria nas condições de vida da população, a descentralização das decisões e o respeito ao meio ambiente; sendo estes (de acordo com o referido plano) “os pilares para construção de um novo padrão de desenvolvimento, no qual todas as regiões possam crescer de forma integrada” (ibid., 2003, p.19).

Este modelo de gestão pública, descentralizada e participativa, visa a atingir em última instância o município, onde efetivamente o turismo acontece. Propõe um sistema de gestão composto: no seu nível estratégico (união), pelo Ministério, o Conselho Nacional de Turismo e o Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo; no nível operacional pelos Fóruns Estaduais; no nível local pelos Conselhos Municipais de Turismo e os Roteiros Integrados.

O núcleo estratégico tem a função de estabelecer canais de interlocução com os Estados da Federação, que por sua vez deverão estar conectados às necessidades advindas dos Municípios e regiões turísticas, tendo como atribuições: contribuir para construção das políticas e do Plano Nacional do Turismo, atuando como fórum facilitador e articulador para a formação das parcerias necessárias; elaborar os programas, projetos e ações estratégicas, aportando recursos e capacidade gerencial, co-responsabilizando-se para a construção de uma nova realidade; criar as parcerias e articular com os diversos atores, para executar e avaliar os programas e projetos concebidos;

Os Fóruns Estaduais, cuja finalidade é integrar a cadeia produtiva nos Estados facilitando a implantação do Plano Nacional do Turismo, são compostos pelo Secretário ou Dirigente Estadual, de um representante designado pelo Ministério do Turismo, pelas entidades públicas e privadas participantes do Conselho Nacional, por intermédio de suas representações regionais, pela representação dos Municípios, pelas Instituições de

Ensino Superior/Turismo, e demais entidades de relevância estadual, vinculadas ao turismo. Tendo como atribuição o cumprimento de um papel fundamental para a operacionalização das políticas formuladas pelo núcleo estratégico, tornando-se um canal de ligação entre o Governo Federal e os destinos turísticos.

Observa-se no discurso do Plano Nacional do Turismo uma intenção de promover a inclusão social, porém na prática os fatos demonstram o contrário, principalmente no que tange ao discurso da geração de emprego e renda. Tal argumento não é incoerente, mas ao seguir um “modelo de turismo baseado no modelo neoliberal, centrado no capitalismo hegemônico corporativista, e, portanto, excludente, [desconsidera-se] as questões sociais, não só conjunturais, mas sobretudo, estruturais. [Salientando ainda, que] a geração de renda não significa, necessariamente, distribuição de renda”(RODRIGUES,1999b, p. 158).

E nesse contexto a população continua sendo excluída, pois a mão-de-obra local não-especializada não é integrada às atividades turísticas. Na maioria das vezes o próprio poder público implementa ações através de programas, que são excludentes ao atender e privilegiar apenas algumas camadas da população, assim como alguns segmentos do turismo. A Política Nacional de turismo tem privilegiado o segmento do turismo receptivo (turismo internacional) e investido no turismo para quem pode pagar em dólar, ao invés de incentivar o turismo interno (SANTOS FILHO, 2005).

Ao estudar o tema da política pública, apresenta-se como pressuposto o entendimento que, a análise da política pública é, sempre e necessariamente, investigar o governo em ação, e não só os indivíduos ou grupos que têm força relevante influenciam tais ações, mas também as regras formais e informais que regem as instituições (SOUZA, C., 2003). Considera-se ainda o fato de que o turismo, planejado ou não, está subordinado às políticas públicas, à iniciativa privada ou à parceria de ambas.

Existe uma dificuldade para definir o turismo devido às características especiais de serviços e estrutura que geram problemas quanto à análise, monitoração, coordenação e elaboração de políticas. Atualmente a pesquisa de turismo e a análise da política pública e planejamento turístico não têm sido consideradas prioritárias, sendo que tanto o setor turístico quanto os três níveis de governo “têm-se mostrado mais preocupados com a divulgação e os retornos de curto prazo do que com o investimento estratégico e a sustentabilidade” (HALL, 2004, p.41).

2.5 O TURISMO E O DESENVOLVIMENTO URBANO

No Brasil, o turismo desenvolve-se principalmente nas cidades litorâneas, como observa Yázigi (2003), ao afirmar que a oferta do lugar turístico no Brasil tem-se pautado naquilo que é mais abundante, natureza e sol, que são relacionados ao patrimônio natural. O rápido e intenso processo de produção e consumo do espaço turístico nas regiões costeiras brasileiras vem-se agravando sensivelmente e tem gerado uma grande preocupação quanto aos aspectos ambientais (MARTINS, 2000), sociais e institucionais de desenvolvimento.

Ao analisar o processo de urbanização brasileiro, observa-se que a cidade legal concentra a maior parte dos investimentos públicos, enquanto o restante da cidade não pode financiar imóveis ou ter acesso a investimentos. E, “nas cidades litorâneas em que a população trabalhadora local tem de disputar as terras com o mercado imobiliário de veraneio, a população excluída do mercado legal privado pode atingir mais de 80% do total” (MARICATO, 2001, p.44). Estas cidades e as de porte médio tiveram um crescimento acelerado na década de 1980, o que exige atenção para as conseqüências socioambientais decorrentes do processo de urbanização.

Segundo Rodrigues (1999a, p.17), “O turismo é, incontestavelmente, um fenômeno econômico, político, social e cultural dos mais expressivos das sociedades ditas pós-industriais [...] que movimenta, em nível mundial, um enorme volume de pessoas e de capital, inscrevendo-se materialmente de forma cada vez mais significativa ao criar e recriar espaços diversificados”. Sendo necessária a busca por um desenvolvimento equilibrado do turismo que depende de um corpo coerente de práticas do que deva ser uma cidade, e as políticas que delas emanam para o resto do território (YÁZIGI, 2003).

Essa convicção de que o turismo pode transformar de forma positiva as economias locais, leva à exploração dos capitais naturais e culturais, de forma a priorizar o crescimento econômico em detrimento aos aspectos sociais, ambientais e institucionais de desenvolvimento, o que tem levado à degradação de alguns lugares (BARRETO, 2000).

O que leva a crer que, sem a organização eficaz do turismo, os espaços das cidades são produzidos de forma bastante desordenada. Negligencia-se a organização do espaço urbano, ignorando o quanto ele pode ser motivo de permanência mais

prolongada e de deleite cotidiano do residente. O urbano não é o único tipo de território em que se pratica o turismo, mas pode ser o mais importante, porque para se conhecer uma civilização ele é o lugar por excelência do encontro social e cultural. Mesmo quando o destino turístico acontece em meio natural, poucos são os casos em que a cidade não se interpõe como escala conveniente ou obrigatória (YÁZIGI, 2003).

Há uma interdependência entre turismo e urbano tanto em virtude dos efeitos dos fluxos de pessoas sobre o espaço urbano como em virtude do turismo requerer equipamentos de consumo coletivo e lazer turístico que passam a transformar o espaço. Em decorrência disso, há um processo de valorização do uso do solo urbano e de segregação de populações que não tem acesso aos serviços oferecidos (populações menos-favorecidas). “A vinculação entre turismo e espaço urbano é bastante forte, [...] porque, ao exigir equipamentos e áreas diferenciadas, o primeiro acarreta conseqüências no urbano e é por este influenciado” (PAIVA, 1995, p.68).

É portanto imprescindível que o planejamento turístico municipal considere que o desenvolvimento do turismo está relacionado com os problemas urbanos. Para tanto, é necessário proceder à ordenação territorial que, para o turismo, tem como objetivo: “estabelecer diretrizes que orientem a atividade turística, com a principal finalidade de conseguir a máxima valorização dos atrativos turísticos, defesa da paisagem e conservação e integração das características urbanas dos núcleos onde se produz o fenômeno turístico” (BISSOLI, 1999, p.50).

Considera-se, então, que o desenvolvimento do turismo pode estar diretamente relacionado com o desenvolvimento urbano, por isso é importante o desenvolvimento econômico, social e ambiental, assim como, a melhoria da qualidade de vida e da infraestrutura urbana nas cidades turísticas. Quanto à infraestrutura, ressalta-se a afirmação feita por Acselrad (2001, p.45-46) ao dizer que “quando o crescimento urbano não é acompanhado por investimentos em infraestrutura, a oferta de serviços urbanos não acompanha o crescimento da demanda”.

2.6 CONCLUSÃO

A discussão sobre desenvolvimento, presente no estudo do fenômeno turístico, envolve o planejamento — que deveria envolver os setores políticos, econômicos e sociais — e o desenvolvimento turístico, que é avaliado pelo ciclo de vida do turismo. A esta discussão são acrescentados os princípios da sustentabilidade, que parecem

contrários à produção e o consumo do espaço turístico, cuja atividade é relacionada ao mercado e pressupõe o uso dos recursos naturais e o envolvimento de diversos atores.

Torna-se necessário conhecer o fenômeno turístico e as modificações provenientes deste, assim como compreender os condicionantes da segregação espacial e da exclusão social, presentes nesse processo de modificações. E identificar as implicações de políticas públicas que influenciam na formação do espaço turístico; no planejamento e no desenvolvimento da atividade turística. Isso é importante para propor ações que integrem a atividade turística às demais atividades da cidade.

A seguir será apresentada a metodologia de abordagem ao tema, composta pela descrição dos procedimentos utilizados e pelos métodos escolhidos para a discussão e análise do estudo de caso.

3 METODOLOGIA

3.1 INTRODUÇÃO

Apresenta-se neste capítulo a fundamentação teórico-metodológica que norteia a construção desta pesquisa, com o intuito de esclarecer o ponto de vista e descrever os métodos e os procedimentos utilizados para a consecução dos objetivos propostos. Neste capítulo também é descrita a forma como as entrevistas foram estruturadas e aplicadas. Por fim, são apresentadas as limitações da referida metodologia e a adequação desta ao estudo de caso analisado.

3.2 ABORDAGEM UTILIZADA NA PESQUISA

Esta Dissertação configura-se como uma pesquisa indutiva¹⁴ (GUEDES, 1997) realizada no campo das Ciências Sociais, por meio do Método Qualitativo do Estudo de Caso (YIN, 2005). Trata-se do tema desenvolvimento com base em três diferentes abordagens: a primeira é sobre a teoria do desenvolvimento (COSTA, 1997; FURTADO, 2003; TODARO, 1981), a segunda trata do conceito de desenvolvimento sustentável (ACSELRAD, 2001; BARBIERI, 1997; CMMAD, 1991; VEIGA, 2002; SACHS, 2000) e a terceira é específica sobre desenvolvimento urbano (CASTELLS, 1983; CORRÊA, 2005; FERRAZ, 1997, 1998; SANTOS, 1993, 1997; SOUZA M., 2003).

Ao tratar do conhecimento acerca do desenvolvimento do turismo partiu-se do ponto de vista social e não apenas econômico da atividade turística. Ao considerar as várias dimensões que compõem as relações sociais e como essas relações se configuram no espaço, elegeu-se os enfoques da Geografia (RODRIGUES, 1999a, 1999b; YAZIGI, 2003) e da Sociologia (KRIPPENDORF, 1989; PAIVA, 1995) como predominantes para esta análise.

Ao considerar o turismo como uma atividade social por excelência, e por isso interdisciplinar, pretende-se acrescentar aos estudos referentes a esta atividade — com predominância nos campos da Geografia (CRUZ, 2003), Economia (LAGE ; MILONE,

¹⁴ A indução é a propriedade lógica que possibilita a generalização de uma proposição a partir de proposições particulares (GUEDES, 1997).

2001; LEMOS, 2005; RABAHY, 2003; VASCONCELLOS et al, 2005), Sociologia (DIAS, 2002; CASTRO, 2002), Antropologia (BANDUCCI JR. et al, 2001; MURTA, 2002), Administração (ACERENZA, 2003; RUSCHMANN et al, 2003; PIMENTA, 2003) e Psicologia (ROSS, 2001) — a visão da área da Arquitetura e do Urbanismo (SILVA, 2004; YAZIGI, 2003) que atualmente apresenta poucos trabalhos sobre a referida atividade.

Esse trabalho não faz uso das idéias contidas no discurso da atividade turística como solução para todos os problemas sociais e principalmente econômicos, em que se destaca o “discurso da geração de emprego e renda” e os conceitos de Desenvolvimento Sustentável e de Inclusão Social, termos utilizados muitas vezes sem consistência na argumentação. Considera-se o turismo como uma atividade complexa, que tem nas relações sociais o seu foco principal, mas não se defende aqui uma única alternativa, seja econômica ou social, para o desenvolvimento da atividade turística.

O desenvolvimento é colocado como questão primordial neste trabalho, com o intuito de analisar o discurso e a prática do turismo como sua alternativa. Partindo-se de uma fundamentação teórico-metodológica que possibilita a fidedignidade deste trabalho, por meio da técnica de pesquisa adotada, do processo de levantamento dos dados e da análise precedente.

Optou-se por realizar um estudo de caso, uma vez que tal estratégia se aplica para responder a questões do tipo ‘como’ e ‘por quê’, quando o pesquisador tem pouco controle sobre os acontecimentos e o foco se encontra em fenômenos contemporâneos inseridos em algum contexto da vida real (YIN, 2005). O referido método foi escolhido para esta análise qualitativa, uma vez que se aplica à contemporaneidade e à complexidade da atividade e do processo analisado.

O caso de Jequiá da Praia foi escolhido por ser considerado como decisivo na análise do desenvolvimento do turismo, devido às peculiaridades do lugar, da região em que está inserido, e ao fato de ser uma cidade na qual tanto o desenvolvimento urbano quanto o desenvolvimento do turismo não estão consolidados. O método apresenta a possibilidade de compreender o fenômeno estudado, para responder às questões levantadas nesta pesquisa.

Ao buscar compreender as modificações que vêm acontecendo no caso analisado, foi utilizada a Observação Direta¹⁵, durante as visitas em campo, e também a Observação Participante¹⁶, devido ao conhecimento empírico e à participação como observadora do processo.

3.3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Os procedimentos metodológicos que foram realizados para o desenvolvimento deste trabalho, e conseqüente realização dos objetivos, foram estruturados em quatro etapas; sendo estas divididas em: dados secundários, dados primários, organização e tratamento dos dados; análise e discussão dos resultados. Os dados secundários, formados por pesquisa e revisão bibliográfica, e pesquisa iconográfica (documentação visual), serviram de base para obter os conceitos e as informações necessárias para a sistematização deste trabalho.

Os dados primários são compostos por: aprofundamento do conhecimento geral do município e mapeamento das atividades turísticas; elaboração e aplicação de entrevistas; busca de informações específicas em órgãos públicos e com especialistas na área de turismo. Estes dados correspondem às informações coletadas, obtidas após a ida a campo, referentes às atividades turísticas existentes no local e ao desenvolvimento da cidade turística analisada.

Durante a organização e tratamento dos dados e informações obtidos, foi realizada revisão bibliográfica; análise da dinâmica urbana e do turismo em Jequiá da Praia-AL; investigação e apontamento das implicações de políticas públicas relativas ao desenvolvimento do turismo na área de estudo; sistematização de todo o trabalho. Ao final desta etapa foi possível compreender a dinâmica urbana da área de estudo, quais as ações necessárias para que o desenvolvimento do turismo corresponda a um processo de melhoria, e entender a relação entre desenvolvimento urbano e turismo. A dissertação foi estruturada a partir da descrição e discussão dos dados obtidos, e teve sua escrita definida com a análise e discussão dos resultados.

¹⁵ É realizada em visitas de campo, na qual o pesquisador pode observar alguns comportamentos ou condições ambientais relevantes que servirão como fonte de evidências para o estudo de caso (YIN, 2005).

¹⁶ É quando o observador participa dos eventos que estão sendo estudados. Tal observação é importante para facilitar a coleta de dados nos casos em que se participa de eventos ou de grupos (ibid., 2005).

Partiu-se da revisão de literatura para dar suporte teórico aos dados coletados, o que possibilitou a ligação desses aos propósitos do estudo, e forneceu os critérios necessários para a análise. A coleta de dados foi feita através de diversas fontes, sendo estas: documentos, dados censitários, revistas, jornais, sites de divulgação turística, folders, cartões postais, guia de informações turísticas, entrevistas.

Para atender às questões específicas da Política Pública de Turismo, foi necessária a revisão dessa literatura; sobre cidade e políticas públicas. Assim como a coleta de dados documentais e informações relevantes. A referida revisão foi realizada com base em textos sobre política pública (FARIA, 2003; SOUZA, C. , 2003), documentos (BRASIL, 2003; BRASIL M. T. , 2004), e textos pesquisados em livros e artigos, cujos autores discutem a questão da política de turismo (BRUSADIN, [entre 2000 A 2006]; RODRIGUES, 1999b; SANTOS FILHO, 2005; SILVA, 2004).

Os dados documentais e as informações, foram obtidos em órgãos públicos representativos, sendo estes as secretarias estadual e municipal de turismo, por intermédio dos atores entrevistados. Quanto às ações de desenvolvimento urbano, mais especificamente quanto à infra-estrutura urbana existente, foram coletados dados do Programa Saúde da Família – PSF; do Pré-diagnóstico do Plano Diretor e da entrevista realizada com o Secretário de Viação e Obras do município.

Pretende-se neste trabalho analisar a possibilidade da ocorrência de possíveis impactos, tanto negativos como positivos, provocados pelo desenvolvimento da atividade turística, salientando-se que esta análise será realizada pela observação das modificações ocorridas na área de estudo.

3.4 DESENHO DAS ENTREVISTAS

Foram aplicadas entrevistas focadas, em que as agendas continham perguntas abertas. Estas foram estruturadas em forma de conversa, para que outras perguntas pudessem ser acrescentadas, quando necessárias. As agendas utilizadas serão apresentadas nos apêndices A, B, C, D, E. A ordem em que as questões estão apresentadas não corresponde necessariamente a uma seqüência de perguntas, pois algumas questões foram esclarecidas nas falas iniciais dos entrevistados, e as perguntas foram feitas de acordo com o desenvolvimento da entrevista.

Os entrevistados foram escolhidos por participarem como comunidade local, empresários, ou como representantes de órgãos públicos representativos municipais e

estaduais. Foram aplicadas 14 (quatorze) entrevistas¹⁷, das quais 03 (três) foram realizadas com os técnicos, 02 (duas) com os empresários e 09 (nove) com a população local. A forma como estas entrevistas foram estruturadas e aplicadas será apresentada a seguir.

3.4.1 Entrevistas com os técnicos

As entrevistas aplicadas com os técnicos; representantes de órgãos públicos municipais e estaduais, foram norteadas pelas questões apresentadas nos apêndices A, B e C. Os três entrevistados representam, respectivamente, a Secretaria Executiva de Turismo do Estado - SETUR, a Secretaria de Turismo e Esportes – SETURES e a Secretaria de Viação e Obras. Sendo estes a Coordenadora do Programa de Regionalização do Turismo em Alagoas¹⁸, o Secretário de Turismo e Esportes¹⁹ e o Secretário de Viação e Obras²⁰.

As entrevistas aplicadas aos representantes das secretarias estaduais e municipais de turismo foram realizadas com o intuito de atender aos objetivos apresentados nos quadros 3, 4 e 5:

OBJETIVOS
Identificar as atribuições do entrevistado no processo de implementação das políticas de turismo no nível estadual e/ou municipal
Entender o papel do entrevistado na gestão do turismo
Entender como se relacionam as ações de turismo implementadas no município (ações isoladas ou não) com o contexto do Sistema de Gestão proposto pelo Plano Nacional de Turismo.
Entender as ações induzidas pelo Programa de Regionalização do Turismo e pelo Programa Nacional de Municipalização do Turismo-PNMT
Verificar se o município participou da política proposta pelo PNMT e o engajamento do entrevistado com os programas propostos a nível nacional
Identificar qual a forma de participação da gestão administrativa na implementação e fiscalização das atividades turísticas.
Identificar quais os agentes públicos e privados financiam e gerenciam as ações de turismo.

Quadro 3 - Objetivos das questões aplicadas aos entrevistados das Secretarias de Turismo

OBJETIVOS
Obter a resposta quanto ao fato de, existir ou não e em que condições uma Política Pública de Turismo na cidade de Jequiá da Praia
Verificar se existe o Fórum Estadual de turismo em Alagoas e como funciona.
Verificar se o PRODETUR atua na região sul.

Quadro 4 - Objetivos das questões aplicadas à Entrevistada da Secretaria Estadual de Turismo

¹⁷ No total de 14 entrevistas, apenas 03 não foram gravadas.

¹⁸ Sra. Marilda Bengo Cavalcanti de Albuquerque, Coordenadora do Programa de Regionalização do Turismo em Alagoas, entrevistada no dia 12 de junho de 2006 (entrevista não gravada).

¹⁹ Sr. Edvan Sarmento da Silva, Secretário de Turismo e Esportes do Município de Jequiá da Praia, entrevistado no dia 14 de junho de 2006.

²⁰ Sr. Maurício Corsino, Secretário de Viação e Obras do Município de Jequiá da Praia, entrevistado no dia 15 de janeiro de 2007.

OBJETIVOS
Obter a resposta quanto ao fato de existir ou não e em que condições uma Política Pública de Turismo na cidade de Jequiá da Praia.
Verificar se o município participa do Fórum Estadual de Turismo e confirmar se há um conselheiro e um suplente representando os municípios.
Obter informações sobre o inventário turístico e o desenvolvimento das atividades turísticas.
Entender como funciona a Associação dos Municípios das Lagoas e Mares do Sul?
Entender como foram definidos os roteiros e como esta sendo vendido o produto turístico - Jequiá da Praia.
Constatar a importância da atividade turística para o desenvolvimento do município e o interesse da gestão administrativa
Entender se existe a integração, principalmente entre as ações de desenvolvimento urbano e turismo.

Quadro 5 - Objetivos das questões aplicadas ao Secretário de Turismo e Esportes do Município

As informações obtidas a partir das entrevistas realizadas com os técnicos das secretarias estaduais e municipais de turismo nortearam a construção da seção 5.4.2, e serviram para compreender as ações que vêm sendo implementadas na área de estudo, tanto por parte do poder público como da iniciativa privada, com destaque para as agências de viagens e os empresários do turismo.

Vale ressaltar que algumas das perguntas aplicadas ao Secretário de Turismo e Esportes do Município foram elaboradas a partir dos dados obtidos na entrevista realizada com a Coordenadora do Programa de Regionalização do Turismo em Alagoas. E quanto às ações de desenvolvimento urbano, principalmente quanto à infra-estrutura urbana existente, foi realizada entrevista com o Secretário de Viação e Obras do município, cujos objetivos são apresentados no quadro 6.

OBJETIVOS
Identificar a atuação profissional e as atribuições do entrevistado.
Identificar a função da secretaria.
Investigar a atuação da secretaria quanto à infra-estrutura urbana e turística
Identificar se existe Planejamento Urbano no município e em que condições
Identificar o entendimento do entrevistado sobre desenvolvimento urbano
Identificar qual o critério para a exigência da elaboração do Plano Diretor (especial interesse turístico, áreas de influência de empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental)
Identificar o entendimento do entrevistado sobre desenvolvimento do turismo
Saber se existe uma consciência da relação das ações da secretaria com o desenvolvimento do turismo
Identificar possíveis ações conjuntas entre as duas secretarias
Identificar a posição do entrevistado acerca da relação entre desenvolvimento urbano e turismo

Quadro 6 - Objetivos das questões aplicadas ao Secretário de Viação e Obras do Município.

As informações obtidas a partir da entrevista realizada com o Secretário de Viação e Obras do Município serviram para compreender tanto as ações que vêm sendo implementadas na área de estudo por parte do poder público, quanto a infra-estrutura urbana e turística e as propostas que envolvem as Secretarias de Viação e Obras, e de Turismo (ver seções 4.3, 5.3.4 e 6.4).

3.4.2 Entrevistas com os empresários²¹

Foram realizadas duas entrevistas com os proprietários dos dois maiores empreendimentos existentes. Tais entrevistas aconteceram em seu local de trabalho e em dia de funcionamento, o que possibilitou a complementação dos dados pela observação e por registros fotográficos. As questões aplicadas estão apresentadas nos apêndice D, cujos objetivos são descritos no quadro 7.

OBJETIVOS
Identificar a experiência e o interesse do empresário no setor do turismo
Saber qual o período de existência do empreendimento para relacionar com os dados sobre o desenvolvimento da atividade
Entender o processo de implantação dos empreendimentos
Saber qual a participação da população local
Investigar a atuação da administração municipal em relação aos empreendimentos existentes
Identificar os agentes do processo de implementação da atividade turística
Identificar possíveis inquietações e críticas por parte dos empresários
Identificar a opinião do entrevistado acerca do desenvolvimento da atividade no local

Quadro 7 - Objetivos das questões aplicadas aos empresários.²²

As informações obtidas a partir das entrevistas realizadas serviram para compreender o processo de implantação dos empreendimentos; a participação da população, do poder público municipal e das agências e operadoras de viagens; identificar quais as necessidades apontadas (ver seção 6.3).

3.4.3 Entrevistas com a população local²³

Foram aplicadas nove entrevistas com a população do Povoado Barra de Jequiá, onde está localizada a maioria dos equipamentos turísticos. Por isso esta população representa uma amostra importante para a obtenção de dados específicos referentes à sua participação no desenvolvimento da atividade turística.

Os entrevistados foram divididos em quatro grupos (Quadro 8), e as entrevistas foram norteadas pelas questões apresentadas no apêndice E. Tais questões foram elaboradas para atender aos objetivos apresentados no quadro 9.

GRUPOS DE ENTREVISTADOS	QUANTIDADE
PESCADORES	02
ARTESÃS ²⁴	03
BARRACAS NA PRAIA	02
BARES E RESTAURANTES	02

Quadro 8 - Grupos de entrevistados da população local²⁵.

²¹ As entrevistas com os empresários foram realizadas nos próprios empreendimentos, onde foi aplicada a técnica da observação direta.

²² Empresários entrevistados nos dias 12 e 13 de janeiro de 2007.

²³ Realizadas por Amostragem Aleatória, uma vez que não se aplica a amostragem proporcional para o povoado escolhido em relação à cidade como um todo.

²⁴ As artesãs entrevistadas desenvolvem outras atividades além da confecção de peças de artesanato.

²⁵ As entrevistas com a população foram aplicadas nos dias 17,18 e 19 de janeiro de 2007.

OBJETIVOS
Identificar o grupo de entrevistados, a partir de sexo, faixa etária, origem e escolaridade.
Saber qual a ocupação, emprego, atividade, o entrevistado exerce.
Identificar as modificações ocorridas a partir do desenvolvimento do turismo
Saber o posicionamento acerca da atividade turística
Identificar qual a participação da população no desenvolvimento da atividade turística
Identificar alternativas de participação propostas pela própria população
Identificar se há receptividade da população quanto ao turismo
Saber se existe alguma expectativa por parte da população local sobre o desenvolvimento do turismo

Quadro 9 - Objetivos das questões aplicadas à População do Povoado Barra de Jequiá.

O grupo de entrevistados é formado por 04 (quatro) homens e 05 (cinco) mulheres; destes, 06 nasceram na Barra de Jequiá, 01 em Coruripe e 02 em Maceió. A maioria mora na localidade desde que nasceu e todos moram há mais de 20 anos. Quanto à escolaridade, 01 pessoa é iletrada; 01 possui ensino infantil; 05 possuem ensino fundamental incompleto e 02 concluíram o ensino médio. E em relação à ocupação, 02 são aposentados, 03 são autônomos e 04 estão empregados (três são funcionários públicos municipais). A faixa etária é entre 32 a 76 anos.

As informações obtidas a partir das entrevistas realizadas com a população serviram para entender as características, o posicionamento quanto à atividade turística e as possibilidades de participação da população local no desenvolvimento do turismo (ver seções 6.3 e 6.4).

Foram executadas outras entrevistas já mostradas anteriormente, que somam um total de 14 (quatorze) entrevistados. Esta quantidade é considerada relevante para o desenvolvimento desta pesquisa, uma vez que as entrevistas foram focadas e atenderam aos objetivos previamente definidos antes de sua aplicação. A realização das entrevistas foi importante para entender o processo de desenvolvimento local e o posicionamento dos entrevistados quanto às questões (apêndices A, B, C, D, E) apresentadas a eles.

3.5 LIMITAÇÕES DA METODOLOGIA

Ressalta-se que há limitações na metodologia utilizada, uma vez que, como alguns autores reconhecem (COSTA, 1997), as técnicas de observação são limitadas, pois algumas características dos fenômenos são observáveis e outras não. E também pelo fato de a observação ser seletiva, ou seja, observar apenas algumas características dos fenômenos, o que faz com que cada observador a direcione de maneira a captar as características que deseja observar.

Certamente um outro pesquisador que utilizar a mesma metodologia obterá resultados diferentes dos que serão apresentados a seguir, pois a observação estará condicionada pela localização espacial e temporal do observador. Todavia, como forma de atenuar as limitações, utilizou-se de instrumentos que permitiram o registro e o tratamento das informações, para observar da forma mais adequada possível o objeto de estudo.

3.6 CONCLUSÃO

O embasamento teórico que contextualiza a presente análise, adquirido através dos livros, artigos e dissertações que discutem os temas destacados nos capítulos anteriores, assim como a fundamentação teórico-metodológica apresentada neste capítulo, forneceram os critérios para a descrição e análise dos dados que serão apresentados nos capítulos subseqüentes.

A metodologia utilizada é adequada à consecução dos objetivos propostos, pois possibilitou a compreensão do caso estudado, pelas observações direta e participante, que conduziram esta pesquisa indutiva por intermédio do método qualitativo. Portanto, com base na referida metodologia, buscou-se construir as discussões e análises do estudo de caso; que será apresentado a seguir.

4 JEQUIÁ DA PRAIA: CARACTERIZAÇÃO

4.1 INTRODUÇÃO

Neste capítulo contextualiza-se o estudo de caso a partir da descrição dos aspectos sociais, geográficos, econômicos e culturais. O capítulo apresenta também a localização e inserção da cidade estudada no âmbito regional e as características quanto à infra-estrutura urbana existente. Finaliza-se o presente capítulo com a descrição do quadro da evolução urbana até a atualidade.

4.2 CARACTERÍSTICAS SOCIAIS, GEOGRÁFICAS, ECONÔMICAS E CULTURAIS

O município faz parte da Região Central do Estado de Alagoas e pertence à Mesorregião Geográfica do Leste Alagoano e à Microrregião de São Miguel dos Campos (Figura 1). Localiza-se a aproximadamente 68 km de Maceió pela AL-101-Sul e faz parte do sistema lagunar do sul do Estado, onde lagoas e estuários conferem importância para a pesca de pequena escala. Possui ecossistemas como o mar e as lagoas, sendo estas a lagoa Jequiá, lagoa Azeda, lagoa Jacarecica, lagoa do Taboadó, lagoa do Fresco, lagoa da Lavagem, lagoa Escura.



Figura 1 - Localização Geográfica do Município de Jequiá da Praia-AL. Adaptado de IBGE (2005).

Segundo o IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2000), a população era de 12.846 habitantes (6.619 homens e 6.227 mulheres) em 2000. A

população estimada em 2005 (IBGE, 2005) é de 12.926 habitantes, o que corresponde a 38,12 habitantes/km². Os dados de população urbana, rural, religiões e taxa de crescimento ainda não foram disponibilizados pelo órgão, em 2006. É o mais novo município do Estado, instalado após o Censo de 2000, que recebeu habitantes de Coruripe (4.324 hab) e de São Miguel dos Campos (8.521 hab).

Os dados sistematizados a partir das tabelas do Programa de Saúde da Família – PSF²⁶, da Secretaria Municipal de Saúde, apontam que a população total é de 11.981²⁷ habitantes, distribuídos em 4.685 hab na Zona Urbana e 7.296 hab na Zona Rural. Os dados obtidos a partir do PSF são mais atuais, uma vez que os dados apresentados pelo IBGE foram obtidos por estimativa. A distribuição demográfica espacializa-se nos povoados, nas fazendas e na zona urbana.

A população do município é formada em sua maioria por um considerável número de jovens e adultos (Tabela 1). Os dados acerca da faixa etária populacional e a necessidade de ensino médio e profissionalizante²⁸, reivindicada pela população, caracterizam uma população que necessita de oportunidades de capacitação profissional. Em 2002 a População Economicamente Ativa (PEA), de 15 a 59 anos, era de 7.867 pessoas, o que correspondia a 61% da população total na época.²⁹

Tabela 1 - Faixa Etária Populacional do Município de Jequiá da Praia

Crianças (0-9 anos)	Adolescentes (10-19 anos)	Adulto (20-39 anos)	Adulto (40-49 anos)	Adulto (50-59 anos)	Idoso (mais de 60 anos)
2.668 hab	2.737 hab	3.948 hab	1.098 hab	725 hab	805 hab

Fonte: Secretaria Municipal de Saúde de Jequiá da Praia, (2007).

As principais atividades econômicas são a pesca, a agroindústria da cana-de-açúcar e do álcool; a cultura do coco, e o turismo. O município tem a economia baseada na pesca e na agricultura, e esta, por sua vez, tem a cana-de-açúcar como seu principal produto. A cultura do coco-da-baía é a segunda principal atividade agrícola do município, e as culturas de milho, mandioca e feijão ocupam espaços mínimos ou têm plantios simbólicos, como a laranja e a banana. A pecuária é de pouca expressão no

²⁶ Dados sistematizados pela Secretaria Municipal de Saúde, através do Sistema de Informação de Atenção Básica-SIAB, em 29 de março de 2007.

²⁷ De acordo com o IBGE (2000), a população era de 12.846 habitantes. Porém estes dados foram obtidos por estimativa de acordo com os dados referentes aos municípios de Coruripe (4.324 hab.) e de São Miguel dos Campos (8.521 hab.) dos quais o território de Jequiá da Praia foi desmembrado.

²⁸ DLIS (PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÁ DA PRAIA; DLIS; SEBRAE, 2002).

²⁹ Ibid., 2002.

município (PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÁ DA PRAIA; DLIS; SEBRAE, 2002; INSTITUTO ARNON DE MELLO, 2006).

O setor primário é composto basicamente por cana-de-açúcar e pesca; e estes têm 68% das pessoas com ocupação rentável. O setor secundário ocupa 25% e o setor de comércio e serviços ocupa 7% das pessoas. O cultivo da cana³⁰ junto com a produção de açúcar e álcool emprega aproximadamente 4.066 trabalhadores em período de safra (3.261 no âmbito rural e 805 no âmbito urbano) e 1.752 no período de entressafra (PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÁ DA PRAIA, [2006?]).

A pesca, atividade tradicional, é apontada como um dos fatores mais importantes da economia local, apesar de ser pouco produtiva devido aos tipos de embarcações disponíveis; à existência de pesca predatória; à falta de local adequado para armazenamento do pescado e à poluição da lagoa Jequiá (PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÁ DA PRAIA; DLIS; SEBRAE, 2002). Esta atividade produz bagre, cação, cavala, pescada, sardinha, serra, tainha, vermelho e um grande volume de camarão (INSTITUTO ARNON DE MELLO, 2006). De acordo com o IBAMA, no ano 2000 a produção foi de 373 toneladas de pescados (IBGE, 2000).

A população possui um baixo poder aquisitivo, uma vez que a maioria recebe até dois salários mínimos de renda familiar e apresenta um alto índice de sub-emprego, característico na região, devido à sazonalidade da atividade canavieira e pela pequena durabilidade do labor diário na pesca artesanal (PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÁ DA PRAIA, [2006?]).

Para compensar, o turismo é apontado como alternativa de ocupação e renda pelo aproveitamento do potencial natural, da culinária local e do artesanato (ibid., 2002). Esse tem a matéria-prima derivada principalmente da cultura do coco (palha e fibra da casca do coco) e da palmeira ouricuri. Quanto à culinária, à base de frutos do mar, cita-se as moquecas de peixe e as peixadas. Há ainda as festas religiosas que levam os fiéis às ruas durante as procissões e os leilões de pratos típicos. (SUN COMUNICAÇÃO E MARKETING, 2002). Aliados a isso, existem alguns grupos de danças folclóricas, que tentam resgatar as danças tradicionais, as festas juninas e o carnaval, o que atrai visitantes dos municípios vizinhos.

³⁰ O plantio de cana-de-açúcar ocupa cerca de 75% da área agricultável do município (PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÁ DA PRAIA; DLIS; SEBRAE, 2002).

A lagoa Jequiá tem 18 Km de extensão e 1Km de largura, sendo a terceira maior em extensão e a primeira em volume d'água do Estado, e uma das mais profundas do Brasil (SETURES, [2004 ou 2005]). O afluente dessa lagoa é o rio Jequiá, que nasce na serra do Longá, com um curso de 80 Km e foz a mais de 15 Km do Oceano. A Lagoa se encontra com o mar a partir de um canal, por extensa restinga (DER-AL, 1990). Estes formam o 'complexo rio-lagoa-canal de Jequiá', um ecossistema de fomento à pesca, devido à existência de manguezais e ao fluxo e refluxo das águas do mar que penetram pelo canal até a Lagoa (IBAMA, 2001).

O fato de as águas do mar penetrarem até a lagoa a caracteriza como uma laguna, pois o conceito de lagoa corresponde a um corpo de água fechado que não tem contato com o mar, enquanto a laguna tem ligação com o mar e por isso a água é salobra³¹. Neste trabalho, a laguna que é denominada de lagoa Jequiá, será denominada da mesma forma, porém o canal que liga a lagoa ao mar não será denominado de rio e sim de canal da lagoa, ou simplesmente lagoa Jequiá, por se entender que a referida laguna é a mesma durante todo o seu percurso.

A lagoa Jequiá ocupa 10.203 hectares e faz parte do projeto Resex Marinhas, executado pelo Centro Nacional de Populações Tradicionais CNPT / IBAMA, como Reserva Extrativista Marinha. Os critérios de classificação destas reservas são a relevância ambiental de áreas costeiras, localizadas nas proximidades de bancos de corais, manguezais e estuários, e os componentes sócio-ambientais das comunidades extrativistas que se utilizam destes recursos como fonte de renda e subsistência (FNMA, 2002).



Foto 1 - Cabanas onde são guardadas as jangadas e as redes dos pescadores, lagoa Jequiá.
Fonte: Prefeitura Municipal (2003).



Foto 2 - Pescador na Barra de Jequiá (faz parte da Resex).
Fonte: Coelho, Fernando (2005).

³¹ A afirmação de que a lagoa Jequiá é uma laguna, e os conceitos de lagoa e laguna foram confirmados pelo Biólogo e Professor Jorge Luiz, no Programa Terra e Mar, da TV Gazeta de Alagoas, no dia 03 de fevereiro de 2007.

No município, que faz parte da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica - RBMA, encontra-se inserida a Reserva Extrativista Marinha da Lagoa do Jequiá – RESEX que é formada pela bacia hidrográfica da lagoa Jequiá. A pesca é praticada nas margens da Lagoa, onde os pescadores costumam guardar as jangadas e as redes em cabanas feitas com estrutura de madeira e cobertas de palha de coqueiro (Fotos 1 e 2).

4.3 INSERÇÃO REGIONAL E INFRA-ESTRUTURA URBANA

Para entender a realidade e as tendências para o desenvolvimento da área de estudo, é necessário o conhecimento da localização e da importância dessa área, no âmbito regional, e a suas características quanto à infra-estrutura urbana existente.

4.3.1 Inserção regional

A porção do litoral sul alagoano em que está inserido o município de Jequiá da Praia foi integrada à economia regional a partir do crescimento da indústria canavieira (devido ao aumento e implantação de usinas e destilarias) e da implantação da rodovia AL-101-Sul, que interliga a área com o centro-norte e norte do litoral alagoano. A partir dessa integração “novos processos de ordem social, econômica e também política instalaram-se na área, como: especulação imobiliária, expansão desordenada dos núcleos urbanos, novos loteamentos e condomínios residenciais, e a expansão da atividade turística” (CALHEIROS, 2000, p.43).

A integração territorial, possibilitada pela implantação da AL-101-Sul, é descrita por Calheiros ao ressaltar que:

Até 1990, a Rodovia BR-101 era o principal acesso ao litoral sul do estado, onde vias perpendiculares interligavam os núcleos urbanos à rodovia. A construção do segmento sul da Rodovia AL-101 (litorânea) facilitou o acesso para o litoral sul, bem como para o sertão, o agreste e baixo São Francisco devido ao prolongamento das vias perpendiculares já existentes. Além disto, a AL-101 Sul interliga-se à BR-101 (principal eixo de ligação entre Alagoas e Sergipe) pela AL-255 tornando-se uma alternativa de acesso a Sergipe via litoral sul alagoano (ibid., 2000, p.43).

Observa-se a localização e a proximidade com Maceió, o que possibilita o transporte aéreo de turistas até a capital, e posteriormente o deslocamento até o município de Jequiá da Praia. O acesso ao município é feito através das rodovias³²: AL-101-Sul, BR-101 e AL-420 (Mapa 1). Destaca-se a inserção do município também em

³² Segundo dados obtidos com o Secretário de Viação e Obras existe uma outra rodovia localizada no tabuleiro, próximo aos canaviais, porém não foi obtida a informação quanto ao nome da rodovia que nesse trabalho será denominada de rodovia canavial.

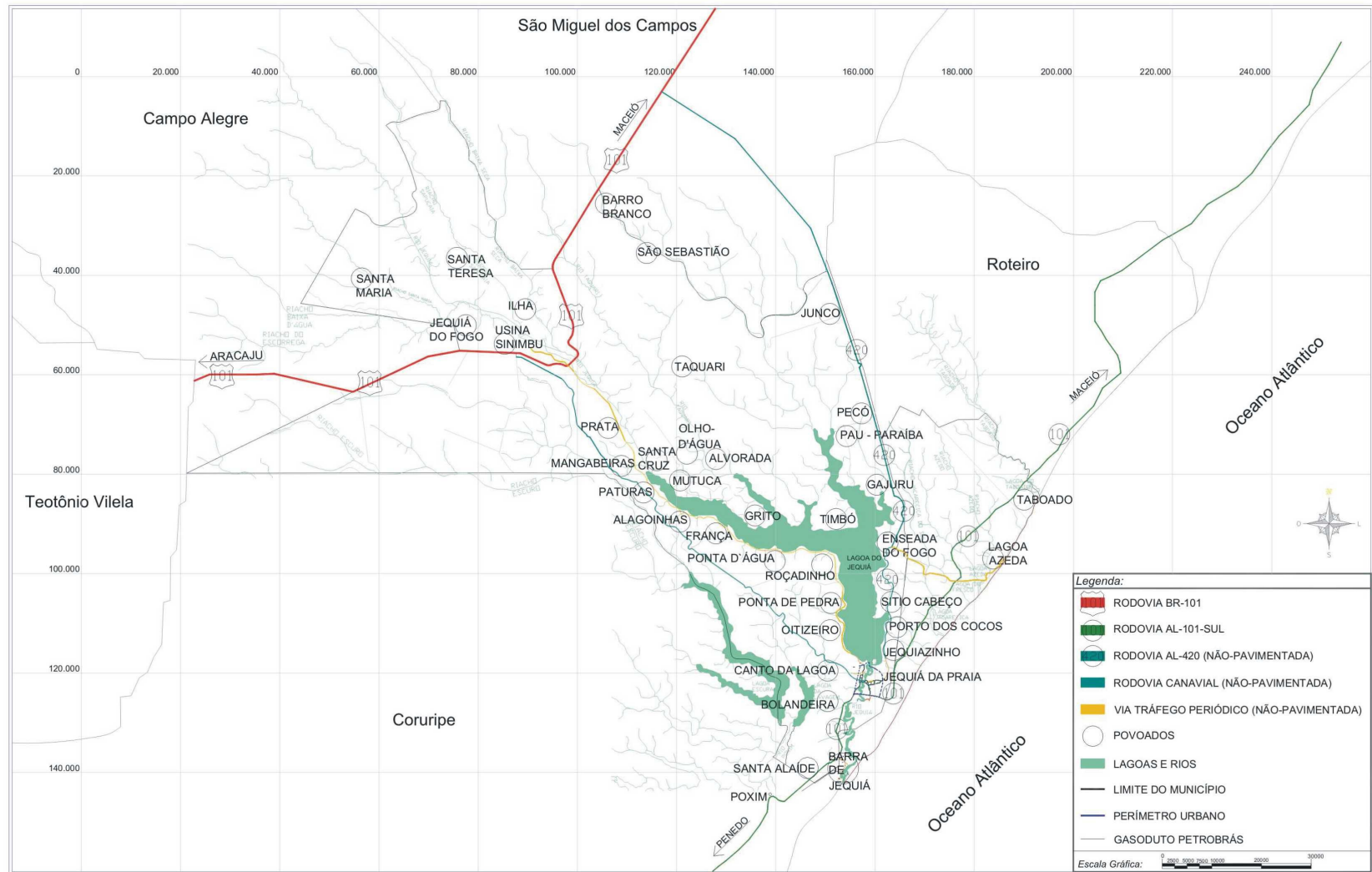
relação às demais rodovias, que fazem ligação com os municípios próximos e facilitam o acesso ao Estado de Sergipe.



Mapa 1 - Mapa Político e Rodoviário do Estado de Alagoas com indicação das rodovias de acesso ao Município de Jequiá da Praia. Fonte: Instituto Arnon de Mello (2006). Adaptado pela autora.

As rodovias têm como principal função ligar Jequiá da Praia aos demais municípios circunvizinhos, inserindo-o no contexto regional. Atualmente, o transporte rodoviário é o mais utilizado no acesso ao município, e também à região no qual ele está inserido; por isso deve-se observar a qualidade na pavimentação e na sinalização das referidas rodovias, visando à manutenção e à garantia da possibilidade de deslocamentos. A maioria das rodovias possui pavimentação do tipo flexível, constituída de revestimento asfáltico.

No entanto, a rodovia AL-420 e a rodovia denominada, nesse trabalho, de rodovia canavial, não são pavimentadas. Existem vias de tráfego periódico, também sem pavimentação; que fazem a ligação entre os povoados e a zona urbana. Observa-se que a via destacada próximo ao povoado Lagoa Azeda era provavelmente o acesso utilizado antes da implantação da AL-101-Sul (Mapa 2). As vias não-pavimentadas têm o estado de conservação agravado em épocas de chuva, e destas, apenas as rodovias são mais conservadas, devido ao transporte da cana-de-açúcar até as usinas.



Mapa 2 - Rodovias e vias de acesso ao Município de Jequiá da Praia - AL. Mapa base: IBGE (2002); PDPJP (2006). Adaptado pela autora. Escala Gráfica.

A ligação entre a BR-101 e a AL-101-Sul, no trecho que corta a área de estudo, e os deslocamentos entre os povoados, poderiam ser facilitados se as rodovias, AL-420 e a “rodovia canavial” fossem pavimentadas. Quanto às vias de tráfego periódico, há uma proposta, denominada “estrada parque”, contida no Plano Diretor do Município, que indica a utilização de uma pavimentação alternativa na via que margeia a Lagoa e faz a ligação dos povoados com a BR-101.

4.3.2 Infra-estrutura Urbana Existente

As cidades apresentam necessidades quanto à infra-estrutura, ou seja, quanto às redes arteriais de saneamento (água, esgoto e drenagem), energia (eletricidade, gás), comunicação e o sistema viário (YOSHINAGA, 2003).

4.3.2.1 Sistema Viário

O acesso à zona rural geralmente é dado através de estradas vicinais, sem pavimentação, e em péssimo estado de conservação; agravado ainda mais em épocas de chuva. Esse tipo de estrada é mais característico aos povoados situados à margem da lagoa Jequiá e distantes da sede municipal. Os povoados de Lagoa Azeda e Barra de Jequiá (Fotos 3 e 4) têm o acesso facilitado devido à proximidade das rodovias, porém a maioria dos povoados não possui ruas pavimentadas.



Foto 3 - Obra de pavimentação da estrada de acesso ao povoado Lagoa Azeda.
Fonte: Antônio Jequiá, (2006).



Foto 4 - Rua principal do povoado Barra de Jequiá, pavimentação em execução.
Fonte: acervo pessoal, (2007).

O sistema viário urbano não permite um tráfego intenso, pois quase todas as ruas são estreitas, com aproximadamente 4 a 6 metros de largura. A ponte de madeira e base de concreto sobre o canal da lagoa Jequiá, que liga as duas partes da cidade, não comporta o tráfego de veículos pesados e atende de forma precária à circulação de

pedestres e veículos de pequeno a médio porte (Fotos 5 e 6). O tráfego intenso de veículos de todos os tipos dá-se pela AL-101-Sul, principal acesso à zona urbana.



Foto 5 - Ponte sobre a lagoa Jequiá, circulação de veículos de pequeno a médio porte.

Fonte: PDPJP (2006).



Foto 6 - Ponte sobre a lagoa Jequiá, circulação de pedestres feita de modo precário.

Fonte: PDPJP (2006).

Quanto à referida ponte, o Secretário de Viação e Obras do município informou que já foi viabilizado junto ao governo federal, por intermédio do Ministério de Turismo e Esporte, recursos para financiar a construção de uma nova ponte sobre o canal da Lagoa Jequiá, substituindo a atual. Segundo o secretário, a nova ponte constará de passeio para pedestres, mão dupla para circulação de veículos automotores de pequeno a grande porte, e possibilitará também a passagem de pequenas embarcações no leito trafegável do canal da Lagoa, respeitando a altura da maré máxima³³.

4.3.2.2 Saneamento

Entende-se que o saneamento é composto pelos serviços públicos de Abastecimento D'água, Esgotamento Sanitário, Manejo de Águas Pluviais Urbanas e o Manejo de Resíduos Sólidos. É necessária a descrição da qualidade destes serviços na área de estudo, tendo em vista o atendimento da demanda populacional local e os demais usuários.

O sistema de abastecimento d'água do município de Jequiá da Praia é realizado de três formas: água encanada em rede pública, poços profundos ou nascentes, e cacimbas e/ou chafariz, que na sua maioria funcionam de forma rudimentar. A sede municipal e os povoados Lagoa Azeda e Barra de Jequiá são atendidos pelo SAAE – Serviço Autônomo de Água e Esgoto³⁴, enquanto os povoados França e Lagoinhas são abastecidos por um sistema que é gerenciado pela Associação Comunitária destes

³³ Dados obtidos na entrevista realizada no dia 15 de janeiro de 2007.

³⁴ Vinculado ao município de São Miguel dos Campos.

povoados. Os demais povoados são abastecidos por poços com chafariz, ou seja, sem sistema de distribuição residencial (PDPJP, 2006).

Com base nos dados de 2002, a água que abastece a área urbana é proveniente de dois poços profundos, com vazão de 40 m³ cada, distribuindo em média 7.600 m³ por mês. Em Lagoa Azeda, a água provém de um poço profundo, com vazão de 20 m³/h, distribuindo em média 1.950 m³ por mês. O sistema de abastecimento d'água atendia neste mesmo período a 27 ligações comerciais na área urbana e a 201 ligações no povoado Lagoa Azeda, sendo 199 ligações residenciais e 2 comerciais (PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÁ DA PRAIA; DLIS; SEBRAE, 2002).

De acordo com os dados da Secretaria Municipal de Saúde (Tabela 2), o sistema de abastecimento d'água compreende 1.139 unidades habitacionais ligadas à rede pública de abastecimento na zona urbana e 837 unidades habitacionais na zona rural. Além da rede pública, há o abastecimento por poços ou nascentes que atendem a 96 residências na área urbana e 629 na área rural. Identifica-se ainda uma categoria denominada de outros, provavelmente as cacimbas e/ou chafariz, que atende a 15 residências na área urbana e 180 na área rural.

Tabela 2 - Abastecimento d'água por unidade domiciliar

ABASTECIMENTO D'ÁGUA	ZONA URBANA	ZONA RURAL	TOTAL
Rede Pública	1139	837	1.976
Poço ou nascente	96	629	725
Outros	15	180	195
TOTAL GERAL	1.250	1.646	2.896

Fonte: Secretaria Municipal de Saúde de Jequiá da Praia, (2007).

Constata-se que há deficiência da rede pública de abastecimento d'água, tanto na zona urbana, que recorre a outros meios de abastecimento, quanto nos povoados, que não são atendidos de maneira global. Porém a existência de um Sistema de Abastecimento d'água gerenciado pelas Associações Comunitárias, que barateia o preço final do serviço, pode ser uma alternativa para ampliar o sistema de abastecimento/distribuição de água nos povoados da região lagunar.

A sede municipal e os povoados de Lagoa Azeda e Barra de Jequiá, que já são atendidos pela Concessionária, com rede pública de abastecimento d'água, devem ter a demanda de consumidores identificada com base não apenas nos dados da Secretaria de Saúde, que provavelmente só caracteriza a população residente, mas deve levar em consideração os empreendimentos e o contingente populacional tanto de final de semana como dos períodos de pico.

Em relação ao tratamento d'água, o SAAE recebe a água proveniente do reservatório localizado na parte superior da cidade³⁵, e leva ao processo de tratamento com tecnologia convencional, à base de adição de cloro e flúor (PDPJP, 2006). A maioria da água que chega aos domicílios é tratada por cloração, mas a deficiência no abastecimento e conseqüentemente na qualidade da água que é consumida leva a população a tratar a água em seus domicílios, por filtração e fervura (Tabela 3). E num total de 2.896 unidades habitacionais visitadas pelos técnicos da saúde, 386 residências não oferecem nenhum tratamento à água consumida.

Tabela 3 - Tratamento d'água por unidade domiciliar

TRATAMENTO DE ÁGUA	ZONA URBANA	ZONA RURAL	TOTAL
Filtração	27	33	60
Fervura	1	34	35
Cloração	1.208	1.207	2.415
Sem tratamento	14	372	386
TOTAL GERAL	1.250	1.646	2.896

Fonte: Secretaria Municipal de Saúde de Jequiá da Praia, (2007).

Observa-se que há deficiência quanto ao tratamento da água que é consumida pela população e que esta deficiência é acentuada na zona rural do município. Aponta-se a necessidade de buscar soluções, tanto para o tratamento quanto para o abastecimento d'água, pois a utilização d'água sem nenhum tipo de tratamento põe em risco a saúde da população.

O Esgotamento Sanitário (Tabela 4), é realizado basicamente através de fossas que se distribuem em 1.079 unidades habitacionais na zona urbana e em 1.097 na zona rural. Existem apenas cinco unidades habitacionais que são atendidas por um sistema de esgoto e 715 residências despejam o esgoto a céu aberto. Esses dados confirmam a constatação de que “um dos principais problemas encontrados no município está relacionado com a deficiência no sistema de esgotamento sanitário” (ibid., 2006).

Tabela 4 - Destino do Esgoto

DESTINO DO ESGOTO	ZONA URBANA	ZONA RURAL	TOTAL
Sistema de esgoto	4	1	5
Fossa	1.079	1.097	2.176
Céu Aberto	167	548	715
TOTAL GERAL	1.250	1.646	2.896

Fonte: Secretaria Municipal de Saúde de Jequiá da Praia, (2007).

Os dados não deixam claro quantas dessas fossas são rudimentares ou sépticas, mas sabe-se que a primeira é a solução mais adotada em toda a área urbana e em boa parte da zona rural, o que pode poluir o lençol freático. Os esgotos são jogados nas

³⁵ A unidade de tratamento da Concessionária fica localizada, na Rua da Mangueira, na área urbana.

sarjetas e nos mananciais; as águas servidas decaem sobre os rios, lagoas e praias, acarretando um aspecto desagradável e insalubre nas ruas da cidade, e causando problemas de cunho ambiental (ibid., 2006).

O Manejo de Águas Pluviais Urbanas funciona através de sarjetas que são direcionadas para as galerias subterrâneas que, por sua vez, possuem uma ligeira declividade para o escoamento das águas e uma área que permite tarefas de inspeção e de limpeza. São aproximadamente 619 metros de drenagem subterrânea, através de rede de tubulação de concreto, com diâmetro variando entre 60 a 20 cm. A drenagem pluvial urbana verte para os recursos hídricos existentes, principalmente para a lagoa Jequiá. Ressalta-se que as redes de drenagem existentes são insuficientes, e em alguns pontos funcionam em condições precárias (ibid., 2006).

Quanto ao Manejo de Resíduos Sólidos, sabe-se que a maioria dos resíduos provenientes da zona urbana em Jequiá da Praia é domiciliar, visto que o local é predominantemente residencial. Mas também existe o lixo hospitalar proveniente das unidades de saúde, e a casca de coco que geralmente é queimada. Nos povoados que não são atendidos pela coleta pública do lixo, a população é incentivada a queimar o lixo produzido (ibid., 2006).

Quanto à destinação do lixo (Tabela 5), 1.052 unidades habitacionais na zona urbana e 663 unidades na zona rural são atendidas pela coleta pública. Em relação ao lixo que é queimado e/ ou enterrado, 109 unidades habitacionais na área urbana e 328 na área rural, e ao lixo que é jogado a céu aberto, 89 unidades na área urbana e 665 na área rural. Percebe-se que predomina tal destinação na área rural, que é pouco atendida pela coleta pública. Ressalta-se que a destinação inadequada do lixo pode contaminar o solo e o lençol freático, poluir os cursos d'água e conseqüentemente causar danos ao meio ambiente e à saúde das pessoas.

Tabela 5 - Destino do Lixo

DESTINO DO LIXO	ZONA URBANA	ZONA RURAL	TOTAL
Coleta Pública	1.052	663	1.715
Queimado/Enterrado	109	328	437
Céu Aberto	89	655	744
TOTAL GERAL	1.250	1.646	2.896

Fonte: Secretaria Municipal de Saúde de Jequiá da Praia, (2007).

O lixo coletado, na zona urbana e nos povoados próximos, é levado a pequenas propriedades na zona rural, onde é feita a separação seletiva. O lixo orgânico e o não-reaproveitado são misturados à terra por implementação agrícola (grade), tornando-se, por processo natural, adubo orgânico que é utilizado pelos próprios agricultores. O

lixo excedente é levado para uma caixa de empréstimo, localizada em uma estrada vicinal próxima ao povoado Lagoinhas, onde é queimado. O lixo produzido pela Usina Sinimbú também é levado para uma caixa de empréstimo, próxima à Usina, onde também é queimado (ibid., 2006).

4.3.2.3 Energia e Comunicação

Quanto ao serviço de fornecimento de energia elétrica, as unidades domiciliares se dividem em 1227 na zona urbana e 1599 na zona rural (Tabela 6). A fornecedora é a CEAL - Companhia de Energia Elétrica do Estado de Alagoas, mas parte da energia elétrica na zona rural é gerada pela Usina Sinimbu, para atender à Usina, o povoado de mesmo nome e às fazendas da localidade. Os dados não referem qual a fornecedora, mas mostram que apenas 2.826 domicílios são atendidos, o que representa um decréscimo em relação ao total de 2.896 unidades cadastradas pela secretaria de saúde.

Tabela 6 - Energia Elétrica

ENERGIA ELÉTRICA	ZONA URBANA	ZONA RURAL	TOTAL
Domicílios	1.227	1.599	2.826

Fonte: Secretaria Municipal de Saúde de Jequiá da Praia, (2007).

O setor industrial apresenta um baixo consumo de eletricidade devido à Usina Sinimbú gerar sua própria energia. Porém, em relação ao município, existe o problema de o consumo de energia elétrica, em períodos de crescimento da demanda, ser maior que a capacidade, acarretando em constantes queda de tensão (ibid., 2006). A capacidade e o fornecimento de energia precisam ser aumentados de acordo com as necessidades reais da cidade.

Quanto aos meios de Comunicação, o município é dotado de sistema de telefonia pública e privado, sistema de correios e telégrafos, rádio comunitária e transmissão de televisão através de sinal proveniente da capital. O sistema de telefonia celular não atende à demanda de forma satisfatória e existe telefonia fixa apenas na sede do município e no povoado Lagoa Azeda. A carência existente em relação à telefonia é uma das questões apontadas pela população que também tem a necessidade de implantação de uma antena de transmissão de televisão.

Ressalta-se a importância da análise dos dados, referentes à infra-estrutura urbana para o desenvolvimento da cidade turística estudada, e destaca-se que a infra-estrutura existente não tem atendido satisfatoriamente à demanda populacional, e conseqüentemente não irá atender à demanda de visitantes que tem aumentado nos últimos 10 anos.

4.4 EVOLUÇÃO URBANA DE JEQUIÁ DA PRAIA

O município de Jequiá da Praia foi emancipado em 3 de fevereiro de 1995, pelo decreto estadual nº 5.675, e sua divisão territorial foi oficializada em 2001, pelo IBGE, a partir do desmembramento dos municípios de São Miguel dos Campos e Coruripe (ver anexo A). Apesar da sua recente emancipação, Jequiá da Praia possui um passado histórico que, mesmo atrelado aos dados dos municípios aos quais pertencia, caracteriza e descreve um pouco da história e da evolução urbana do atual município.

A seguir serão apresentadas referências que contextualizam a evolução da ocupação e uso do solo de Jequiá da Praia. As referências que seguem, foram relatadas a partir das informações obtidas em diversos autores (SANTOS, [199-]; DER-AL, 1990; LEMOS, 1999; PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÁ DA PRAIA; DLIS; SEBRAE, 2002; PDPJP, 2006; ROMÃO; SILVA, 2004; DIÉGUES JÚNIOR, 2006; INSTITUTO ARNON DE MELLO, 2006).

4.4.1 Antecedentes Históricos

A palavra Jequiá é de origem tupi, pois a nação Caeté dominava tais terras, sendo seu habitante primitivo. Na língua indígena, “Jy-q-ya” significa cesto grande de peixe. O termo é uma alusão à grande quantidade de curimãs extraídas da Lagoa Jequiá. Esta é constituída pelo Rio Jequiá, cuja foz, barrada por um terraço flúvio-marinho, permitiu a inundação dos vales que correspondem à porção baixa do rio (Foto 7).

Uma pesquisa arqueológica feita na região da lagoa Jequiá, sobre a ocupação pré-histórica da área, na qual foram catalogadas diversas referências da tradição oral, relata a presença de vestígios pré-históricos na região, sobretudo nas bordas da lagoa, que foram intensamente ocupadas por grupos humanos primitivos em virtude da facilidade de vida (LEMOS, 1999).



**Foto 7 - Vista da lagoa Jequiá.
Fonte: SETURES (2006).**

De acordo com Diégues Júnior (2006) somente na segunda metade do séc. XVI, quando se verifica a excursão de Jerônimo de Albuquerque contra os caetés que haviam sacrificado o bispo D. Fernandes Sardinha, é que começam as explorações do território das Alagoas que era, até então, quase ignorado. Como pode ser observado no registro da morte do Bispo, feito por Frei Vicente, que se refere vagamente ao lugar como situado entre Bahia e Pernambuco (SALVADOR, apud *ibid.*, 2006, p.49)

Os índios Caetés historicamente são os responsáveis pela morte do bispo Dom Fernandes Sardinha, após o naufrágio da nau N. S. da Ajuda, ocorrido em 16 de junho de 1556. O naufrágio teria ocorrido próximo à foz do Rio Coruripe, e alguns naufragos teriam sido levados até a Barra do Rio São Miguel. Os Caetés foram condenados à extinção pela bula papal, e à escravidão por um edito da Rainha de Portugal, Catarina de Áustria, em 1557. A sentença real desencadeou, em 1560, a denominada Guerra dos Caetés, que durou cinco anos e levou à extinção dessa grande nação indígena. Há controvérsias quanto à acusação, pois de acordo com o historiador Moacir Soares Pereira, o acontecimento teria acontecido na baía de Vazabarris, no Estado de Sergipe (LEMOS, 1999).

Os franceses foram os primeiros brancos a se estabelecer na região, dedicando-se à extração e comércio do pau-brasil, espécie vegetal abundante na época, através da construção de feitorias, que se constituíram como os primeiros núcleos de atividade econômica da região. Na Lagoa Jequiá existe um Povoado denominado “França”, onde se encontra o ancoradouro “Porto do Ruivo”, numa clara referência à presença francesa no lugar, no início do período colonial, a igreja de São João Batista e o Cemitério (Fotos 8 e 9). Alguns relatos mostram que é possível que espanhóis e holandeses também tenham construído feitorias na região, principalmente às margens da Lagoa Jequiá (*ibid.*, 1999; ROMÃO; SILVA, 2004).



Foto 8 - Vista da Igreja de São João Batista e do Cemitério, no Povoado França
Fonte: Romão, Simone (2004).



Foto 9 - Fachada da Igreja de São João Batista, no Povoado França
Fonte: Romão, Simone (2004).

Os franceses exploravam o pau-brasil nas costas alagoanas, mesmo antes da divisão do Brasil em Capitânicas Hereditárias. Os únicos vestígios da presença deste povo em Alagoas foram alguns pontos na costa alagoana, que receberam a denominação de ‘Porto dos Franceses’ (SANTOS, [199-]), sendo estes: o Porto Velho dos Franceses (situado 4 léguas antes do Rio São Miguel, no município de Marechal Deodoro); o Porto Novo dos Franceses (situado 2 léguas após o Rio São Miguel, na barra do Rio Jequiá); o Porto dos Franceses (próximo à enseada do Rio Coruripe).

Em 1556 foi doada a Antônio Moura Castro, por Duarte Coelho, donatário da Capitânia de Pernambuco, uma sesmaria formada pelas terras entre o rio São Miguel e o rio Coruripe. A partir desse ato, inicia-se o processo de colonização da sesmaria com a introdução da cultura da cana-de-açúcar, estabelecendo-se os primeiros engenhos da região, sendo estes o Engenho Jequiá (atual Usina Cansação de Sinimbu) e o Engenho Prata. No período colonial, de acordo com dados históricos, através do rio, o acesso à lagoa pelo mar era viável às barcas de transporte de açúcar de bom calado.

Quanto aos engenhos, Diégues Júnior (2006) relata que alguns foram construídos nas margens dos rios, que muitas vezes davam seus nomes aos engenhos, pois “é fixando-se em nomes de rios ou de lagoas — o Poxim, o São Miguel, o Jiquiá, — que se faz a distribuição do povoamento”, e descreve a importância dos rios para o transporte do açúcar:

Os rios não eram somente vales férteis, através de cujas margens os canaviais gostosamente se estendiam, como se estendem ainda hoje; eram também os caminhos, por onde as canoas ou as barças navegavam, fazendo o comércio do açúcar. E até as próprias barças se construíam tendo como referência de tamanho o número de sacos ou de caixas de açúcar que pudessem conduzir (ibid., 2006, p.45).

Jequiá da Praia, Poxim, Coruripe, Povoado França e Pontal de Coruripe, foram antigos núcleos habitados por europeus no início do Período Colonial no Nordeste. Estando como vilas já consolidadas entre o séc. XVII E XVIII, Jequiá da Praia, Poxim e Coruripe (ROMÃO; SILVA, 2004).

4.4.2 Primeiras Povoações Urbanas

As primeiras povoações da região, onde se encontra Jequiá da Praia, se iniciaram sob a influência da Vila de São José do Poxim, vilarejo surgido por volta de 1600, e cuja freguesia foi criada pelo Bispo de Olinda em 1718, hoje pertencente ao município de Coruripe. A vila se consolidou por estar próxima do ancoradouro natural da atual Fazenda Pituba, onde os navios negreiros atracavam trazendo os negros para ser comercializados aos senhores de engenho. Porém os negros doentes, velhos ou com deficiência física que não eram comercializados ficavam na vila, o que caracteriza a população do Poxim como predominante de pessoas de cor negra (PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÁ DA PRAIA; DLIS; SEBRAE, 2002).

A igreja de São José do Poxim, existente no atual Povoado de Poxim, foi construída provavelmente em 1717, e a igreja de N. S. do Pilar, localizada em Jequiá da Praia, cuja construção data de 1762; teria sido construída inicialmente para ser a capela de um antigo engenho de açúcar existente nas imediações da atual igreja — o engenho teria sido construído em um local denominado Porto do Engenho — dando início ao povoamento da atual área urbana (Fotos 10 e 11). A igreja de N. S. do Pilar incorporou na comunidade valores e tradições desde a sua fundação, o que demonstra a sua importância tanto como patrimônio arquitetônico³⁶ como patrimônio intangível³⁷ (ROMÃO; SILVA, 2004).

³⁶ De acordo com a Declaração de Amsterdã (CONSELHO DA EUROPA, 1975), o patrimônio arquitetônico compreende não somente as construções isoladas e seu entorno, mas também os conjuntos e bairros que apresentam um interesse histórico ou cultural.

³⁷ A Carta de Mar Del Plata sobre Patrimônio Intangível (MERCOSUL, 1997), afirma que esse patrimônio se materializa nas diversas manifestações culturais dos povos.



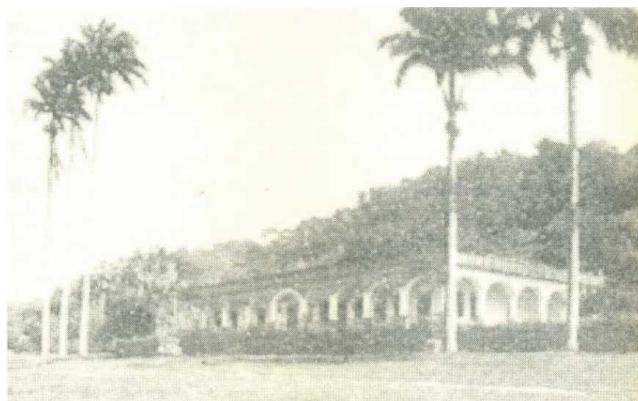
Foto 10 - Fachada da Igreja N. S. do Pilar, localizada no Centro de Jequiá da Praia. Fonte: Medeiros, Daniel (2004).



Foto 11 - Vista da fachada lateral da Igreja N. S. do Pilar e do Cemitério. Fonte: Romão, Simone (2004).

Entre 1788 e 1790, existiam estaleiros que fabricavam barcos em Jequiá e na Barra de Jequiá, este por sua vez foi o primeiro e melhor estaleiro da região de Coruripe. A construção naval era importante para a economia local e o barcaceiro é um dos personagens que contribuíram para a história econômica da região de Coruripe (LE MOS, 1999). No séc. XVIII se utilizavam árvores das matas entre a lagoa Jequiá e o rio São Miguel para a construção de navios mercantis, nas matas é que ‘se provê toda a marinha mercantil da Baía, depois da proibição das matas de Palmares’ e nos seus portos constroem-se muitas embarcações; na mesma época estavam sendo construídas sete ou oito (MOREIRA, apud DIÉGUES JÚNIOR, 2006, p. 47).

Por volta de 1816, o português Manoel da Cunha Coelho ocupava o Sítio Espera, representando este uma das famílias mais antigas a ocuparem as terras da atual cidade, às margens do rio Jequiá (canal da Lagoa). Naquele tempo, as atividades predominantes eram a retirada de madeira, a produção de coco e cana-de-açúcar. Ligados à produção de açúcar, aparecem figuras ilustres como o Comendador Miguel Palmeira, denominado Barão de Coruripe e o Sr. Manuel Duarte Ferreira Ferro, o Barão de Jequiá, cuja residência — a atual sede da fazenda e antigo engenho Prata — teve sua construção concluída em 1886 (Foto 12).



**Foto 12 - Vista da casa grande do antigo engenho Prata.
Fonte: DIÉGUES JÚNIOR (2006).**

Em 1900, a pesca artesanal já se iniciava na Lagoa de Jequiá. O filho do português Manoel, João Manoel Cunha Coelho, arrematou em Coruripe o direito à pescaria no rio e na lagoa Jequiá. A pesca é uma atividade tradicional, tanto na lagoa quanto no mar, como pode ser observado no povoado da Lagoa Azeda que abriga nas águas do seu mar os vestígios do navio Itapajés, naufragado, em setembro de 1943 durante a 2ª Guerra Mundial, por um submarino alemão e os relatos da bravura dos seus pescadores que vigiavam a costa e avisavam da chegada dos navios inimigos.

De 1884, até por volta de 1950, o transporte do açúcar era feito por trem e barcaças. Nesse período existia uma ponte elevadiça sobre o rio Jequiá para permitir a passagem das embarcações que levavam o açúcar desde o Porto da Boca, na lagoa Jequiá, até o Porto de Jaraguá. Já em 1945 começa o processo de mudança do tipo de transporte, com a substituição do uso das barcaças pelo transporte rodoviário (PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÁ DA PRAIA; DLIS; SEBRAE, 2002).

A estrada de ferro que pertencia à usina Sinimbu servia para o transporte das canas e do açúcar na área da várzea. Essa rede ferroviária possuía uma linha tronco acompanhando o rio Jequiá, que cortava os engenhos Prata e Mangabeira, da qual partiam ramais que subiam os vales secundários dos seus afluentes: Chapéu de sol, Baixa d'água e Santa Luzia. A usina Coruripe também dispunha de uma estrada de ferro³⁸ (DER-AL, 1990).

Segundo dados apresentados pelo Instituto Arnon de Mello (2006), Tomás Espíndola refere-se a Jequiá da Praia, quando trata acerca do município de São Miguel dos Campos, com a seguintes informações: o povoado situa-se 'à margem norte do

³⁸ As redes ferroviárias das usinas estão desativadas (DER-AL, 1990).

desaguadouro da Lagoa Jequiá, sobre o qual existe um pontilhão: é pequeno, pobre, sem comércio, muito abundante de cocos e peixes da lagoa, principalmente de curimãs no tempo da desova’.

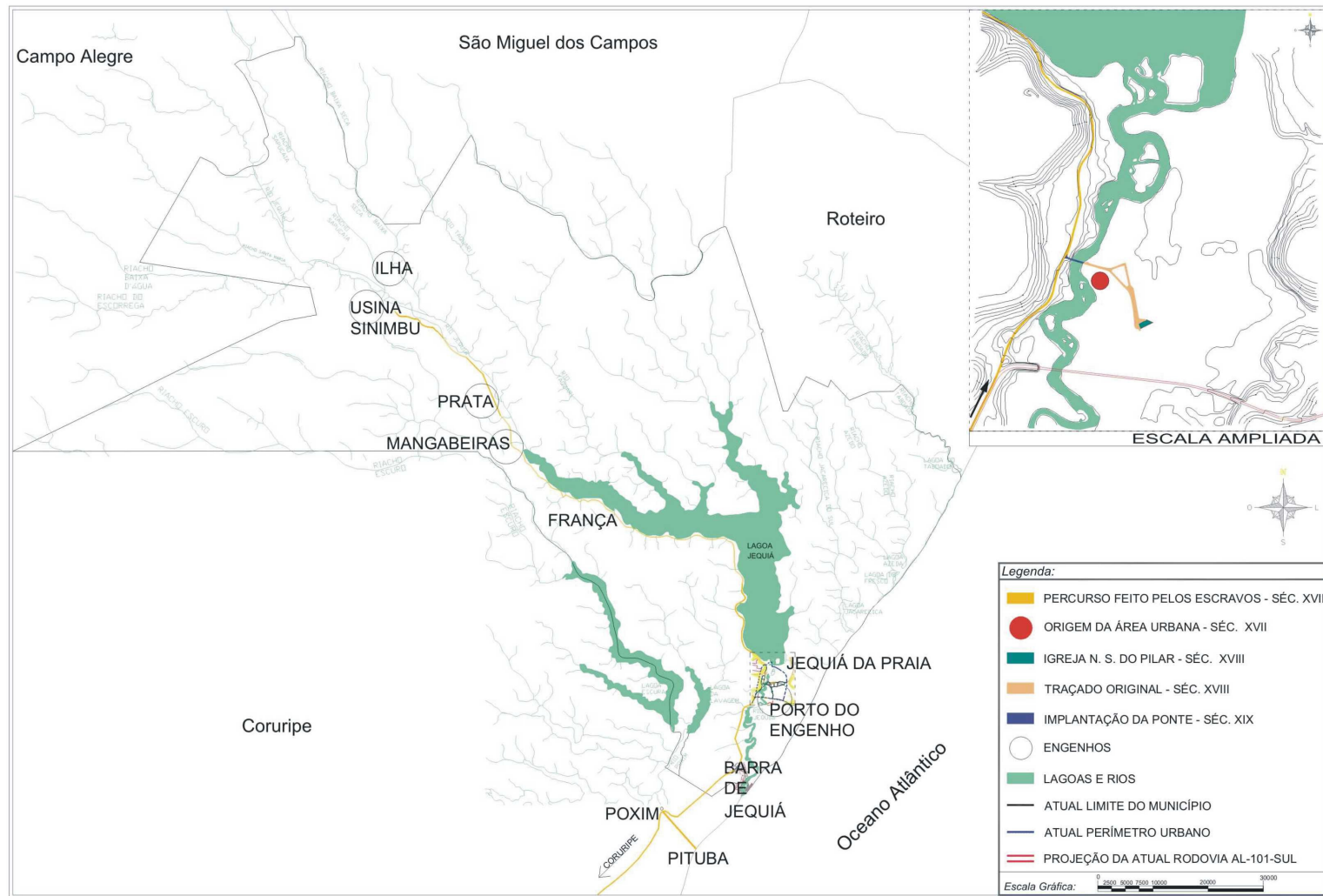
O mesmo Instituto relata que Adalberto Marroquim, menciona ‘as célebres barreiras de Jequiá que, pelas formas caprichosas que tomaram, dão a idéia de torres e minaretes de uma cidade vasta’ e afirma que por volta de 1922, o Estado mantinha naquele núcleo populacional uma escola subvencionada. Ainda consoante esse autor, a povoação, que pertencia ao município de São Miguel dos Campos, era famosa pelas curimãs da Lagoa Jequiá, ‘das quais se extraem as ovas que se vendem salgadas na capital e no interior’ (MARROQUIM, apud INSTITUTO ARNON DE MELLO, 2006).

Quanto à descrição de fatos ocorridos no período de 1950 há 1990, não foram obtidos dados, até o momento, que embasassem a presente descrição. Coloca-se a necessidade da participação da população e a análise detalhada de outros documentos que relatem a história dos municípios de São Miguel dos Campos e Coruripe para preencher as lacunas existentes nos documentos históricos quanto à evolução histórica e urbana do referido município.

Com a mudança do tipo de transporte do açúcar (a substituição das barcaças pelo transporte rodoviário), a partir de 1945, houve um período de estagnação econômica até a inauguração da rodovia AL-101 Sul em 1992 que marca o fim desse período e possibilita o início do desenvolvimento do turismo na região (PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÁ DA PRAIA; DLIS; SEBRAE, 2002).

4.4.3 Espacialização da Evolução Urbana

Busca-se nessa seção representar a espacialização da evolução urbana de Jequiá da Praia, pelos mapas que foram produzidos e por relatos descritos anteriormente (ver seções 4.4.1 e 4.4.2). Inicialmente apresenta-se uma reconstituição aproximada da origem da área urbana (Mapa 3) pela descrição dos elementos citados.



Mapa 3 - Reconstituição Aproximada da Origem da Área Urbana de Jequiá da Praia - AL. Mapa base: IBGE (2002). Adaptado pela autora. Escala Gráfica.

A área que corresponde ao atual perímetro urbano provavelmente teve sua origem relacionada à produção de açúcar pelos engenhos. Os escravos desembarcavam na localidade Pituba e saíam do povoado Poxim até os outros engenhos. Supõe-se que o percurso era feito pela margem da Lagoa, e que a área urbana se originou no vale próximo a esse percurso, na localidade Porto do Engenho; onde havia, entre os séc.XVII e XVIII, um engenho e uma capela, a atual igreja de N. S. do Pilar (1762).

O traçado original provavelmente surgiu, no séc.XVIII, dos caminhos existentes entre o engenho, a capela e o porto. A navegação pela Lagoa também atraía a população que pescava e produzia barcos nos estaleiros implantados no núcleo urbano e no povoado Barra de Jequiá. Nesse período, o povoamento deve ter sido iniciado também na margem na qual está representado o percurso feito pelos escravos, o que deve ter justificado a implantação da ponte ligando as duas partes do povoado, por volta do séc.XIX. Nesse mesmo período alguns engenhos foram substituídos pelas usinas e outros foram desativados.

Entre os séc.XIX e XX , havia uma ferrovia que pertencia à usina Sinimbu e ligava a usina ao encontro da várzea com a Lagoa Jequiá, provavelmente nas proximidades do atual povoado e antigo engenho Mangabeira, onde deveria localizar-se o Porto da Boca, como é descrito a seguir:

O açúcar vinha de trem, da usina até Porto da Boca, e dali seguia de barcaça pela Lagoa e pelo canal do rio Jequiá ate o mar, e da Barra do rio Jequiá seguia até o Porto de Jaraguá, numa navegação de cabotagem, onde embarcavam o açúcar nos navios de longo curso (PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÁ DA PRAIA; DLIS; SEBRAE, 2002).

No séc.XX a configuração urbana era clara quanto à ocupação das duas margens da Lagoa enquanto um lado era administrado pelo município de Coruripe, o outro era administrado pelo município de São Miguel dos Campos. É provável que tenha sido nesse período que os povoados menores passaram a ocupar ambas as margens da Lagoa e iniciaram a ocupação do que equivale ao atual município de Jequiá da Praia.

Como pode ser observado, o núcleo urbano começa a se desenvolver no vale correspondente às margens da lagoa Jequiá sendo um ponto de concentração das demandas populacionais provenientes dos engenhos e povoados como França e Poxim. Posteriormente os povoados mais novos, próximos ao atual perímetro urbano, passam a atrair a população estimulando a expansão da área urbana.

O município é formado por vários povoados³⁹ e pela sede administrativa. A área denominada nesse trabalho de zona ou área urbana corresponde à sede administrativa e ao local onde se concentram as edificações institucionais, de comércio e serviços e residenciais e onde a infra-estrutura urbana atende um maior número de domicílios, como já foi descrito anteriormente (ver seção 4.3.2). A descrição quanto à evolução urbana corresponde ao perímetro urbano definido pelo poder público municipal.

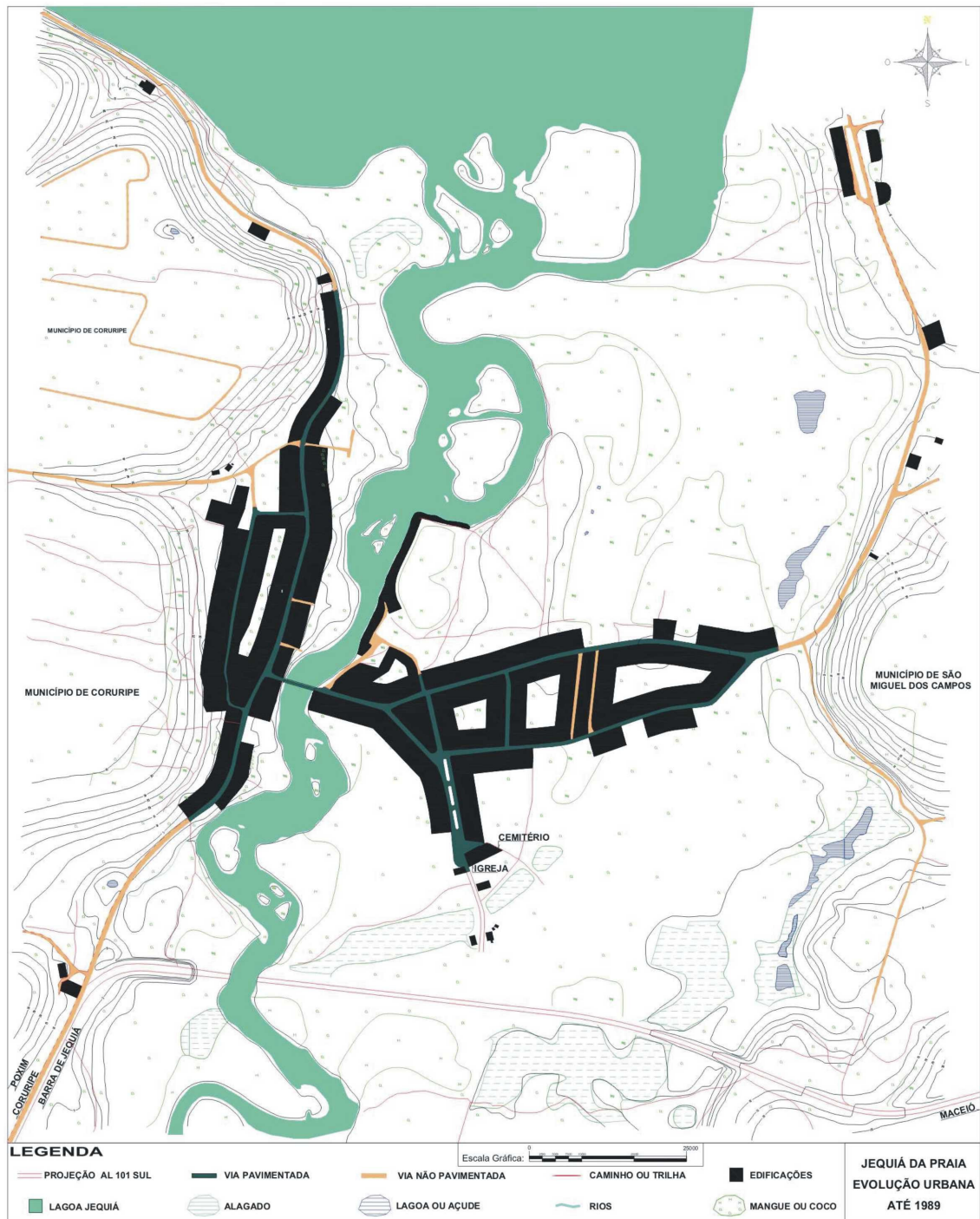
Como pode ser observado, no mapa 5, até 1989 o perímetro que hoje corresponde à área urbana de Jequiá da Praia tinha uma ocupação que se desenvolvia nas margens do canal, da Lagoa Jequiá, que cortava o então povoado em duas partes. Essa ocupação começava a se estender para as encostas e para as vias não pavimentadas que seguiam para outros povoados e para os municípios aos quais pertencia, São Miguel dos Campos e Coruripe já citados anteriormente.

Os espaços aparentemente vazios no mapa eram ocupados pelo manguezal e pelo cultivo do coco. Este último ocupava tanto a planície quanto as bordas dos tabuleiros. A maioria das edificações isoladas pertencia aos sítios de coqueiro e muitas serviam apenas para o armazenamento do coco antes de ser comercializado. Os caminhos representados no mapa localizavam-se nesses sítios e serviam para os deslocamentos dos trabalhadores e proprietários (Mapa 4).

No interior das quadras formadas pelas edificações havia espaços correspondentes aos quintais das casas que eram ocupados por coqueiros e outras vegetações. As vias pavimentadas apareciam onde havia uma maior concentração de edificações e por isso representavam o traçado da cidade no referido período. Os elementos naturais como as lagoas, as áreas alagadas e o manguezal provavelmente serviram como limitadores para a expansão urbana nessas áreas em que tais elementos aparecem (Mapa 4).

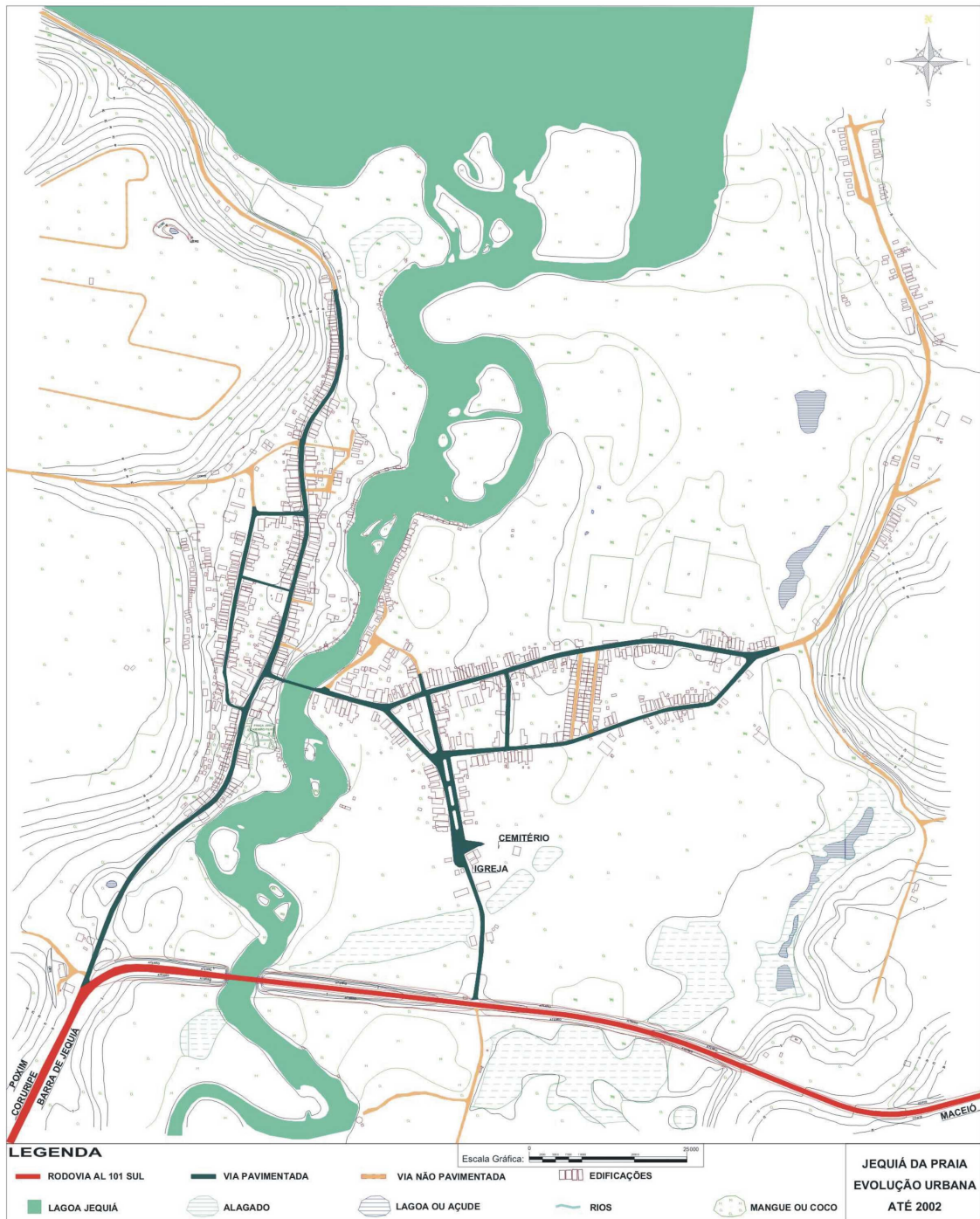
Em 1989 não existia o trecho da rodovia AL-101-Sul que atualmente interliga o município. A rodovia teve seu processo de implantação iniciado entre 1990 e 1991 e concluído em 1992, por esse motivo optou-se por apresentar os dados referentes ao período anterior à sua implantação. Dessa forma poderá ser observada a influência que o empreendimento trará para a área de estudo nos anos seguintes (Mapa 4).

³⁹ Considera-se importante que sejam realizados estudos quanto à origem e às características dos povoados, que precisam ser analisados em estudos futuros.



Mapa 4 - Área Urbana do Município de Jequiá da Praia em 1989, anterior à implantação da rodovia AL-101-Sul. Baseado em Marques (1989); IBGE (2002). Adaptado pela autora. Escala Gráfica.

Nesse período a cidade se concentrava nas margens da lagoa Jequiá, e a ligação entre as duas partes da cidade dependia da ponte de madeira e base de concreto que não apresentava segurança durante os deslocamentos. Havia dificuldade quanto à circulação de pessoas e transportes, pois os acessos não possuíam pavimentação. O então povoado dependia dos municípios aos quais pertencia para qualquer melhoria necessária.



Mapa 5 - Área Urbana do Município de Jequiá da Praia em 2002, com destaque para a rodovia AL-101-Sul. Baseado em IBGE (2002). Adaptado pela autora. Escala Gráfica.

Observa-se que no período de 1989 a 2002 a ocupação da área urbana do então município de Jequiá da Praia (Mapa 5) continuava a se desenvolver nas margens da Lagoa Jequiá e a se estender para as encostas e para as vias não-pavimentadas. Foram implantados nesse período equipamentos de lazer, como praças e campos de futebol.

Surgiam novas edificações nas áreas mais próximas às margens da Lagoa, e as encostas começavam a ser adensadas.

A maioria dos pontos indicados com a legenda edificações na borda da margem esquerda da Lagoa não eram residências e sim cabanas onde eram guardadas as jangadas e as redes dos pescadores. As edificações representadas no canto superior direito do mapa localizavam-se na localidade Jequiázinho o que provavelmente já indicava a tendência de expansão da área urbana para esta localidade.

Destaca-se o trecho da AL-101-Sul que passa próximo à área urbana e corta a Lagoa Jequiá através de uma ponte de concreto construída para a implantação da rodovia. Para que a implantação do referido trecho fosse realizada foram necessários cortes nos tabuleiros e aterros que resultaram nas atuais curvas de nível que constituem esse trecho da rodovia implantado em uma área antes ocupada pelo cultivo do coco.

Surgiram novas vias não-pavimentadas que ligavam tanto as vias pré-existentes às novas edificações, quanto os antigos caminhos à rodovia. As vias que ligavam a área urbana à rodovia foram pavimentadas e começaram a atrair novas edificações para o seu entorno, formado por terrenos que antes eram ocupados por coqueiros. A via não-pavimentada, representada na parte inferior do mapa, foi aberta como alternativa de acesso à praia e aos sítios de coqueiros; beneficiando os proprietários desses sítios, a população e os visitantes.

No referido período, as vias pavimentadas não apareciam apenas nas áreas de maior concentração de edificações, elas também passariam a interligar a cidade com a rodovia e a facilitar o acesso e a circulação dos veículos à área urbana. As edificações continuavam concentradas nas áreas já existentes, mas apresentavam uma tendência de expansão no sentido das novas vias e da AL-101-Sul.

Ao comparar a situação em 2006, com a ocupação em 1989 (Mapa 6), pode-se observar que não houve alterações quanto ao traçado da cidade, mas que há uma tendência de adensamento da área urbana, como já foi dito, no sentido das margens da Lagoa Jequiá, das encostas e também das vias tanto pavimentadas quanto não pavimentadas. As edificações começam a ser implantadas também nas imediações da rodovia, porém esse fato ainda acontece de forma pontual e não caracteriza ainda um adensamento.



Mapa 6 - Área Urbana do Município de Jequiá da Praia em 2006, em comparação com a ocupação em 1989. Baseado em Marques (1989); IBGE (2002); PDPJP (2006).

Adaptado pela autora. Escala Gráfica.

As edificações substituem em alguns pontos os sítios de coqueiros que continuam ocupando a planície e as bordas dos tabuleiros. Os quintais continuam sendo ocupados por coqueiros e outras vegetações. E os elementos naturais continuam limitando a expansão urbana nas áreas em que eles aparecem, porém as edificações estão mais próximas dos manguezais e da margem da Lagoa Jequiá. Ainda existem

edificações isoladas nos sítios de coqueiros, que servem para a moradia, e principalmente para o armazenamento do coco.

Apesar de os sítios de coqueiros ainda dominarem a paisagem, eles vêm perdendo espaço para a cidade, que tende a ocupar a planície que margeia a Lagoa Jequiá. É na área urbana que estão concentradas: as escolas; as unidades de saúde; os edifícios institucionais, comerciais e de serviços e conseqüentemente a infra-estrutura urbana que atrai a população para essa área. As áreas ainda consideradas rurais do entorno imediato da área urbana estão sendo adensadas, o que caracteriza uma tendência de expansão urbana para essas áreas.

A ocupação da planície tende a ser induzida pela localização da rodovia AL-101-Sul, que começa a atrair pequenos pontos de comércio e serviços para o entorno. Apesar de não ser acentuada, a tendência de expansão nas áreas próximas à rodovia e demais vias de acesso já é perceptível. Torna-se necessário um controle quanto ao uso e ocupação dessa área, com o devido ordenamento e fiscalização necessários para o desenvolvimento da área urbana.

4.5 CONCLUSÃO

Com uma população de aproximadamente 12.000 habitantes, a maioria com um baixo poder aquisitivo, e uma economia baseada principalmente nas atividades da pesca, da agroindústria da cana de açúcar e do álcool e da cultura do coco. Surge o turismo como uma nova alternativa de atividade econômica. A inserção regional é um aspecto positivo para o desenvolvimento da nova atividade, porém há problemas quanto à qualidade da infra-estrutura urbana existente.

As características históricas e culturais contribuem para a descrição e o entendimento da área de estudo, que além da potencialidade natural devido à existência de lagoas, rios e mar, possui elementos que compõem um processo de crescimento relacionado com as atividades desenvolvidas no local. Com a introdução das rodovias e da atividade turística, é necessária uma intervenção nesse processo, que acontece até então sem planejamento por parte do poder público, tanto da cidade quanto das atividades.

A descrição das transformações que vêm ocorrendo na dinâmica urbana local, as possibilidades de desenvolvimento das atividades turísticas e de implementação das políticas públicas de turismo na área de estudo serão tratadas no capítulo a seguir.

5 JEQUIÁ DA PRAIA, DINÂMICA URBANA E TURISMO

5.1 INTRODUÇÃO

Neste capítulo trata-se sobre o desenvolvimento da cidade de Jequiá da Praia, a partir da descrição das transformações que vêm ocorrendo na dinâmica urbana local, como a implantação da rodovia, de equipamentos turísticos e as mudanças institucionais. Esse capítulo descreve as atividades turísticas existentes e o processo de implementação das políticas públicas de turismo na área de estudo, tendo em vista as possibilidades de desenvolvimento do turismo.

5.2 PROCESSO DE MODIFICAÇÕES DE 1992 A 2006

Optou-se pelo recorte temporal 1992-2006, ao considerar o ano de 1992 como um marco para o início das modificações ocorridas no local, sendo iniciadas pela implantação da rodovia AL-101-Sul e seguidas pela emancipação política do município; a construção e implantação do Complexo de Lazer Dunas de Marapé; a 1ª eleição para prefeito; a criação da Reserva Extrativista Marinha da Lagoa do Jequiá; a implantação do empreendimento Norte Grande: Natureza e Lazer.

5.2.1 Implantação da AL-101-Sul

A construção da rodovia AL-101-Sul, subtrecho Jequiá-Roteiro, foi concluída em 1992 e tinha como objetivos: integrar as cidades da região sul; trazer benefícios à população, principalmente dos povoados isolados da malha rodoviária; escoar a produção agrícola; promover o desenvolvimento turístico da região sul (Fotos 13 e 14). Além de melhorar as ligações intercomunais e interregionais, e promover uma maior integração viária. A rodovia seria um “fomento ao turismo” (DER-AL, 1990).



Foto 13 - Vista aérea do povoado Lagoa Azeda, isolado da malha rodoviária antes da rodovia. Fonte: DER-AL (1990).



Foto 14 - Trecho da AL-101-Sul, próximo ao acesso do povoado Lagoa Azeda. Fonte: Oliveira, Moisés C. de (2006).

A integração viária resultaria nos seguintes benefícios econômicos e sociais: facilidade no escoamento da produção de coco, cana-de-açúcar e pescado; melhoria nos deslocamentos das comunidades quanto à educação, saúde, trabalho e lazer; dinamização da atividade turística com reflexos positivos sobre o nível de renda e do emprego da população local (ibid., 1990).

Quanto às modificações provenientes da implantação da rodovia AL-101-Sul destaca-se um trecho do documento elaborado pelo IBAMA, quando se refere aos problemas de uso dos recursos ambientais na Bacia Hidrográfica da lagoa Jequiá, transcrito a seguir:

A recente implantação da AL-101-Sul, que além da degradação causada nas formações de manguezais do baixo vale, bem como no canal do Jequiá, além do aterramento de pequenos córregos seus afluentes; exercerá papel preponderante na abertura de novas divisas ao setor turístico, pelas belezas oferecidas pelo litoral, podendo concorrer para o crescimento urbano desordenado, o parcelamento do solo sem licenciamento adequado, dificultando o acesso público à praia e sem as mínimas condições de infraestrutura de serviços urbanos, essa perspectiva ocasionará problemas ambientais já característicos de outros pontos urbanizados do litoral do Estado (IBAMA, 2001, p.61).

5.2.2 Mudanças Institucionais

O município foi emancipado em 1995 (ver anexo A), mas devido a problemas jurídicos e administrativos, somente em 1999 foi instalado o novo município com a nomeação de um administrador, o Sr. Miguel Soares Palmeira. A primeira prefeita eleita pelo povo no ano 2000 foi Roseane Jatobá Lins, que concluiu a sua 1ª Gestão 2001-2004 e foi reeleita para a atual Gestão 2005-2008. Com a emancipação do município, aumenta a ocupação quanto ao uso institucional (atualmente, em sua maioria, casas alugadas e algumas edificações adaptadas) e os sítios de coqueiros vão perdendo espaço na configuração urbana.

A Reserva Extrativista Marinha da Lagoa do Jequiá foi criada em 27 de setembro de 2001 (ver anexo B) e em uma área já antropizada, pois a maior parte do perímetro que margeia a Reserva está ocupada por edificações e atividades agropecuárias, sendo constatadas agressões ambientais nestas áreas (Foto 15). Quanto ao turismo, destaca-se a seguinte observação: “o incremento do turismo sem ordenamento poderá descaracterizar as atividades tradicionais da comunidade, objeto da criação da Resex, quando pescadores deixam a pesca artesanal para conduzir turistas” (BRASIL, 2005).



**Foto 15 - Vista da Lagoa Jequiá, zona urbana, área antropizada antes da criação da Resex.
Fonte: Prefeitura Municipal (2003).**

5.2.3 Implantação de Equipamentos Turísticos

Antes de 1990 existiam alguns bares e restaurantes de pequeno porte na área de estudo, mas somente após a implantação da rodovia AL-101-Sul é que foi construído o primeiro empreendimento turístico, o Complexo de Lazer Dunas de Marapé. A primeira parte executada foi a que corresponde ao atual bar do empreendimento; nesse mesmo local existia até antes de 1995 uma barraca, que pertencia a outro proprietário, onde funcionava um bar nos finais de semana (Fotos 16 e 17).



**Foto 16 - Vista da foz da lagoa Jequiá antes de 1995.
Fonte: B.I.T. (2007).**



**Foto 17 - Vista da foz da lagoa Jequiá após 1997.
Fonte: Coelho, Fernando (2005).**



Foto 18 - Vista aérea da foz da lagoa Jequiá, antes da implantação do Complexo Turístico.

Fonte: Giuliani, Tadeu (1997).

Ao comparar as imagens, pode-se perceber que os elementos naturais são os mesmos e que a intervenção feita na paisagem é representada pelos elementos construídos, que causaram mudanças desde o início da implantação do empreendimento. A paisagem começou a ser modificada com a retirada da barraca que existia nesse local, próximo à foz da lagoa Jequiá (Foto 18). É nesse mesmo período que a localidade começa a ser divulgada como praia ainda selvagem e com um equipamento turístico recém-implantado.

Outros empreendimentos também foram implantados a partir da década de 1990, como a Pousadas Duas Barras, em 1996; o Condomínio Olivermar (aluguel de apartamentos por temporada), em 1999; o empreendimento Norte Grande: Natureza e Lazer, em 2003; a Pousada e Restaurante Portal dos Coqueirais, em 2006. Este último é o mais recente equipamento turístico e, ao contrário dos anteriores que foram construídos para o mesmo fim, o primeiro a ser implantado após a adaptação de uma casa de veraneio. A implantação dos equipamentos turísticos será detalhada na seção que trata sobre as atividades turísticas (ver seção 5.3.2).



Foto 19 - Vista aérea do Norte Grande: Natureza e Lazer., destaque para a mata ciliar.

Fonte: SETURES (2005).



Foto 20 - Vista da margem oposta ao empreendimento, destaque para a mata e a cana-de-açúcar

Fonte: acervo pessoal (2007).

A implantação do empreendimento Norte Grande: natureza e lazer, possibilitou a preservação dos resquícios de Mata Atlântica ainda existentes na margem da lagoa Jequiá, porque é vantajoso para a divulgação e o funcionamento do empreendimento mantê-los, uma vez que, segundo o proprietário, esta é a única lagoa do Brasil com resquícios deste tipo de mata em suas margens, formando assim a mata ciliar que evita possíveis erosões. No entanto, a cana-de-açúcar continua substituindo a mata nas margens da referida lagoa (Fotos 19 e 20).

Apresenta-se a síntese das modificações ocorridas no período de 1992 a 2006 (Quadro 10):

ANO	MODIFICAÇÕES
1992	Implantação da rodovia AL-101-Sul
1995	Emancipação política do município
1996	Implantação da Pousada Duas Barras; Construção do Complexo de Lazer Dunas de Marapé, ambos localizados na Barra de Jequiá
1997	Implantação do Complexo de Lazer Dunas de Marapé, localizado na Barra de Jequiá
1999	Implantação do Condomínio Olivermar (aluguel de apartamentos por temporada), localizado na Barra de Jequiá
2000	1ª eleição para prefeito
2001	decreto que cria a RESEX em 27 de setembro de 2001
2003	Implantação do empreendimento Norte Grande: natureza e lazer, localizado na Fazenda Pau Paraíba
2006	Implantação da Pousada e Restaurante Portal dos Coqueirais, localizada na Barra de Jequiá

Quadro 10 - Modificações ocorridas em Jequiá da Praia no período de 1992 a 2006.

A implantação da AL-101-Sul funciona como um indutor no processo de desenvolvimento do turismo em Jequiá da Praia, e as demais modificações são decorrentes da implementação do município e da implantação de equipamentos turísticos no local. Tal processo de modificações influenciou no crescimento da cidade de Jequiá da Praia e na dinâmica urbana local.

5.3 LOCALIDADES COM ATIVIDADES TURÍSTICAS

A potencialidade turística da área de estudo é enfatizada em relação às características ambientais, principalmente quanto ao complexo hídrico, às falésias, aos manguezais e aos tabuleiros. É nesse ambiente que foi constatada a existência de cinco localidades onde as atividades turísticas começam a se desenvolver (Figura 2).

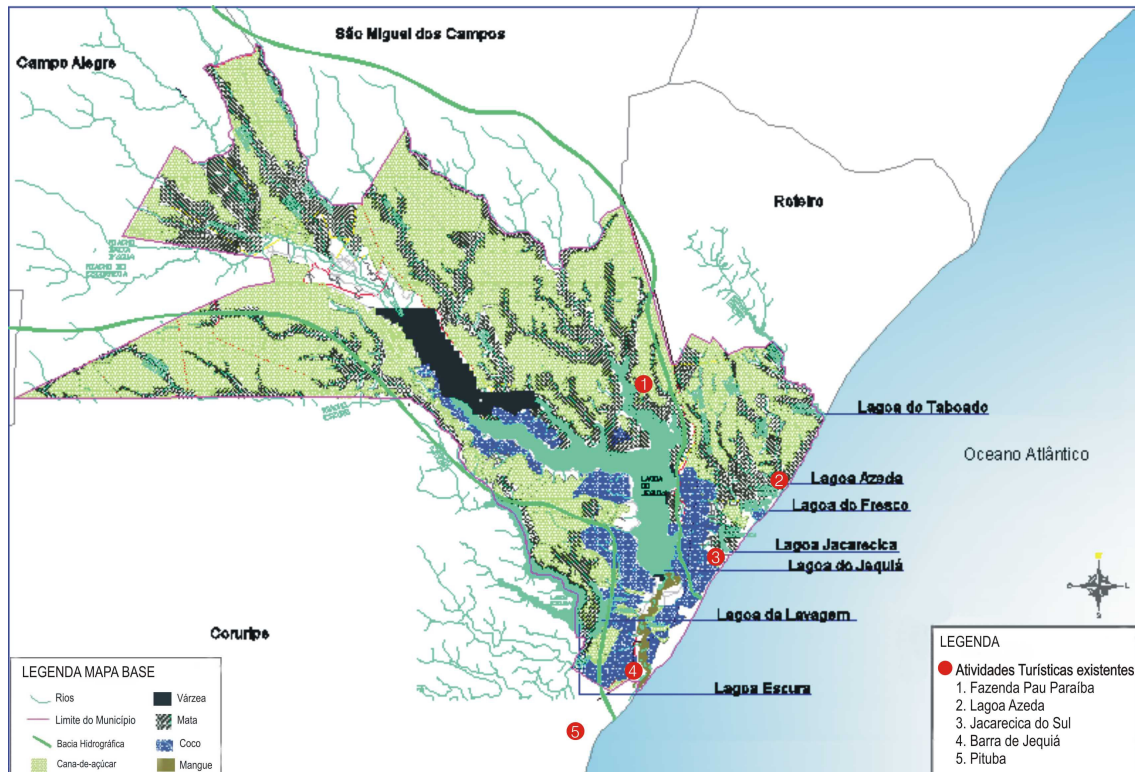


Figura 2 - Localização das Atividades Turísticas. Adaptado de IBGE (2002); PDPJP (2006).

O complexo hídrico é formado por vários rios, lagoas e mar. A maioria das terras do município está inserida na Bacia Hidrográfica da Lagoa Jequiá e são ocupadas principalmente pelos cultivos da cana-de-açúcar e do coco. A maior parte dos tabuleiros são ocupados pelos canaviais e em menor quantidade pelos coqueirais, estes predominam nas margens da referida lagoa e próximo à praia. Existem alguns resquícios de Mata Atlântica entre os canaviais e nas margens da Lagoa, com a função de mata ciliar. Há uma área de várzea antes da formação da Lagoa, e o manguezal aparece em todo o Canal até a foz.

5.3.1 Fazenda Pau Paraíba

O empreendimento Norte Grande: natureza e lazer, foi implantado na Fazenda Pau Paraíba que se localiza na zona rural do município, numa área cercada por resquícios de mata Atlântica e margeada pela lagoa Jequiá. O acesso é feito pela Lagoa ou pela rodovia AL 420 (não-pavimentada) que liga a localidade à zona urbana e ao município de São Miguel dos Campos.



Foto 21 - Vista aérea da implantação do Norte Grande: Natureza e Lazer.
Fonte: SETURES (2005).



Foto 22 - Vista do empreendimento Norte Grande: Natureza e Lazer.
Fonte: SETURES (2006).

Observa-se a seguinte implantação: restaurante, piscina, bar e petiscaria, e ancoradouro para os barcos (Fotos 21 a 23). As atividades oferecidas para os visitantes são os passeios de barco (Foto 24), tanto na lagoa como no rio, *jet ski* e *banana boat*. Há também o passeio de charrete e os banhos no rio, lagoa e piscina, e um pesque-pague, onde os visitantes podem desfrutar dos prazeres da pescaria na região (Fotos 25 e 26).



Foto 23 - Vista do ancoradouro e dos barcos que transportam os visitantes pela lagoa Jequiá,
Fonte: SETURES (2006).



Foto 24 - Barcos para passeio no rio gelado, ao fundo mata ciliar, coqueiros e cana-de-açúcar.
Fonte: acervo pessoal (2007).



Foto 25 - Rio gelado, cujo acesso é feito de barco pela mata.
Fonte: acervo pessoal (2007).



Foto 26 - Pesque-pague, implantado junto ao resquício de mata Atlântica.
Fonte: acervo pessoal (2007).

Configura-se como uma propriedade particular que apresenta a infra-estrutura suficiente para o funcionamento dos equipamentos citados acima. Ainda assim, este empreendimento não teve sua implantação relacionada ao restante do município, como pode ser observado quanto ao acesso que ainda é feito por uma estrada não-pavimentada e, desta forma, prioriza o acesso pela lagoa. É preciso melhorar a sinalização por placas indicativas do acesso ao empreendimento, tanto pela área urbana quanto pela rodovia AL-101-Sul.

Pode-se esperar impactos negativos na lagoa devido ao aumento da quantidade de embarcações, bem como de pressões oriundas da exploração dos recursos naturais em função do aumento de usuários dos serviços a serem ampliados. Quanto ao empreendimento turístico, foi observado a provável existência de impactos positivos como: oportunidade de empregos; diversificação da economia do município; a possibilidade de intercâmbio cultural; a conservação de áreas naturais importantes, formadas pelos resquícios de Mata Atlântica (ver seção 6.2.1, para análise dos impactos esperados).

É importante ressaltar que a lagoa Jequiá é uma Reserva Extrativista Marinha, e por isso deve ser considerada a legislação específica aplicada a estas reservas, também no tocante ao desenvolvimento das atividades turísticas que deverão respeitar a organização comunitária e o Plano de Manejo⁴⁰ da referida Reserva.

5.3.2 Lagoa Azeda

É um povoado pertencente ao município e tem o mesmo nome da lagoa que o delimita. O acesso é feito pela AL101-Sul, através da ponte que foi construída sobre a lagoa. A pesca é a atividade característica deste lugar que possui, além do mar, as falésias e os coqueirais (Fotos 27 a 29).

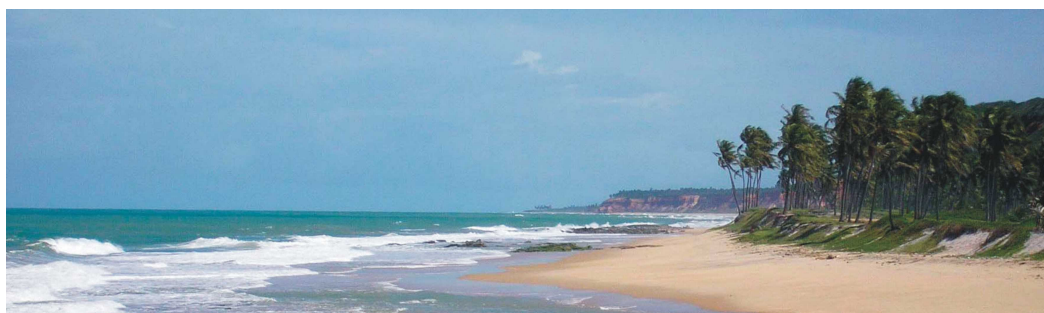


Foto 27 - Vista da praia de Lagoa Azeda e as falésias ao fundo.
Fonte: SETURES (2005).

⁴⁰ O Plano de Manejo da RESEX ainda não foi concluído.



Foto 28 - Vista aérea do Povoado Lagoa Azeda.
Fonte: ASSUL (2005).



Foto 29 - Mar, falésias e coqueirais em Lagoa Azeda.
Fonte: Coelho, Fernando (2005).

As construções existentes são constituídas em sua maioria pelas casas dos pescadores e as de veraneio, pertencentes geralmente a pessoas residentes no município de São Miguel dos Campos. A configuração das edificações vem sendo feita sem levar em consideração as características da área, que tem o avanço do mar como um importante fator a ser observado (Foto 30).

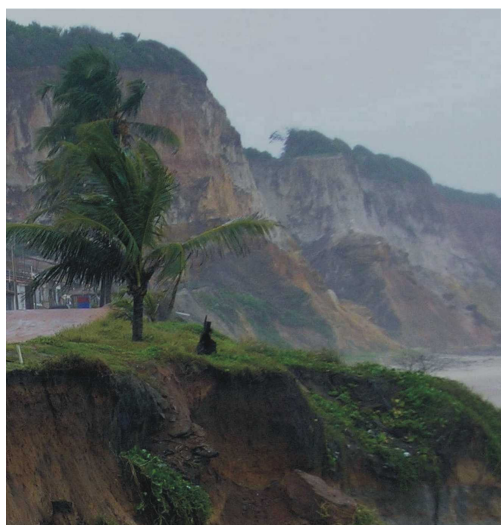


Foto 30 - Povoado Lagoa Azeda e o avanço do mar.
Fonte: SETURES (2005).

O impacto esperado para a região estaria ligado ao crescimento da oferta de bares e restaurantes, que implicaria na concentração de agentes poluentes em potencial, principalmente para o lençol freático, e do aumento de despejos de efluentes no mar, uma vez que não haja o devido planejamento dessas atividades (ver seção 6.2.1, para análise dos impactos esperados).

5.3.3 Jacarecica do Sul

Esta localidade apresenta a formação de falésias numa grande extensão de praia (Foto 31). O acesso é feito pela AL101-Sul, a partir de uma propriedade particular (Foto 32), através da qual as visitas são controladas, ou pela via não-pavimentada próxima à entrada da cidade. O acesso também pode ser feito pela praia da Barra de Jequiá, porém este é o percurso mais longo.



Foto 31 - Mar e falésias de Jacarecica do Sul.
Fonte: Governo de Alagoas (2005).



Foto 32 - Vista a partir do acesso às falésias de Jacarecica do Sul.
Fonte: acervo pessoal (1997).

O controle sobre o acesso tem garantido a não-degradação imediata deste conjunto de falésias. Contudo, a atual possibilidade do acesso de veículos, bugre e jipe, pela via não-pavimentada tem facilitado as visitas ao local (Foto 33). Com o aumento dessas, sem um controle efetivo, pode levar a uma degradação acelerada das falésias. Este estudo considera a manutenção desse patrimônio natural de grande importância para o desenvolvimento sustentável da região (ver seção 6.2.1, para análise dos impactos esperados).



Foto 33 - Vistas das falésias da praia de Jacarecica do Sul.
Fonte: Lins, Nide (2005).

5.3.4 Barra de Jequiá

Configura-se como um povoado, cujo acesso é feito de forma imediata pela AL101-Sul, no qual a atividade turística está sendo mais consolidada do que nas demais áreas citadas. Apresenta vegetação de restinga, manguezais, cajueiros e coqueirais. É nesta localidade que ocorre o encontro da lagoa Jequiá com o mar.

Inicialmente, a ocupação era composta pelas casas dos pescadores e casas de veraneio, mas atualmente constata-se a existência de alguns equipamentos turísticos como: o Complexo de Lazer Dunas de Marapé, composto por bar, restaurante e pousada; a Pousada Duas Barras e o Condomínio Olivermar (aluguel de apartamentos por temporada), a Pousada e Restaurante Portal dos Coqueirais (Fotos 34 a 37). Além disso, vem crescendo a quantidade de casas de veraneio que são alugadas nos períodos de festas. Ressalta-se, ainda, a construção de o Paraíso Bar e Restaurante (Foto 38) e a Lanchonete Pompoint, que atende tanto à população local como aos visitantes



**Foto 34 - Pousada Dunas de Marapé que faz parte do Complexo de lazer , em 2003.
Fonte: SETURES (2006).**



**Foto 35 - Pousada Duas Barras.
Fonte: acervo pessoal (2007).**



**Foto 36 - Vista da Pousada e Restaurante Portal dos Coqueirais.
Fonte: SETURES (2006).**



Foto 37 - Condomínio Olivermar.
Fonte: OLIVERMAR (2005).



Foto 38 - Paraíso Bar e Restaurante, em 2003
Fonte: SETURES (2006).

O Complexo de Lazer existente neste lugar tem um bar e um restaurante implantados entre a lagoa e o mar, configurando-se em uma área de risco ambiental, pois caso ocorra qualquer vazamento proveniente das fossas sépticas, os dejetos serão despejados diretamente nas águas da lagoa e, conseqüentemente do mar. O aumento da atividade turística, sem planejamento e controle, pode levar a uma degradação dos manguezais existentes (Fotos 39 e 40).



Foto 39 - Vista aérea da Barra de Jequiá, Complexo de lazer e foz da lagoa Jequiá.
Fonte: Jaraguá Turismo (2005).



Foto 40 - Vista da Barra de Jequiá, Lagoa, praia e parte dos equipamentos turísticos.
Fonte: SETURES (2006).

Esta localidade precisa ter um controle quanto ao uso e a ocupação do solo, pois as edificações seguem apenas o alinhamento da via não-pavimentada⁴¹, a margem da lagoa de um lado e a encosta do outro. Identifica-se a necessidade de um estudo quanto à infra-estrutura existente porque, com o aumento da demanda populacional, principalmente nos períodos de festas, o abastecimento de água e de energia elétrica tornam-se irregulares.

⁴¹ A via de acesso ao povoado Barra de Jequiá começou a ser pavimentada entre novembro e dezembro de 2006, mas desde de janeiro de 2007 a obra está suspensa.

Segundo o Secretário de Viação e Obras, a conclusão da pavimentação da via principal da Barra de Jequiá será uma ação que beneficiará a população e o desenvolvimento da atividade turística na localidade. Mas, para a finalização da obra, será necessária a desapropriação de partes dos terrenos de marinha, que se situam na entrada da fazenda Duas Barras, limite territorial do município, para a implantação de uma área de retorno dos veículos.

Quanto ao empreendimento turístico, foi observado a provável existência de impactos negativos como poluição da água, poluição sonora, problemas de saneamento básico e degradação ecológica. E também de prováveis impactos positivos como: oportunidade de empregos; diversificação da economia do município; ganhos em moeda estrangeira; possibilidade de intercâmbio cultural; aumento da consciência sobre o meio ambiente, devido ao risco de impactos negativos (ver seção 6.4.1, para análise dos impactos esperados).

5.3.5 Pituba

Localiza-se no território do município de Coruripe, mas será analisada devido a sua proximidade e a possibilidade de serem implementados empreendimentos turísticos que poderão influenciar em Jequiá da Praia. O acesso também é feito pela AL-101-Sul, e assim como no caso de Jacarecica do Sul, é necessário passar por propriedades particulares para ter acesso ao rio e à praia (Fotos 41 e 42).



Foto 41 - Vista aérea das propriedades particulares da Pituba.

Fonte: Sun Comunicação e Marketing (2003).



Foto 42 - Vista dos coqueirais e do mar da Pituba.

Fonte: ASSUL (2005).

O empreendimento a ser implementado será um “Resort” que trará impactos positivos para a região, mas que também poderá apresentar impactos negativos. O impacto econômico será, de um modo geral, revertido para o município de Coruripe, enquanto as questões ambientais serão sentidas na área de estudo. Poderá haver também

geração de renda para a população dos dois municípios, se for garantido que os funcionários, ou parte desses, seja de origem das populações locais.

Quanto ao projeto de implantação desse resort, obteve-se informações de que o projeto é para a construção de um hotel 6 estrelas, que seria o primeiro dessa categoria no Brasil, cujo projeto é semelhante a outro existente na África⁴². Entretanto, com um empreendimento de grande porte na região, pode-se esperar o fechamento e conseqüente isolamento desse pedaço de natureza para privilégio de poucos; podem ser causados danos à natureza e o afastamento da população pesqueira, caso não haja estudos adequados.

Este estudo sugere a existência de possíveis impactos negativos do turismo como: transformação nas ocupações profissionais; desvio dos benefícios econômicos; aumento da população residente e sazonal, e conseqüente perda das comodidades dos habitantes; poluição da água; poluição sonora; problemas de saneamento básico; degradação ecológica; danos aos lugares históricos e arqueológicos; problemas relativos ao uso e à ocupação do solo. E também sugere prováveis impactos positivos como: oportunidade de empregos; diversificação da economia do município; ganhos em moeda estrangeira; aumento da renda tributária; possibilidade de intercâmbio cultural; melhoria da infra-estrutura; criação de áreas protegidas (ver seção 6.4.1, para análise dos impactos esperados).

5.4 AS POLÍTICAS PÚBLICAS E O TURISMO NA ÁREA DE ESTUDO

5.4.1 Turismo em Alagoas

O turismo é apresentado como alternativa de desenvolvimento econômico para muitos lugares, como é o caso de Alagoas, onde o turismo “trata-se de uma das âncoras econômicas para a retomada do desenvolvimento no Estado, por ser segmento dinâmico e com ampla expressividade na economia mundial” (ADTP, 2004, p.126).

Em Alagoas, o turismo estruturado como atividade econômica produtiva teve início em 1986 com a criação da Empresa Alagoana de Turismo – EMATUR e a partir da iniciativa privada, com a implantação do Hotel Jatiúca, que consolidaram o Estado

⁴² Informações obtidas na palestra ministrada, no dia 14 de junho de 2005, pelo Prof. Dr. Arnóbio Cavalcante que ocupava no mesmo período o cargo de Secretário de Desenvolvimento Econômico de Alagoas.

como um dos principais pólos de turismo do Nordeste (CALHEIROS, 2000). Atualmente, além da presença do turismo na cidade de Maceió, sua ocorrência tem se verificado ao Norte e ao Sul do litoral do Estado.

Há uma tendência de expansão do turismo no litoral Sul alagoano, onde observa-se o fenômeno denominado de “A Invasão Turística na Área Coco-Canavieira”. Tal fenômeno representa o início da expressão territorial da atividade turística nessa área, caracterizada por uma população flutuante e indutora do aumento da área urbana, onde o turismo se verifica tanto pelo contingente populacional que aporta para lazer em fins-de-semana, como também, pelo surgimento de residências de veraneio, instalação de loteamentos e urbanização desordenada em áreas antes ocupada por cultivos de cana e coco (ibid., 2000).

Quanto à questão da Política Pública de Turismo, foram investigadas as ações quanto ao desenvolvimento da atividade turística na cidade de Jequiá da Praia-AL com o intuito de identificar se existe uma política de turismo na cidade analisada e entender a relação das ações de turismo implementadas no município com o contexto do sistema de Gestão proposto pelo Plano Nacional de Turismo.

5.4.2 Processo de Implementação das Políticas de Turismo

Alagoas possui um Plano Estadual de Turismo desde 1999 que foi atualizado para o período de 2005-2015. Uma das ações que antecederam esta atualização foi a reformulação do Mapa das Regiões Turísticas de Alagoas, em julho e agosto de 2005. As regiões turísticas foram divididas em 08 regiões assim subdivididas de acordo com suas características culturais, ambientais e de segmentação turística. A partir daí o município de Jequiá da Praia passou a fazer parte da Região das Lagoas e Mares do Sul, junto com os municípios de Coruripe, Roteiro, Barra de São Miguel, Marechal Deodoro, Pilar, Coqueiro Seco e Santa Luzia do Norte (Figura 3).

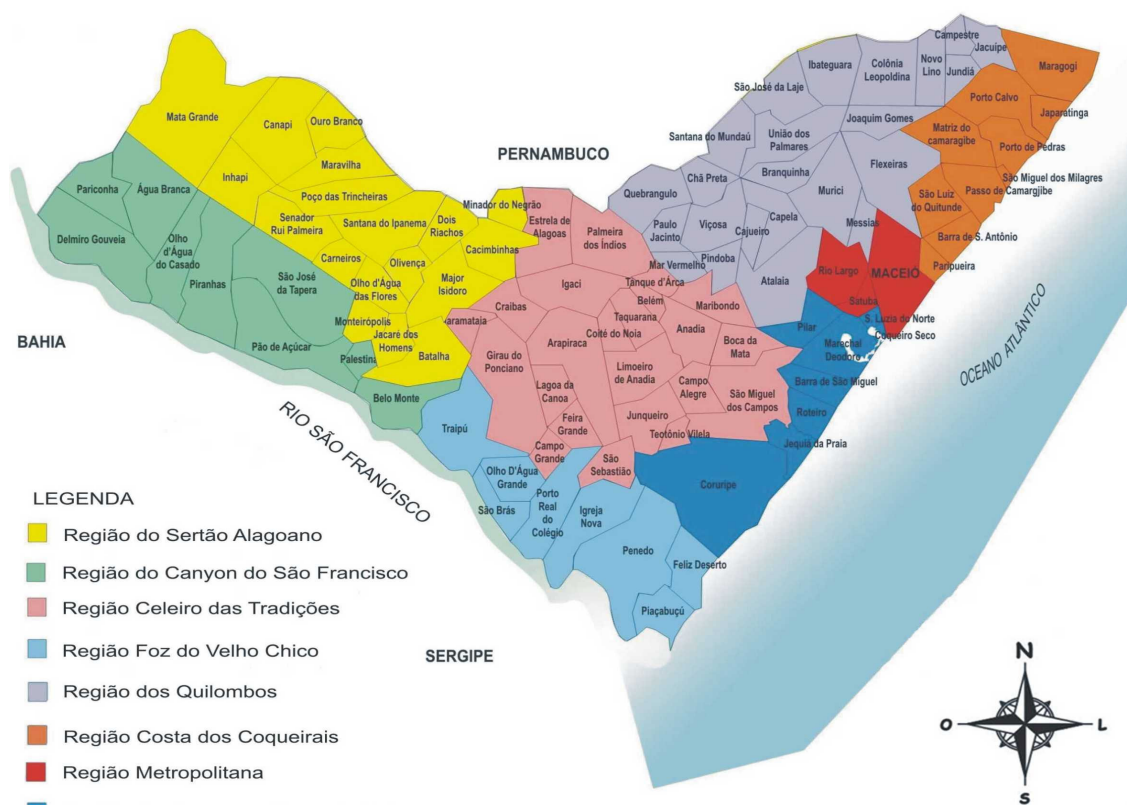


Figura 3 - Localização das Regiões Turísticas de Alagoas. Adaptado de SETUR (2005).

Os municípios que compõe a Região das Lagoas e Mares do Sul são representados pela Associação Turística das Lagoas e Mares do Sul, criada em dezembro de 2005, cujo objetivo é divulgar a referida região. Desde a sua criação foram realizados dois eventos dos quais o município de Jequiá da Praia fez parte, sendo estes: a Bolsa Nacional de Turismo e Negócios- BNTM, realizada no período de 30 de março a 01 de abril de 2006 em Maceió e o II Salão do Turismo: roteiros do Brasil, realizado no período de 02 a 06 de junho de 2006 em São Paulo⁴³.

A BNTM tem como objetivo aproximar o trade turístico nacional (empresas que comercializam o produto turístico) dos maiores compradores do produto nordeste no exterior; é formada por operadores internacionais (buyers) e receptivos (suppliers) que têm como foco o mercado internacional. O município em análise foi escolhido junto com Maragogi para receber uma visita dos participantes da BNTM, cujo objetivo era conhecer a cultura, o folclore e a gastronomia destes lugares. O empreendimento

⁴³ O município participou também do I Salão do Turismo, realizado no período de 01 a 05 de junho de 2005, em São Paulo, somente como uma indicação de roteiro.

escolhido para recepcionar estes visitantes foi o Complexo Turístico Dunas de Marapé, onde foram mostradas a gastronomia e apresentações culturais.

O Salão do Turismo comercializa os roteiros turísticos dos Estados brasileiros, tendo sido este ano 03 roteiros por Estado. Jequiá da Praia fez parte de dois, apresentados pelo Estado de Alagoas, sendo estes Lagoas e Mares do Sul e Encontro das Águas, o terceiro é o Costa dos Corais. Os roteiros são elaborados pela SETUR e definidos pelos agentes receptivos de viagens que são os detentores do conhecimento, quanto às condições e à localização dos hotéis, restaurantes etc.

Os segmentos turísticos implementados na área de estudo são os de Sol e Praia, representado pelos equipamentos do Complexo de Lazer Dunas de Marapé e o Ecoturismo, representado pelo empreendimento Norte Grande: natureza e lazer. Foram estes os equipamentos prontos que foram apresentados no II Salão do Turismo e são os mesmos que as agências receptivas vendiam antes mesmo da participação do governo municipal no desenvolvimento do turismo local. Houve uma inspeção dos equipamentos do empreendimento Dunas de Marapé, feita pela Caravana Brasil (Paraguai) em 1º de junho de 2006, para saber se atendem aos padrões internacionais.

O município analisado faz parte do Fórum Estadual de Turismo, com um conselheiro e um suplente, e provavelmente por isso esteja fazendo parte dos dois roteiros citados anteriormente. Vale ressaltar que não são todos os municípios com potencial turístico que estão fazendo parte deste Fórum. Os critérios de escolha dos municípios não foram esclarecidos com as entrevistas, sabe-se apenas que estes são indicados pelos gestores municipais.

O secretário municipal respondeu a todas as questões e explicou claramente as funções correspondentes a cada nível governamental, enquanto que a coordenadora Programa de Regionalização do Turismo em Alagoas, não soube responder sobre as questões específicas, quanto às ações no município, e afirmou ser o secretário municipal a pessoa mais indicada para responder a estas perguntas. Este explicou que a secretaria trabalha com a parte institucional, ou seja, na elaboração dos projetos que visam ao desenvolvimento da estrutura turística de atendimento (limpeza da cidade; serviços; comunicação, bancos) ao incentivo e à divulgação da atividade turística.

A estrutura turística depende principalmente das ações da Secretaria de Viação e Obras e das empresas de comunicação (sistema de telefonia), enquanto o incentivo e a divulgação são feitos pelo governo municipal e estadual, pelos agentes receptivos e

pelos empresários do setor turístico. Quanto ao processo de elaboração dos projetos até a implementação apresenta-se o seguinte procedimento: Município (elaborar) - Ministério do Turismo (adequar ao plano de trabalho) - Fórum Estadual do Turismo (aprovar) - Ministério do Turismo (liberar recursos) - Município (implementar).

Algumas ações foram implementadas pela secretaria municipal de turismo sendo estas: o Receptivo Cultural em frente à igreja N. S. do Pilar (estilo barroco) com apresentações de danças folclóricas e comercialização do artesanato local (coco e ouricuri); e o resgate e a organização das festas de São João e o Carnaval (turismo de eventos) com a implantação da praça de eventos e a divulgação das festas. Existem ações integradas entre esta secretaria e as secretarias de Viação e Obras, Educação, Meio ambiente e Saúde.

São vários os projetos que envolvem a área de estudo, e o mais abrangente é o que trata da proposta de repasse de parte do imposto ISS para a Secretaria de Turismo, pela modificação do código tributário do município. Esta proposta envolve a criação do Fundo municipal de Turismo e do Conselho; este último terá a função de gerir as ações e será composto por representantes da iniciativa privada, pelas associações de classe e pelo município. As demais propostas serão listadas a seguir:

- Inventário Turístico - aguardando elaboração da minuta de contrato para a oficialização do convênio com o CEFET, a Secretaria de Turismo do Estado e a Secretaria Municipal de Turismo;
- Estudo de Capacidade de Carga da Lagoa Jequiá⁴⁴ - estudo em andamento;
- Material de divulgação do Ecoturismo na Lagoa Jequiá - em elaboração;
- Projeto sobre as festas religiosas - enviado ao Ministério do Turismo;
- Projeto para resgatar o evento Festival da Carapeba - enviado ao Ministério do Turismo;
- Calendário - em elaboração;
- Projeto de sinalização turística - em elaboração (definição e levantamento)
- Turismo náutico- transportes e eventos - 08 barcos credenciados / evento semelhante ao power boat (corrida de barcos profissionais)- aguardando conclusão do Estudo de Capacidade de Carga da Lagoa Jequiá;
- Turismo de mergulho - proposto para o Povoado Lagoa Azeda (local do naufrágio do navio Itapagés durante a 2ª Guerra Mundial);
- Turismo de pesca - proposta;

As ações relativas ao desenvolvimento da atividade turística estão sendo implementadas na atual gestão municipal (2005-2008). Antes desse período existiam

⁴⁴ O Estudo de Capacidade de Carga da Lagoa Jequiá esta sendo realizado através do IBAMA, órgão que administra a RESEX, e foi solicitado por ser uma das etapas necessárias para a aprovação do projeto para a realização do Turismo Náutico na Lagoa.

apenas ações por parte dos empresários e das agências de turismo. Não foi possível obter informações quanto à intenção de atuação do Prodetur –NE na região do litoral Sul do Estado. Mas ficou claro que até o presente momento os planos e as ações descritas aqui são as do conhecimento do Secretário de Turismo e Esportes do Município e da entrevistada da Secretaria Estadual de Turismo.

Tendo em vista que a análise da política pública é investigar o governo em ação, não se pode falar aqui em uma avaliação de política pública; uma vez que as ações são recentes, o que impede uma avaliação desta natureza. Porém vale ressaltar que não existe um planejamento municipal de turismo e sim a tentativa de aliar as ações do município com as diretrizes dos Planos Nacional e Estadual de Turismo.

5.5 CONCLUSÃO

Ao observar as transformações que ocorreram desde 1992, percebe-se que estas influenciaram a ocupação do espaço e possibilitaram o início do processo de desenvolvimento das atividades turísticas que aconteceram, até por volta de 2005, sem a intervenção de políticas públicas específicas. E apesar da tentativa de adequar o que acontece no município, com as diretrizes contidas no Plano Nacional de Turismo e no Plano Estadual de Turismo, a área de estudo não possui um planejamento turístico municipal. As questões referentes às atividades turísticas e ao crescimento da cidade serão tratadas na análise e discussão dos resultados, que será apresentada a seguir.

6 DISCUSSÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

6.1 INTRODUÇÃO

Apresenta-se neste capítulo a análise e discussão do estudo de caso, tendo em vista o desenvolvimento da cidade e da atividade turística. No decorrer do capítulo busca-se responder às questões propostas nos objetivos desta pesquisa, destacando-se as questões referentes à dinâmica urbana, às implicações de políticas públicas e à relação entre desenvolvimento urbano e turismo.

6.2 ANÁLISE DAS TRANSFORMAÇÕES DO ESPAÇO

Inicialmente, a área que corresponde ao município foi ocupada por feitorias (extração e comércio do pau-brasil), depois a atividade predominante era a pesca, principalmente na lagoa Jequiá e nas praias de Lagoa Azeda e da Barra de Jequiá. Outra atividade era a construção de barcos nos estaleiros. Estes usos do espaço fazem parte do início do processo de ocupação mas não correspondiam ainda a um povoamento do atual município.

As plantações de cana-de-açúcar e a produção do açúcar deram início ao povoamento da área urbana, na parte correspondente ao vale que margeia a lagoa Jequiá, onde existia um engenho e o caminho percorrido pelos escravos dos portos até os engenhos. Era pela referida lagoa que o açúcar era transportado. Processo semelhante aconteceu em outros locais do Brasil, pois “a dinâmica da formação dos núcleos urbanos [brasileiros] da época [colonial] dispõe no espaço em fundo de vale e ao longo de rios, vias de transportes naturais”. (GIL FILHO; GIL, 1997, p.14).

Quanto à formação dos núcleos urbanos brasileiros:

A economia açucareira, além de impulsionar o desenvolvimento de portos marítimos, deu origem a outras localidades, nos diversos períodos de expansão do cultivo da gramínea. Algumas delas surgem como pontos intermediários no transporte do açúcar, dos engenhos aos portos de exportação (Geiger, 1963, apud *ibid.*, 1997, p.13).

As características históricas contribuem para o entendimento da área de estudo, que possui elementos naturais e artificiais que devem ser preservados, uma vez que representam o valor histórico e cultural da paisagem do atual município e da região em que está inserido. Destes elementos, pode-se apontar alguns que poderão ser

classificados como patrimônio histórico, cultural, ambiental e arquitetônico, e possivelmente como potencial turístico do município, como os citados a seguir:

- Todas as Lagoas e Rios (Complexo Hídrico);
- As falésias, manguezais e tabuleiros;
- Igreja barroca de N. S. do Pilar, largo e cemitério;
- Casa sede da Usina Sinimbú;
- Casa grande da Fazenda Prata, construída em 1886 (antigo Engenho Prata);
- Porto do Ruivo, localizado no Povoado França;
- Igreja de São João Batista, localizada no Povoado França;
- Local do naufrágio do navio Itapajés, no Povoado da Lagoa Azeda;
- Casa da Família Barreiros, localizada no Povoado Barra de Jequiá;
- Igreja de Santa Terezinha, localizada no Povoado Barra de Jequiá;
- Casa sede da Fazenda Duas Barras, localizada no Povoado Barra de Jequiá.

É importante ressaltar que este trabalho não irá tratar sobre as questões específicas referentes ao Patrimônio histórico, cultural, ambiental e arquitetônico, mas aponta-se a inexistência e a necessidade de um estudo sobre o tema que poderá ser desenvolvido tanto pelo Poder Público como em estudos futuros. Para um aprofundamento dos temas referentes a patrimônio, o leitor poderá consultar Declaração de Amsterdã (CONSELHO DA EUROPA, 1975), Conferência de Nara (UNESCO; ICCROM; ICOMOS, 1994) e Carta de Mar Del Plata sobre Patrimônio Intangível (MERCOSUL, 1997).

Continuando a descrição, pode-se apontar que em seguida foi acrescentado o cultivo do coco que, depois da cana-de-açúcar, é a outra atividade que predomina na área analisada. Atualmente, a atividade turística começa a se desenvolver e também a influenciar no processo de ocupação. Constata-se que a ocupação do solo tem estado relacionada com as atividades econômicas da região e que o desenvolvimento destas atividades precisa ser planejado e fiscalizado, tendo em vista a organização do espaço urbano e o uso adequado dos recursos naturais.

Durante a implantação da rodovia AL-101-Sul foram construídos um posto de combustível e novas casas de veraneio. Houve a abertura de novas vias e a pavimentação das existentes. E logo após a implantação, foram construídos residências, casas de veraneio, bares e restaurantes, principalmente nos povoados mais próximos da rodovia, sendo estes Lagoa Azeda e Barra de Jequiá. Constata-se assim que o turismo foi impulsionado pela implantação desta rodovia.

Nas localidades onde as atividades turísticas começaram a se desenvolver, surgiram novas formas (equipamentos turísticos) para atender às novas funções

demandadas pelo turismo. Tanto as formas como as funções implicaram em transformações na paisagem, sendo estas correspondentes a movimentos funcionais, que ocorrem em diferentes períodos (Fotos 43 e 44); ou estruturais da paisagem, ou seja, que correspondem a mudanças nas formas.



Foto 43 - Barra de Jequiá, barco de pesca indo para o mar, terça-feira, às 16 h.
Fonte: acervo pessoal (2007).



Foto 44 - Barra de Jequiá, barco para travessias dos visitantes para a praia, sexta-feira, às 11h.
Fonte: acervo pessoal (2007).

Pode-se observar que durante diferentes períodos do dia (horários), e também da semana, a mesma paisagem apresenta usos diferentes. Fatos como esse também acontecem em todo o povoado Barra de Jequiá, que tem diferentes usos durante o dia, condicionados pelo movimento dos pescadores, e até mesmo durante o ano, devido aos períodos de baixa e alta temporada do turismo. Observa-se que esses movimentos funcionais são provenientes dos usos desse local. Quanto aos movimentos estruturais, os equipamentos que compõem o complexo turístico existente na Barra de Jequiá, representam bem essa mudança quanto às novas tipologias de edificações (Foto 45).



Foto 45 - Bar e posto de observação do Complexo Turístico, na foz da lagoa Jequiá.
Fonte: Cunha, Luiz (2003).

A área urbana passou a atender a novas funções após a criação do município e, por isso, as formas preexistentes foram adaptadas para atender à demanda por edifícios de uso institucional, como aconteceu com o antigo clube que foi reformado para se tornar a Prefeitura municipal, e com o antigo Posto Telefônico que, após reforma, virou Posto de Saúde (Foto 46). Surgiram novas formas após a construção da Maternidade, do Conj. Residencial Jorge de Castro e da Praça de Eventos.



Foto 46 - Posto de Saúde localizado na área urbana de Jequiá da Praia.
Fonte: Prefeitura Municipal (2003).

As modificações foram decorrentes de um processo que agregou novos usos ao espaço correspondente ao atual município. Algumas das formas geradas ou adaptadas para atender a estes usos podem vir a atender tanto à população local como aos visitantes, principalmente no que se refere aos serviços de saúde e de lazer. A atividade turística, as instituições e a habitação são os principais usos que têm transformado este espaço.

6.3 AÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO

Constata-se a implantação de empreendimentos exclusivamente turísticos apenas nas localidades Fazenda Pau Paraíba e Barra de Jequiá, sendo, respectivamente, o empreendimento Norte Grande: natureza e lazer; o Complexo de Lazer Dunas de Marapé (bar, restaurante e pousada), a Pousada Duas Barras, a Pousada e Restaurante Portal dos Coqueirais e o Condomínio Olivermar (apartamentos por temporada) localizados naquele último. Nas localidades Lagoa Azeda e Barra de Jequiá existem as

casas dos pescadores e as casas de veraneio, e existem também os bares e restaurantes que atendem tanto à população local quanto aos visitantes.

A atividade turística existente na localidade Jacarecica do Sul se restringia a visitas controladas, pois o principal acesso era feito por uma propriedade particular, porém com a abertura da via não-pavimentada próxima à entrada da cidade, criou-se a possibilidade do acesso imediato de veículos, bugre e jipe, o que tem facilitado as visitas ao local. Na localidade Pituba também é necessário passar por propriedades particulares para ter acesso ao rio e à praia (o acesso também pode ser feito pela praia da Barra de Jequiá) que são freqüentados por pescadores e visitantes. Nesta localidade será implantado um “Resort” que ainda está em fase de construção.

Em síntese o processo de implantação das atividades turísticas ocorreu inicialmente sem a participação do poder público municipal, tanto quanto ao incentivo quanto à fiscalização dos primeiros equipamentos turísticos, que foram implantados pela iniciativa privada (empresários) e divulgados através de parcerias entre os empresários e as agências de turismo. Atualmente confirma-se que existem algumas ações estaduais e municipais que influenciam o crescimento urbano e o crescimento da atividade turística em Jequiá da Praia (Quadro 11):

AÇÕES DO PODER PÚBLICO ESTADUAL	AÇÕES DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL
Implantação da AL-101-Sul (1992)	Elaboração de projetos
Plano Estadual de Turismo (1999, 2005-2015)	Divulgação dos atrativos turísticos
Programa de Regionalização do Turismo	Receptivo Cultural (danças e artesanato)
Fórum Estadual de Turismo	Apoio à criação da Associação dos Artesãos de Jequiá da Praia
Criação das Regiões Turísticas de Alagoas	Praça de Eventos
Criação da Região das Lagoas e Mares do Sul	Abertura e pavimentação de vias de acesso
Divulgação internacional	Melhorias na segurança pública e na infraestrutura urbana
Elaboração do Estudo da Capacidade de Carga da lagoa Jequiá	Plano Diretor (aprovado em 2006)

Quadro 11 - Ações do poder público quanto ao crescimento urbano e do turismo em Jequiá da Praia.

A Secretaria de Turismo e Esportes parece ser atuante, tanto na elaboração de propostas como na divulgação dos atrativos turísticos. Houve também a participação desta secretaria no incentivo à criação da Associação dos Artesãos de Jequiá da Praia e a parceria que possibilitou a comercialização do artesanato local no estacionamento do Complexo de Lazer Dunas de Marapé.



Foto 47 - Técnica tenerife, destaque para a tábua e a agulha utilizada na confecção das peças.
Fonte: acervo pessoal (2007).

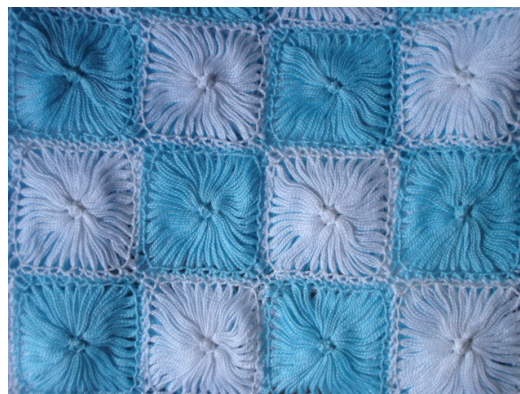


Foto 48 - Peça feita com a técnica do tenerife.
Fonte: acervo pessoal (2007).

Vale salientar que as artesãs produzem peças com a palha de coqueiro e a fibra da casca do coco e utilizam, além do crochê, uma técnica chamada tenerife na confecção de roupas de lã que parece ser um diferencial em relação ao artesanato do Pontal de Coruripe, onde predominam as cestas feitas com a palha da palmeira ouricuri (Fotos 47 e 48).

Em relação às expectativas da população sobre o desenvolvimento do turismo na localidade Barra de Jequiá, cita-se o trecho a seguir:

O pessoal acha que sim, se o turista viesse pra qui como vem todo dia e ficasse freqüentando aqui a cidade, viesse procurar alguma coisa aqui pra comprar, pra o pessoal também fazer alguma coisa pra vender né. [...] O pessoal vem de fora e vem logo procurando as coisinhas. É que nem em Jequiá, num tinha perto da Igreja um negocinho [...], artesanato, tinha uma porção de coisinha lá pra vender [...] é eles iam todo dia de sexta-feira, eles passavam lá pra comprar, olhar e comprar né. Eles ficavam lá na porta da Igreja dançando, [...] era um forró da desgraça lá, eles arrojavam mesmo olhe era, era bonito que só. [...] É que nem aqui, se tivesse eles faziam o mesmo (relato de um pescador, em janeiro de 2007).

O negócio a que o pescador se refere é o Receptivo Cultural em frente à igreja N. S. do Pilar⁴⁵ que era realizado na área urbana, denominada Jequiá por ser este o nome do antigo povoado, para receber os grupos trazidos pelas operadoras e agências de viagem. Além da comercialização do artesanato local eram realizadas apresentações de forró e de danças folclóricas. Observa-se no relato que a população participava tanto na produção dos objetos comercializados e nas apresentações de dança, como também apreciava o evento junto com os visitantes.

⁴⁵ De acordo com uma das entrevistadas o receptivo cultural não é mais realizado porque os guias de turismo não continuaram levando os grupos até à área urbana.
















6.3.1 Análise dos Prováveis Impactos Esperados.

Buscou-se analisar os prováveis impactos esperados com o desenvolvimento do turismo na área de estudo e especificamente quanto aos dois principais empreendimentos turísticos existentes (Quadro 12). Ressalta-se o quanto é importante esta análise anteceder o desenvolvimento do turismo, ao concordar que “é desejável que tanto as conseqüências positivas do turismo quanto as negativas sejam avaliadas antes do desenvolvimento, a fim de que os efeitos indesejáveis sejam evitados ou amenizados, e os efeitos desejáveis sejam reforçados” (SIMPSON; WALL, 2002, p.286).

O empreendimento Norte Grande: natureza e lazer apresenta como prováveis impactos positivos a oportunidade de empregos para a população local e dos municípios próximos; a diversificação da economia do município através do turismo em áreas rurais; a possibilidade de intercâmbio cultural entre a população e os visitantes; a conservação de áreas naturais importantes formadas pelos resquícios de Mata Atlântica tanto na margem da Lagoa como dos rios e riachos.

Quanto às prováveis conseqüências negativas poderá haver o desvio dos benefícios econômicos porque os impostos atualmente são pagos ao governo estadual e provavelmente não serão repassados diretamente para o município; a poluição da água da lagoa Jequiá através dos resíduos de combustível das embarcações é uma possibilidade que deverá ser amenizada através de estudo de capacidade de carga e da devida fiscalização.

O empreendimento Complexo de Lazer Dunas de Marapé apresenta os seguintes prováveis impactos positivos: a oportunidade de empregos tanto para a população local como para os municípios vizinhos; a diversificação da economia do município através do turismo; ganhos em moeda estrangeira devido ao fluxo de turistas internacionais; a possibilidade de intercâmbio cultural entre a população e os visitantes; o aumento da consciência sobre o meio ambiente por parte da população após a implantação do empreendimento.

PROVÁVEIS IMPACTOS ESPERADOS	ECONÔMICOS	SOCIOCULTURAIS	AMBIENTAIS
POSITIVOS	• Empregos;  	• Conservação do patrimônio;	• Conservação de áreas naturais importantes; 
	• Diversificação da economia;  	• Reafirmação da identidade cultural;	• Conservação de lugares históricos e arqueológicos, bem como do patrimônio arquitetônico local;
	• Desenvolvimento regional;	• Intercâmbio cultural.  	• Melhoria da qualidade do meio ambiente;
	• Ganhos em moeda estrangeira; 		• Melhoria da infra-estrutura;
	• Aumento da renda tributária;		• Aumento da consciência sobre o meio ambiente; 
	• Desenvolvimento da infra-estrutura;		• Criação de áreas protegidas.
	• Melhoria da qualidade de vida da população.		
NEGATIVOS	• Transformação nas ocupações profissionais;	• Comercialização excessiva e perda de autenticidade das manifestações culturais;	• Poluição da água;  
	• Impacto sobre a estrutura e distribuição da população;	• Perda da identidade cultural;	• Poluição do ar;
	• Desvio dos benefícios econômicos. 	• Modificação dos padrões de consumo nos hábitos de compras da população local;	• Poluição sonora; 
		• Relacionamento precário entre hotel e hóspede devido a mal-entendidos relacionados a diferenças de idioma, de costumes, de valores e de padrões de comportamento;	• Poluição visual;
		• Aumento da população residente e sazonal, e conseqüente perda das comodidades dos habitantes;	• Problemas de saneamento básico; 
		• Aumento dos problemas sociais como: drogas, crimes e prostituição.	• Degradação ecológica; 
		• Danos aos lugares históricos e arqueológicos;	
		• Problemas relativos ao uso e à ocupação do solo.	

Quadro 12 - Prováveis Impactos Esperados quanto aos Principais Empreendimentos Turísticos em Jequiá da Praia.

Fonte: OMT (1994), adaptado pela autora.

LEGENDA: Empreendimento Norte Grande: natureza e lazer (VERDE); Complexo de Lazer Dunas de Marapé (AZUL).

Quanto às prováveis conseqüências negativas pode-se observar: a poluição da água da lagoa Jequiá, por resíduos de combustível das embarcações. Essa é uma possibilidade que deverá ser amenizada pelo estudo da capacidade de carga e da devida fiscalização. Outro problema é a poluição sonora, proveniente dos ruídos dos ônibus, automóveis, e equipamentos de som; problemas de saneamento básico relacionados principalmente com o esgotamento sanitário e o manejo de resíduos sólidos; a degradação ecológica causada pela devastação do manguezal e pelo tratamento inadequado do esgoto e dos resíduos sólidos (ver anexo C).

Os empresários entrevistados declararam que o quadro de funcionários é formado na maioria por pessoas do próprio município. O empreendimento localizado na localidade Barra de Jequiá emprega 42 funcionários fixos e 08 temporários (alta temporada), destes 15% é da localidade e 85 % é proveniente da área urbana, o que implica em deslocamentos diários dos funcionários. Já o empreendimento localizado na Fazenda Pau Paraíba emprega funcionários que residem na própria fazenda, destes alguns são ex-funcionários de usina de cana-de-açúcar, e mais outros 04 funcionários provenientes de São Miguel dos Campos.

O público-alvo destes empreendimentos são os turistas trazidos pelas agências e operadoras de viagens, que definem os grupos, os dias e os horários dos passeios. O Complexo de Lazer Dunas de Marapé investe na divulgação para o mercado internacional (Itália, Argentina, Portugal) além de receber turistas nacionais, principalmente das regiões sul e nordeste, enquanto o empreendimento Norte Grande: natureza e lazer, recebe grupos nacionais. Ambos empreendimentos recebem em menor quantidade pessoas provenientes dos municípios vizinhos e de Maceió.

Além da análise dos empreendimentos, pode-se sugerir que a cidade analisada apresentará os seguintes impactos positivos do turismo: oportunidade de empregos nos equipamentos turísticos; diversificação da economia do município através da atividade turística; ganhos em moeda estrangeira proveniente do fluxo de turistas internacionais; aumento da renda tributária, se os impostos forem municipais; a possibilidade de intercâmbio cultural entre a população e os visitantes; melhoria da infra-estrutura incentivada pela implantação dos equipamentos e pela exigência dos empresários; criação de áreas protegidas como a RESEX para ordenar o desenvolvimento das atividades e proteger os ecossistemas.

Quanto aos impactos negativos econômicos e socioculturais para a cidade turística em questão, sugere-se que poderá haver: a transformação nas ocupações profissionais, se os pescadores deixarem a pesca artesanal para conduzir os visitantes; o desvio dos benefícios econômicos, se os impostos forem pagos apenas ao governo estadual; aumento da população residente e sazonal, e conseqüente perda das comodidades dos habitantes causados pelo aumento da quantidade de casas de veraneio, de empreendimentos turísticos e do uso de comércio e serviços.

Quanto aos impactos negativos de ordem ambiental, a cidade turística poderá apresentar: poluição da água através dos resíduos de combustível das embarcações; poluição sonora proveniente dos ruídos dos ônibus, automóveis, e equipamentos de som; problemas de saneamento básico em relação ao abastecimento, a coleta e o destino que tende a ser insuficiente com o aumento da demanda; degradação ecológica causada pelo tratamento e destino inadequado dos resíduos e pelo uso indevido dos recursos naturais; danos aos lugares históricos e arqueológicos devido ao uso inadequado; problemas relativos ao uso e à ocupação do solo como a ocupação de áreas de ecossistemas frágeis como o manguezal e à ocupação desordenada pelos equipamentos turísticos.

Ao comparar os dados referentes aos prováveis impactos para a cidade turística, constata-se que entre os impactos positivos predominam os de ordem econômica; enquanto os ambientais apresentam-se em maior quantidade em relação aos socioculturais. Quanto aos impactos negativos, há uma predominância dos de ordem ambiental; enquanto os econômicos aparecem em maior número em relação aos socioculturais. Este fato mostra que os impactos ambientais são mais negativos do que positivos e que os impactos econômicos são mais positivos. Enquanto os impactos socioculturais são mínimos, se comparados com os demais.

Para 55,5 % dos entrevistados, houve alguma mudança pessoal após a vinda dos turistas⁴⁶, tal informação é relevante na medida em que a população reconhece haver mudanças positivas — oportunidade de novos empregos, possibilidade de ocupação e renda, intercâmbio cultural — e negativas na sociedade local, como a proibição da

⁴⁶ Apesar de algumas pessoas associarem o termo turista, apenas aos grupos trazidos pelas agências de turismo.

pesca de “morão”⁴⁷ e a dificuldade no acesso à praia, onde localiza-se o empreendimento turístico.

Os pescadores entrevistados moram na localidade desde que nasceram, e afirmaram que, após a intensificação da quantidade de turistas, houve mudanças negativas como a diminuição da quantidade de peixes e a proibição do acesso à praia, como é citado no trecho a seguir:

Inté pra pescar ali na praia a gente não fica bem à vontade né, porque o pessoal é demais, [...] aí espanta o peixe, quando vai passando, aí corre tudo. Aí eu acho que ficou pior né. Aquela passagem ali dentro dos mangue ele [...] fez uma cerca e quando acabar ele não queria que a gente passasse de jeito nenhum (relato de um pescador, em janeiro de 2007).

O planejamento turístico municipal deve considerar as questões referentes aos impactos da atividade e prever as conseqüências destes no local. Com o intuito de evitar ou minimizar os efeitos indesejáveis e até mesmo reforçar os efeitos desejáveis provenientes das modificações, para por em prática um planejamento turístico que considere as causas, conseqüências e efeitos do desenvolvimento da atividade turística no município ou na localidade.

6.3.2 Análise das ações e da possibilidade de planejamento turístico

Constata-se o surgimento de uma tentativa de planejamento da atividade turística, tanto em âmbito estadual como municipal, mas considera-se o momento como inicial para o desenvolvimento do turismo, uma vez que a maioria das ações identificadas ainda estão em processo de implementação. O município de Jequiá da Praia segue as diretrizes contidas no Plano Nacional de Turismo e no Plano Estadual de Turismo, mas isso não corresponde a um planejamento turístico municipal.

As ações estaduais demonstram interesse em divulgar o potencial turístico do município analisado, para o segmento do turismo internacional. Estas ações são definidas pelos grupos de interesse, sendo o grupo dos agentes receptivos o definidor dos roteiros, e conseqüentemente do desenvolvimento da atividade turística. A existência de ações, por parte dos empresários do setor turístico e das agências de turismo, anteriores à ação dos três níveis de governo, mostra que é importante reconhecer a necessidade de integração das políticas públicas com o setor privado.

⁴⁷ A pesca de morão ou espera, proibida pelo IBAMA, é feita com uma rede que é presa a estacas de madeira, estas madeiras são dispostas no canal do rio ou lagoa para prender os peixes. Segundo os pescadores a malha da rede não permite aprisionar peixes pequenos e por isso não deveria ser proibida. E os barcos poderiam passar quando as redes estivessem abaixadas.

Quanto à atuação do poder público municipal no funcionamento dos empreendimentos turísticos, segundo informações obtidas com os empresários, há o apoio quanto à segurança e à coleta do lixo do empreendimento localizado na Barra de Jequiá e não há nenhuma participação em relação ao empreendimento localizado na Fazenda Pau Paraíba. Os dois empresários afirmaram que a implantação dos empreendimentos foi realizada a partir de iniciativa e investimentos privados, sem o apoio do governo.

Para o desenvolvimento da atividade turística, os empresários apontam a necessidade de um trabalho integrado entre os três níveis de governo, com apoio e investimento do governo federal, para que sejam realizadas melhorias nas estradas; nos meios de comunicação; na segurança pública; na limpeza do canal da lagoa Jequiá; na divulgação da cidade e dos empreendimentos; no incentivo à implantação de hotéis e pousadas.

É imprescindível que o planejamento turístico municipal seja elaborado, enquanto o desenvolvimento está em fase inicial, entre a exploração e o desenvolvimento e investimento, que envolva os setores políticos, físicos, econômicos e sociais e que os aspectos socioculturais e ambientais sejam colocados como prioritários na discussão e consecução do planejamento municipal. Este deve se relacionar com os outros níveis de planejamento (estadual, regional, nacional) de forma global.

Quanto à comunidade esta deve envolver-se no processo de planejamento turístico e avaliar os impactos das atividades e dos programas turísticos. Destacando-se que é necessário identificar os diversos grupos de interesse, manifestos ou latentes, e divisar seus objetivos e estratégias (SOUZA, M., 2002). Ao enfatizar o quanto é importante o envolvimento da comunidade local no planejamento e desenvolvimento da atividade turística, ressalta-se que:

Os residentes têm o direito de serem envolvidos no desenvolvimento de uma indústria que sempre traz custos e benefícios para sua comunidade, pois se o desenvolvimento do turismo não for compatível com os desejos e objetivos da comunidade, ou for dominado por interesses econômicos exclusivamente externos, conflitos e tensões podem resultar no declínio do turismo (MURTA, 2002).

Deve-se considerar o turismo como um sistema, para que o planejamento corresponda às expectativas e necessidades locais. Identificar, entre outras questões, qual a oferta e a demanda existentes para que possa ocorrer o desenvolvimento da atividade de forma global e não apenas setorial. Fato que tem acontecido nos locais em

que se enfatiza apenas o crescimento do turismo, caracterizado pelo setor econômico e o turista internacional, em detrimento do aspecto social e das questões relacionadas com o espaço físico em que a atividade se desenvolve.

6.4 DESENVOLVIMENTO URBANO E TURISMO

O órgão público municipal responsável pelo planejamento urbano e pelo fornecimento e manutenção da infra-estrutura urbana é a Secretaria de Viação e Obras. De acordo com o secretário, estas são as funções da referida secretaria: construir e preservar o patrimônio público, tais como as vias, praças, postos de saúde e outros edifícios públicos; iluminação pública, limpeza das áreas públicas, coleta e destinação do lixo. Quanto aos recursos financeiros para a realização das obras, ressalta que estes são de origem federal e estadual.

Percebe-se que há uma conscientização por parte do entrevistado da Secretaria de Viação e Obras quanto à relação entre as ações da secretaria e o desenvolvimento da atividade turística, principalmente quanto à infra-estrutura urbana e o planejamento urbano. Mas não existem ações conjuntas entre as secretarias de Turismo e a de Viação e Obras, e sim projetos que são planejados e discutidos, como a proposta de implantação de um terminal turístico próximo à praia, cujo acesso é feito pela AL-101-Sul, e um mirante próximo à localidade Jacarecica do Sul.

Há também uma proposta de implantação de um sistema de esgotamento sanitário que o Secretário de Viação e Obras considera como essencial para o desenvolvimento da atividade turística. Ele afirma que o projeto foi elaborado com previsão de crescimento populacional e que este será enviado ao Ministério das Cidades após ser aprovado pelo IMA, com a seguinte proposta:

- Estação de tratamento – na área urbana – com lagoas de decantação, localizadas no tabuleiro, e descarte por aeração na lagoa Jequiá;
- Estação de tratamento - em Lagoa Azeda - com tanque receptivo e filtros anaeróbicos e descarte no mar;
- Micro-estações nos demais povoados;

O município teve o seu Plano Diretor⁴⁸ aprovado em outubro de 2006, cuja elaboração foi solicitada pela necessidade de planejamento do município e por ser uma cidade com potencial turístico, o que a enquadra no critério de “cidade com especial interesse turístico”, para a exigência da elaboração do Plano Diretor. Quanto ao

⁴⁸ O Plano Diretor do município foi aprovado em outubro de 2006, após 07 meses de elaboração.

planejamento urbano, o Secretário afirmou que este existirá a partir da aprovação dos códigos de obras e de urbanismo que, segundo ele, deverão ser elaborados ainda neste ano de 2007.

6.4.1 Análise da relação entre espaço urbano e espaço turístico

O espaço turístico ainda está em formação porque existem os atrativos, mas faltam equipamentos e serviços de entretenimento, agenciamento, informações e sinalização. Há espaços públicos e de lazer, como praças, campos, e ruas, utilizados para eventos temporários. Mas os meios de hospedagens poderiam ser mais diversificados e os serviços de alimentação e bebidas principalmente da área urbana necessitam de melhorias no atendimento.

Quanto à infra-estrutura de apoio turístico, percebe-se que a rodovia AL-101-Sul é o principal acesso, e que é necessário uma manutenção mais constante e melhorias na sinalização do subtrecho Jequiá-Roteiro. As vias não-pavimentadas dificultam o acesso aos equipamentos turísticos e também aos povoados mais distantes da área urbana, principalmente em períodos de chuva, como pode ser observado no trecho da AL-420 (Foto 49).

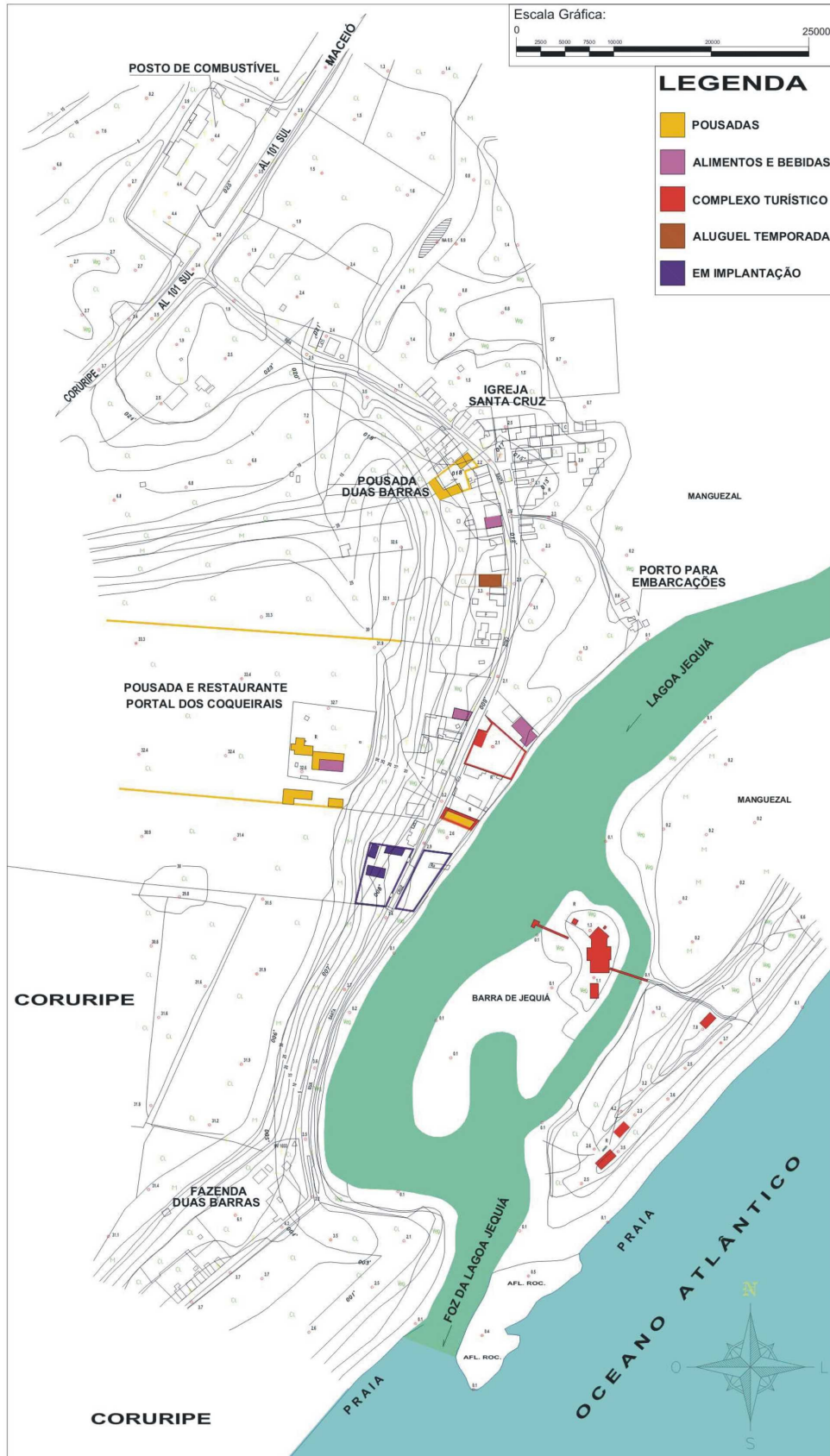


Foto 49 - Trecho da AL-420, após um dia de chuva, próximo à localidade Jequiazinho.

Fonte: acervo pessoal (2007).

Como já foi citado anteriormente (ver seção 2.3.1), para determinar um espaço turístico deve-se observar a distribuição territorial dos atrativos e detectar os agrupamentos e concentrações que se destacam. Deve-se atentar também para a distribuição dos equipamentos e serviços, elementos que influenciam na formação do espaço turístico (MAGALHÃES, 2002).

Os principais equipamentos turísticos existentes no município localizam-se na Barra de Jequiá (Mapa 7), localidade onde as atividades turísticas estão mais concentradas, devido à divulgação dos atrativos turísticos, principalmente os elementos naturais como o mar e a Lagoa, que têm atraído os visitantes.



Mapa 7 - Localização dos Equipamentos Turísticos na Barra de Jequiá. Mapa base: IBGE (2002). Adaptado pela autora. Escala Gráfica.

Os equipamentos turísticos existentes na localidade Barra de Jequiá são os seguintes :

- Dois bares e restaurantes (alimento e bebidas) - atendem à população e aos visitantes;
- A Pousada Duas Barras e o Complexo de Lazer Dunas de Marapé - primeiros equipamentos destinados exclusivamente aos visitantes;
- Condomínio Olivermar (aluguel de apartamentos por temporada);
- Lanchonete (alimentos e bebidas) - atende à população e aos visitantes;
- A Pousada e Restaurante Portal dos Coqueirais – é o mais recente equipamento;
- Equipamento em implantação - faz parte do complexo turístico existente e provavelmente será uma extensão da pousada Dunas de Marapé.

Estes equipamentos estão distribuídos ao longo do povoado. Tanto no início, núcleo original, como na margem da lagoa e na praia (maior concentração). A maior parte deste espaço turístico antes era ocupado por sítios de coqueiros, mas também substituiu algumas casas residenciais e de veraneio. As casas de veraneio por sua vez também substituíram antigas residências. O crescimento desta localidade não tem sido ordenado, o que propicia as ocupações em áreas próximas aos manguezais, e a conseqüente degradação ambiental.

Destaca-se que a implantação dos equipamentos turísticos tem acontecido quase sem intervenção do poder público municipal e os serviços de infra-estrutura urbana, apesar de terem melhorado após tal implantação, ainda não são suficientes para atender à crescente demanda. Observa-se que há necessidade de implantação de equipamentos urbanos necessários para atender à população local e também aos visitantes; alguns já foram apontados pela população entrevistada como escola de nível fundamental, postos de saúde, praças e estacionamentos.

Sugere-se que próximo à área a ser definida para o estacionamento poderiam ser implantados postos para comercialização do artesanato local e um posto de informações turísticas, onde poderiam ser oferecidos os passeios e as travessias pela lagoa Jequiá. Desde que as embarcações fossem operadas por pessoas da própria comunidade e devidamente cadastradas para que sejam respeitados os limites quanto à capacidade de carga da lagoa.

Os pescadores disseram que não participam e não gostariam de participar da atividade turística, mas citaram as travessias de turistas como exemplo de atividade que eles são proibidos de fazer, como pode ser observado nesse trecho da entrevista:

Eu ou qualquer um daqui ta com a jangada ali na beira da praia, se chegar dez ou doze pessoas queira atravessar [...] pra conhecer a praia do outro lado ele não quer de jeito nenhum. Pra ele ta empatando o movimento dele, ele só quer que o pessoal venha atravessar cá com a embarcação dele, pra ele ganhar o dinheiro (relato de um pescador, em janeiro de 2007).

Pode-se observar que a comunidade não tem participado ativamente da atividade turística. Apesar de algumas pessoas trabalharem nos empreendimentos existentes, isso não tem correspondido a melhorias na qualidade de vida da população de um modo geral. Esse fato deve ser considerado pelo poder público municipal para que não ocorra o que tem acontecido na maioria das cidades turísticas do nordeste brasileiro, nas quais o desenvolvimento das atividades turísticas tem gerado um processo de segregação sócio-espacial, pois:

Tal modelo de desenvolvimento, vem expulsando gradativamente, as populações nativas de seus antigos 'habitats', onde, por um processo contínuo de valorização das terras, passam a ocupar aquelas regiões periféricas menos nobres, que circundam essas aglomerações 'turísticas' o que em muitas vezes leva os nativos a abandonarem suas antigas ocupações, preferindo o emprego no turismo, mesmo com menores salários ou condições de trabalho adversas, ou até mesmo, transferirem-se para outras regiões, acentuando o êxodo das populações (ARAÚJO, 1998, p.368).

Atualmente não existem dados oficiais sobre a demanda turística do município, mas um estudo recente aponta que a maioria dos hóspedes que frequenta as hospedagens locais é formada por turistas brasileiros, provenientes dos municípios do Estado, do Nordeste e das demais regiões do país. Os turistas internacionais aparecem em menor quantidade (OLIVEIRA et al, 2005). Os dados quantitativos referentes à demanda que frequenta a localidade Barra de Jequiá mostram que aproximadamente 2500 pessoas por semana visitam o empreendimento existente na localidade na alta temporada e 700 pessoas na baixa temporada⁴⁹.

As cidades apresentam necessidades quanto à infra-estrutura, e o turismo aumenta a demanda de pessoas que frequentam a cidade e utilizam a infra-estrutura urbana existente. Esta não tem atendido satisfatoriamente à demanda populacional e conseqüentemente não atende à demanda de visitantes. Por isso é preciso considerar tanto a população residente, quanto a população sazonal, assim como os visitantes no cálculo da infra-estrutura necessária para o funcionamento da cidade em estudo.

⁴⁹ Dados quantitativos referentes à demanda de visitantes no Complexo de Lazer Dunas de Marapé (controle através dos cartões entregues aos visitantes), obtidos com o Secretário de Turismo e Esportes.

6.4.2 Alternativas para o Desenvolvimento

As atividades turísticas disputam os mesmos espaços que as demais atividades, por isso as políticas precisam ser planejadas tendo em vista a intrínseca relação entre o desenvolvimento da cidade e o desenvolvimento da atividade turística. O turismo é uma atividade importante e poderá contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população “desde que a mesma tenha conseguido satisfazer suas necessidades mínimas de subsistência e atingido boas condições de saúde, moradia e educação” (ACERENZA, 1991, apud BARRETO, 1995, p.89).

Para tanto, as políticas deveriam ser direcionadas com o intuito de fazer com que prevaleça a função social da propriedade no processo de decisão e as ações deveriam ser implementadas para possibilitar um desenvolvimento amplo da cidade turística estudada. Aponta-se como alternativa a inclusão da população em todo o processo principalmente na formulação de políticas de turismo e na participação efetiva nas atividades turísticas.

As possibilidades de participação da população local devem ser identificadas e incentivadas através de trabalhos de capacitação e formação profissional dos recursos humanos, como cursos na área de turismo e hotelaria, idiomas e treinamentos para o atendimento aos visitantes. Entre as prováveis formas de participação estão atividades como a comercialização de artesanato e alimentos e bebidas e os serviços relacionados aos meios de hospedagem.

Quanto à participação da população na atividade turística o Secretário de Viação e Obras citou o artesanato que é pouco explorado como atividade rentável; o comércio que poderia crescer para atender à demanda; a produção de pescado que poderia ser vendida diretamente aos turistas; a condução de barcos e canoas para travessias e passeios, desde que o meio ambiente seja preservado; a comercialização de alimentos em barracas e restaurantes; o aproveitamento da mão-de-obra local desde a construção ao funcionamento dos empreendimentos.

Em relação às hospedagens, poderia ser utilizada a mão-de-obra local na construção e no funcionamento destes equipamentos, mas também poderia ser investigada a possibilidade de a população receber, em casa, os visitantes através de hospedagens alternativas. Ações como essa poderiam implicar em uma participação efetiva no processo e possibilitariam a permanência no local com a redução da tendência de segregação, além de gerar renda para a população local.

As características da população local e as atividades desenvolvidas por ela deveriam ser levadas em consideração na elaboração e implementação das políticas públicas tendo em vista principalmente que “ocorrem grandes transformações com a vida cotidiana dos moradores locais, destruindo suas atividades e transformando-os em trabalhadores para o turismo” (RODRIGUES, Arlete, 2002, p.51).

As políticas públicas deveriam possibilitar o atendimento das necessidades básicas da população e aliar as ações de provimento de infra-estrutura com a implantação de equipamentos turísticos e garantir que os benefícios econômicos venham a gerar renda para a população através da exigência de que os funcionários, ou parte desses, seja de origem das populações locais. E considerar as características da população na elaboração e implementação das estratégias de desenvolvimento.

A proposta denominada “estrada parque” para a via que margeia a lagoa Jequiá e o seu entorno é apontada pelo Secretário de Viação e Obras, como uma ação que estimulará as atividades turísticas nesta área, com previsão para construção de barracas onde serão comercializados alimentos. Está prevista a capacitação, pela Secretaria de Assistência Social, das pessoas que utilizarão estas barracas, cuja construção e funcionamento serão autorizados e fiscalizados pelo poder público municipal.

O Plano de Manejo da RESEX ainda está sendo elaborado e só após a sua conclusão a estrada parque poderá ser implantada. Este plano é uma legislação específica das áreas de reserva ambiental que define quais os usos são permitidos nestas áreas. Este plano e os códigos de obras e urbanismo são apontados pelo Secretário de Viação e Obras, como ações que serão desenvolvidas pela secretaria e estarão relacionadas com o desenvolvimento do turismo.

As mudanças institucionais que ocorreram no município poderão influenciar no processo de desenvolvimento das atividades turísticas, desde que as legislações urbanísticas e ambientais sejam concluídas e implementadas. A legislação urbanística deveria definir onde pode ser implantado determinado tipo de empreendimento e imediatamente, pois é mais fácil desapropriar um terreno do que uma edificação, como um hotel já implantado. A RESEX, através do Plano de Manejo poderá influenciar diretamente no processo de ocupação do solo através da fiscalização e do controle dos recursos naturais.

Aponta-se a necessidade da realização do Estudo da Capacidade de Carga da Lagoa Jequiá, que já foi solicitado, para regularizar o transporte de embarcações na

Lagoa que é utilizado para a pesca e para passeios e travessias. Mediante aprovação do projeto será acrescentado o uso para o turismo náutico com competições de barcos na Lagoa. No entanto também deveriam ser elaborados estudos de capacidade de carga para todo o meio ambiente definindo a quantidade de visitantes que os locais suportam antes do crescimento da demanda.

A população local pode vir a se beneficiar com o desenvolvimento das atividades turísticas caso ocorra o incentivo para a participação desta, pois a ampliação e a diversificação da estrutura econômica pode contribuir para a absorção de uma população que potencialmente migraria, evitando assim o êxodo das populações. Mas para tanto é necessário criar ou manter condições políticas que assegurem a participação dos cidadãos, na busca de soluções para os problemas de desenvolvimento (CMMAD, 1991).

Quanto às perspectivas para o desenvolvimento do turismo na área de estudo o Secretário de Viação e Obras considera que esta atividade pode melhorar a arrecadação do município e também a qualidade de vida das pessoas, mas para tanto a população precisa ser capacitada para o atendimento ao turista. Ele afirma que o potencial turístico é imenso, mas o município não tem a infra-estrutura urbana adequada para que haja o interesse dos investidores externos.

Torna-se necessário reconhecer a relação entre Desenvolvimento urbano e desenvolvimento do turismo, pois ambos referem-se ao espaço urbano e com base no estudo de caso analisado ressalta-se que tal relação poderá corresponder ao desenvolvimento propriamente dito se as ações forem planejadas e posteriormente realizadas tendo em vista um processo de melhoria que envolva todos os fatores e atores envolvidos no processo.

6.5 CONCLUSÃO

A análise aqui apresentada configura-se como uma síntese da discussão levantada desde os primeiros posicionamentos e questionamentos quanto ao desenvolvimento em seu sentido amplo, passando pelas dinâmicas urbana e implicações de políticas públicas para o desenvolvimento das cidades turísticas. Apresenta-se a seguir as conclusões sobre este trabalho.

7 CONCLUSÃO

7.1 CONSIDERAÇÕES RELEVANTES NO TRABALHO

O desenvolvimento é um processo que tem como sentido amplo a justiça social e a melhoria da qualidade de vida para as pessoas, e a sua realização no espaço urbano corresponde ao desenvolvimento sócio-espacial na e, da cidade. A amplitude do termo envolve várias vertentes, sendo estas econômicas, sociais, ambientais, institucionais e políticas, o que atualmente é conhecido como desenvolvimento sustentável, um conceito que precisa ir além do campo do discurso e entrar no campo das práticas.

As cidades turísticas reúnem no mesmo espaço as questões referentes ao desenvolvimento do turismo e ao desenvolvimento urbano. As modificações provenientes deste processo precisam ser planejadas e fiscalizadas através das políticas públicas, tanto de turismo quanto urbanas, que definirão o espaço turístico, o planejamento e o desenvolvimento da atividade turística; tendo em vista a integração de todos os fatores e atores envolvidos.

Para estudar o desenvolvimento das cidades turísticas, optou-se por um estudo de caso no município de Jequiá da Praia, localizado em Alagoas, em que se buscou fazer uma caracterização; tendo em vista suas peculiaridades e a inserção em relação ao Estado. O processo de crescimento foi descrito com base nas características históricas, culturais, ambientais, sociais, institucionais, econômicas, e observou-se que esse processo está relacionado com as atividades desenvolvidas no local.

A introdução da rodovia AL-101-Sul em 1992 possibilitou o desenvolvimento das atividades turísticas, tanto na área de estudo quanto na região sul do litoral alagoano. As modificações que ocorreram até então influenciaram a ocupação do espaço urbano, quase sem um controle direto do poder público municipal, que começa a tentar adequar as ações locais com os planos nacional e estadual de turismo. Mas não existe ainda um planejamento turístico municipal, que deveria ser elaborado e implementado enquanto a atividade está na fase inicial do ciclo de vida do turismo.

Há necessidade de controle quanto ao uso e a ocupação do solo, principalmente nos povoados de Lagoa Azeda e Barra de Jequiá (ver seções 5.3.2, 5.3.4, 6.3.1, 6.4.2), nos quais a configuração das edificações vem sendo feita sem levar em consideração as características naturais da área como: avanço do mar, margem da lagoa, encostas,

falésias, vegetação de restinga e manguezais. A fiscalização e o controle das áreas com formação de falésias, pelos órgãos públicos competentes, é um fator importante a ser considerado para que esse patrimônio natural seja mantido. Deve-se levar em consideração esses aspectos, principalmente no tocante à fragilidade dos ecossistemas e ao impacto proveniente da implantação de empreendimentos nas áreas analisadas.

A análise sugere que as atividades turísticas existentes na área de estudo apresentam possíveis impactos positivos e negativos do turismo (ver seções 5.3, 6.3.1), assim como deficiências quanto à implantação de infra-estrutura urbana (ver seções 4.3.2, 6.4.1), e não tem correspondido a um desenvolvimento sócio-espacial à medida que tem excluído alguns participantes essenciais neste processo, sendo estes os pescadores e a população de um modo geral (ver seções 1.3, 2.3.3, 6.3).

Ao falar em cidade turística, e principalmente quando se pretende desenvolver a atividade turística de forma sustentável, não se deve esquecer a importância da infra-estrutura para o funcionamento da cidade, tanto para a população quanto para os turistas. Assim como o papel essencial da população local no desenvolvimento de qualquer atividade, e principalmente quando se trata do turismo como alternativa de desenvolvimento (ver seções 2.2, 2.3.1, 2.5, 6.4).

7.2 LIMITAÇÕES DO TRABALHO

Esta análise não esgota a reflexão acerca da relação entre desenvolvimento urbano e turismo, mas levanta uma questão crucial para o desenvolvimento sustentável das cidades turísticas brasileiras. Tal relação torna-se clara tanto ao se tratar da questão da infra-estrutura urbana quanto ao aspecto sócio-espacial.

Reconhece-se que há algumas limitações neste trabalho referentes ao tempo dedicado na elaboração e realização do mesmo⁵⁰, aos deslocamentos para a área de estudo, à ausência de dados importantes no início da pesquisa, como os mapas base digitalizados. Mas que foram gerados durante a elaboração do plano diretor municipal.

7.3 IMPLICAÇÕES DOS RESULTADOS

Este trabalho poderá servir como fonte para futuros projetos de pesquisa nas áreas de desenvolvimento urbano e turismo. E como fonte de dados para estudos futuros sobre o município de Jequiá da Praia. Aponta-se que um destes estudos poderia aprofundar as questões referentes à evolução da ocupação urbana ao abranger os demais

⁵⁰ Este trabalho foi realizado durante dois anos (2005-2007).

povoados que formam o município. E um outro estudo poderia tratar das questões referentes ao Patrimônio (histórico, cultural, ambiental e arquitetônico) do município. Outro trabalho poderia analisar o processo de formação dos espaços urbanos das cidades litorâneas.

Os dados e as informações contidos neste trabalho poderão ser utilizados para a elaboração do planejamento turístico municipal e para um plano de desenvolvimento turístico do litoral sul alagoano. O mapeamento das atividades turísticas, assim como a descrição destas, poderá contribuir para a realização do inventário turístico e para a divulgação dos atrativos turísticos. As análises poderão possibilitar a realização de estudos de oferta e demanda da infra-estrutura urbana e da atividade turística. E contribuir para a elaboração da legislação urbanística e ambiental municipal.

7.4 CONCLUSÃO

Então, o que foi constatado é que existe em Jequiá da Praia uma relação entre o crescimento urbano e o crescimento da atividade turística, uma vez que a implantação dos equipamentos turísticos tem aumentado a demanda por infra-estrutura urbana e tem influenciado nas transformações sócio-espaciais. Tal relação é forte, pois o crescimento da cidade analisada está sendo influenciado pelo crescimento do turismo, e envolve os mesmos atores, sendo estes: a população, os visitantes, os empresários, as agências e operadoras de turismo, e o poder público. Porém esta relação não tem correspondido, no caso analisado, a uma relação entre o desenvolvimento urbano e o desenvolvimento da atividade turística.

A partir das discussões apresentadas neste trabalho, pode-se concluir que:

- Para que aconteça o desenvolvimento do turismo, é necessário que haja a conscientização da população primeiro sobre o que é turismo, pois a maioria da população entrevistada associou o termo turismo ao empreendimento existente na localidade;
- Além do que significa a atividade, a população precisa ser conscientizada quanto aos impactos positivos e negativos desta e ter acesso às informações acerca das possibilidades e limitações, para a implantação de empreendimentos e demais atividades no local de estudo;
- Torna-se necessário possibilitar a participação da população local nas atividades turísticas e incentivar o desenvolvimento das demais atividades;
- O turismo influencia no crescimento da cidade e poderá contribuir para o desenvolvimento urbano, se forem elaboradas e implementadas políticas que englobem tanto a atividade turística quanto as demais atividades existentes na cidade.

Finalmente, com o processo de desenvolvimento do turismo, o meio ambiente poderá continuar sendo degradado ou a cidade poderá ter as necessidades de infraestrutura atendidas, e menos poluição do meio ambiente, caso as políticas públicas sejam direcionadas não para um único setor, mas para o desenvolvimento pleno da cidade.

Pode-se dar suporte à idéia de que depende das políticas públicas, o reconhecimento da relação entre o desenvolvimento do turismo e o desenvolvimento das cidades, pelo direcionamento dos setores e das atividades para o desenvolvimento urbano; tendo em vista a consecução do desenvolvimento no seu sentido amplo, com equidade social e melhoria da qualidade de vida.

REFERÊNCIAS

- ABAKERLI, Stefania. Sustentabilidade em Discurso e Prática: implicações das políticas de desenvolvimento e de conservação em regiões biodiversificadas no Brasil. In: FERNANDES, Edesio; VALENÇA, Márcio M. (orgs.). Brasil Urbano. Rio de Janeiro: Mauad, 2004.
- ACERENZA, Miguel Angel. Administração do Turismo. (Vol. 2). Editora: EDUSC, 2003. 272 p.
- ACSELRAD, Henri (org.). Sentidos da Sustentabilidade Urbana. In:_____. A Duração das Cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- _____. A Construção da Sustentabilidade: uma perspectiva democrática sobre o debate. Rio de Janeiro: FASE, 1999. Série cadernos de debate Brasil sustentável e democrático, n.5.
- ADTP- Agência de Desenvolvimento Tietê Paraná (Coordenação e Desenvolvimento). Alagoas: Estratégias de Desenvolvimento. Maceió. Maio de 2004.
- AMBIENS, Sociedade Cooperativa. Seminário Plano Diretor - resumo. 2005. Disponível em: <<http://www.coopere.net/pd/>>. Acesso em: 16 de setembro de 2005.
- ANTÔNIO JEQUIÁ. Lagoa Azeda se transforma em canteiro de obras. 2006. Fotos. Revista Jequiá: informativo municipal. Ano I, n° 02, junho de 2006.
- ARAÚJO, Paulo Sérgio Oliveira de. Desenvolvimento do Turismo e População Local. In:CORIOLANO, Luzia Neide M. T. (org.). Turismo com Ética. Fortaleza: UECE, 1998, pp. 362-373.
- ASSUL – Associação das Pousadas e Hotéis do Litoral Sul de Alagoas. AL SETUR. SEBRAE. Litoral Sul Alagoas. Jequiá da Praia, Coruripe. 2005. Fotos. Folder.
- BANDUCCI JR., Álvaro; BARRETTO, Margarida (orgs.). Turismo e Identidade Local: uma visão antropológica. 1ª ed. Editora: Papius, 2001. 208 p.
- BARBIERI, José Carlos. Desenvolvimento Sustentável. In:_____. Desenvolvimento e meio ambiente: as estratégias de mudanças da agenda 21. Petrópolis: Vozes, 1997.
- BARIDON, Michel. Paisaje com um filósofo, um geógrafo y um historiador. In Berjman, Sonia. Diversas maneras de mirar el paisaje. 1ª ed. Buenos Aires: Nobuko, 2005.
- BARRETO, Margarida. Manual de iniciação ao estudo do turismo. 9ª ed. Campinas, SP: Papius, 1995. (Coleção Turismo).

_____. Turismo e Legado Cultural: as possibilidades do planejamento. Campinas, SP. Papirus, 2000 (Coleção Turismo).

BEAUJEU-GARNIER, Jacqueline. Geografia urbana. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997. 525 p.

BENI, Mário Carlos. Análise estrutural do turismo. 9.ed. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2003.

BISSOLI, Maria Ângela M. A. Planejamento Turístico. In:_____. Planejamento turístico municipal com suporte em sistemas de informação. São Paulo: Futura, 1999.

B.I.T. [sem título]. 2007. Foto, color. Disponível em: <<http://www.visionofbrazil.com/Destination/Maceio/images.aspx>>. Acesso em: 27 de janeiro de 2007.

BRASIL, Estatuto da cidade. Estatuto da cidade: Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001, que estabelece diretrizes gerais da política urbana. – Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2001. 35 p. – (Série fontes de referência. Legislação; n. 40).

_____, Ministério das Cidades. Plano Diretor Participativo: guia para a elaboração pelos municípios e cidadãos. 2004.

_____, Ministério do Meio Ambiente. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais. GEREX/AL. Levantamento das Edificações e Características Ambientais ao longo do perímetro da Reserva Extrativista Marinha do Jequiá. Maceió, 2005.

_____, Ministério do Turismo. Plano Nacional do Turismo: diretrizes, metas e programas 2003-2007, 29 de abril de 2003.

_____, Ministério do Turismo. Programa de Regionalização do Turismo-Roteiros do Brasil. Brasília, 2004. 32p.

BRUSADIN, Metre Leandro Benedini. Avaliação do Programa Nacional de Municipalização do Turismo: diferentes visões. ([entre 2000 a 2006]). Disponível em: <www2.anhambi.br/publique/media/Leandro>. Acesso em: 22 de fevereiro de 2006.

BURCHARDT, Tânia et al. Introduction. In: HILLS, John; LE GRAND, Julian; PIACHAUD, David (org). Understanding Social Exclusion. Oxford University Press, 2002, pp. 1-12.

CALHEIROS, Silvana Quintella Cavalcanti. Turismo versus agricultura no litoral meridional alagoano. Rio de Janeiro, 2000, 2v. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ/IGEO, 2000.

CASTELLS, Manuel. A Questão Urbana. Tradução de Arlene Caetano. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

CASTRO, Celso Antonio Pinheiro de. Sociologia Aplicada ao Turismo. 1 ed. Editora: ATLAS, 2002. 192 p.

CMMAD - Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Nosso futuro comum. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1991.

COELHO, Fernando. Pescador. 2005. Foto. Praias e Lagoas/Litoral Sul/Jequiá da Praia. Disponível em: <<http://gazetaweb.globo.com/Canais/Turismo/Praias.php?p=Is>>. Acesso em: 13 de agosto de 2005.

_____. Recanto, rio. 2005. Foto. Praias e Lagoas/Litoral Sul/Lagoa Azeda. Disponível em: <<http://gazetaweb.globo.com/Canais/Turismo/Praias.php?p=Is>>. Acesso em: 13 de agosto de 2005.

CONSELHO DA EUROPA. Declaração de Amsterdã. Congresso do Patrimônio Arquitetônico Europeu. Outubro de 1975. IPHAN- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do;jsessionid=660364D066F4AD6A74CA1D0F08027A2A?id=12372&retorno=paginaLegislacao>>. Acesso em 18 de dezembro de 2006.

CORRÊA, Roberto L. O Espaço Urbano. 4.ed. São Paulo: Editora Ática, 2005. Série Princípios, 174.

COSGROVE, Denis. Geografia Cultural do Milênio. In: ROSENDAHL, Zeny; CORREA, Roberto. Manifestações da Cultura no Espaço. RJ: UERJ. 1999.

_____. A Geografia está em toda parte: Cultura e Simbolismo nas Paisagens Humanas. In: _____. Paisagem, Tempo e Cultura. RJ: UERJ. 1998.

COSTA, Cristina. Sociologia: introdução à ciência da sociedade. 2.ed. São Paulo: Moderna, 1997.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. Introdução à Geografia do Turismo. 2ª ed. Editora: ROCA, 2003. 136 p.

CUNHA, José Marcos Pinto. Redistribuição espacial da população: tendências e trajetória. São Paulo em Perspectiva. vol.17 n.3-4, São Paulo, July/Dec. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392003000300022>. Acesso em: 24 de julho de 2006.

CUNHA, Luiz. [sem título]. 2003. Foto, color. SUN COMUNICAÇÃO E MARKETING. Guia de informações turísticas “Alagoas Como Você Nunca Viu”. Maceió. Ano III, Nº 3. Edição 2003.

DAMIANI, Amélia L. As Contradições do Espaço: da Lógica (Formal) à (Lógica) Dialética, a Propósito do Espaço. In: DAMIANI, Amélia L. et al. O espaço no fim do século: a nova raridade. São Paulo: Contexto, 2001.

DANN, Graham M. S. Temas teóricos para o futuro desenvolvimento do turismo: identificando a agenda. In: PEARCE, Douglas G.; BUTLER, Richard W. (orgs.). Desenvolvimento em turismo: temas contemporâneos. Tradução Edite Sciulli. São Paulo: Contexto, 2002.

DER-AL – Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Alagoas. Estudos de Impacto Ambiental da Rodovia AL-101-Sul, Jequiá / Roteiro. Governo do Estado de Alagoas. Maia Melo Engenharia Ltda. 1990.

DIAS, Daniella S. Desenvolvimento urbano: princípios constitucionais. 1.ed. (2002), 2.tir. Curitiba: Juruá, 2005.

DIAS, Reinaldo. Sociologia do Turismo. 1 ed. Editora: ATLAS, 2002. 256 p.

DIÉGUES JÚNIOR, Manuel. O Bangüê nas Alagoas: traços da influência do sistema econômico do engenho de cana de açúcar na vida e na cultura regional. 3. ed., Maceió: EDUFAL, 2006. 341p. Coleção Nordestina.

FARIA, Calos Aurélio Pimenta de.. Idéias , Conhecimento e Políticas Públicas: um inventário sucinto das principais vertentes analíticas recentes. Revista Brasileira de Ciências Sociais [on line] fev.2003, vol.18, nº 51 [citado 02 de novembro 2003], p.21-30. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>.

FERRAZ, Hermes. Filosofia Urbana. 1.ed. São Paulo: SCORTECCI, 1997. Tomo I.

_____. Filosofia Urbana. São Paulo: SCORTECCI, 1998. Tomo IV.

FNMA – Fundo Nacional do Meio Ambiente. Gestão de recursos pesqueiros é integrada às áreas protegidas. Informativo de Gerência de Fomento a Projetos. 11/01/2002. Disponível em: <http://www.arvore.com.br/artigos/htm_2002/ar1101_1.htm>. Acesso em: 01 de dezembro de 2004.

FURTADO, Celso. Subdesenvolvimento e distribuição de renda. In:_____. Raízes do subdesenvolvimento. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

GIL FILHO, Sylvio Fausto; GIL, A. H. C. F. . Notas sobre o Processo Urbano-Regional Brasileiro. RA EGA (UFPR), Curitiba-PR, 1997. Disponível em: <www.geog.ufpr.br/epistemologiadageografia/documentos/URBANO-REGIONAL.pdf>. Acesso em 01 de junho de 2006.

GIULIANI, Tadeu. Duas Barras é novo point do turismo interno. 1997. Foto, color. Jornal Gazeta de Alagoas. Maceió, 29 de junho de 1997. Turismo.

GONZÁLEZ, Horácio. O que é subdesenvolvimento? 13. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988. Coleção Primeiros Passos, vol.14.

GOVERNO DE ALAGOAS. SETUR-Secretaria Executiva de Turismo do Estado de Alagoas. EMBRATUR. Ministério do Turismo. Brasil. Brasil Alagoas: costa dos coqueirais, Jequiá da Praia. 2005. Foto. Folder.

GUEDES, Enildo Marinho. Curso de Metodologia Científica. 1ªed. Curitiba: HD Livros Editora, 1997.

HALL, Colin Michael. Planejamento Turístico: políticas, processos e relacionamentos. Tradução de Edite Sciulli 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2004.

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Estudos Ambientais para criação Resex Jequiá da Praia (AL). MMA, CNPT, Fundação de Apoio à Pesquisa, Extensão e Ensino em Ciências Agrárias, 2001.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. [Sem título]. 2005. Mapa, color. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 19 de setembro de 2005.

_____. Base Cartográfica do município de Jequiá da Praia (obtida do mapeamento na escala 1/2000, executado em 2002). Prefeitura Municipal de Jequiá da Praia. Plano Diretor Participativo de Jequiá da Praia – PDPJP, 2006 (arquivo dwg, escala gráfica, executado em junho de 2006).

_____. Indicadores Sociais Municipais. Alagoas. 2000.

INSTITUTO ARNON DE MELLO. Enciclopédia Municípios de Alagoas: História, Economia, Geografia. Fascículo 8 - Microrregião de São Miguel dos Campos. 2006.

IPEMA - Instituto de Permacultura e Ecovilas da Mata Atlântica. Agenda 21 do Litoral Norte /SP: Integrar e Mobilizar. 2006. Disponível em: <<http://www.ipemabrasil.org.br/agenda21ubatuba.htm>>. Acesso em: 18 de dezembro de 2006.

JARAGUÁ TURISMO. Alagoas Maceió, Dunas de Marapé. 2005. Foto. Folder.

KRIPPENDORF, Jost. Sociologia do Turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens. Tradução das edições alemã e francesa por Contexto Traduções LTDA. Editora Civilização Brasileira, 1989.

LAGE, Beatriz Helena Gelas; MILONE, Paulo César. Economia do Turismo. 7 ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2001.

LEMOS, João Ribeiro de. Coruripe: sua história, sua gente, suas instituições. Maceió: Ed. do autor, 1999.

LEMOS, Leandro de. O Valor Turístico na Economia da Sustentabilidade. Editora: ALEPH, 2005. 256 p.

LINS, Nide. Sol, praia. 2005. Foto. Praias e Lagoas/Litoral Sul/Jacarecica do Sul. Disponível em: <<http://gazetaweb.globo.com/Canais/Turismo/Praias.php?p=Is>>. Acesso em: 13 de agosto de 2005.

LOMBARDO, Magda A. o uso da maquete como recurso didático em turismo. In: RODRIGUES, Adyr B. (org.). Turismo e desenvolvimento local. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2002.

MAGALHÃES, Cláudia Freitas. Diretrizes para o Turismo Sustentável em Municípios. São Paulo: Roca, 2002.

MARICATO, Ermínia. Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana. Petrópolis, RJ: vozes, 2001.

MARQUES, R.C.C. Uso e Ocupação do Solo no entorno da Lagoa Jequiá. Arquivo pessoal, 1989. Mapa, color. Escala 1/25.000. Dados obtidos a partir de levantamento de campo e fotos aéreas oblíquas.

MARTINS, Elizabeth Carvalho. Turismo e Impactos socioambientais na praia do Francês-AL. Maceió, 2000, 1v. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal de Alagoas, Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente – PRODEMA.

MARTINS, José de Souza. Reflexão crítica sobre o tema da “exclusão social”. In: A sociedade vista do abismo. Novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. São Paulo: Vozes, 2001 p.25-47.

MEDEIROS, Daniel. Igreja de Nossa Senhora do Pilar em Jequiá da Praia (datada de 1762). 2004. In: ROMÃO, Simone R. L.; SILVA, Maria Angélica da. Registro de Memórias: Levantamento da História Oral de Antigos Núcleos Alagoanos. Relatório Final, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas - FAPEAL. Universidade Federal de Alagoas – UFAL. Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem. 2004. Digit.

MERCOSUL. Carta de Mar Del Plata sobre Patrimônio Intangível. Documento de Junho de 1997. IPHAN- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do;jsessionid=660364D066F4AD6A74CA1D0F08027A2A?id=12372&retorno=paginaLegislacao>>. Acesso em 18 de dezembro de 2006.

MOLINA, Sergio. Turismo: metodologia e planejamento. Tradução. Bauru, SP: Edusc, 2005.

MURTA, Stela Maris. Turismo, Preservação e Comunidade. 2002. Disponível em: <<http://www.arvore.com.br/>>. Acesso em: 27 de março de 2006.

NOVAES, Washington (coord.). Agenda 21 Brasileira - Bases para Discussão. Brasília: MMA/PNUD, 2000.

OLIVEIRA, Juliana M. P. et al. Estudo da Oferta e Demanda Turísticas do Município de Jequiá da Praia. Monografia (graduação em Turismo e Lazer) – Centro Federal de Educação Tecnológica de Alagoas, Maceió, 2005.

OLIVEIRA, Moisés Calu de. Viagem de campo pelo litoral alagoano. 2006. Fotos. Apresentação em Power Point. UNEAL.

OLIVERMAR. [sem título]. 2005. Fotos, color. CD.

OMT - Organização Mundial de Turismo, Programa Nacional de Municipalização do Turismo. Planejamento para o Desenvolvimento do Turismo Sustentável em Nível Municipal. Madri, Espanha, 1994.

PAIVA, Maria das Graças de Menezes V. Sociologia do Turismo. 8ª ed. 2003, Campinas, SP: Papirus, 1995.

PDPJP - Plano Diretor Participativo de Jequiá da Praia. Pré-Diagnóstico do Plano Diretor Participativo de Jequiá da Praia. Prefeitura Municipal de Jequiá da Praia, 2006.

PIMENTA, Maria Alzira. Gestão de Pessoas em Turismo: sustentabilidade, qualidade e comunicação. 1 ed. Editora: ALINEA e ÁTOMO, 2003. 220 p.

PIRES, Paulo dos Santos. Paisagem Litorânea de Santa Catarina como Recurso Turístico. In: YAZIGI, Eduardo et al. Turismo: espaço, paisagem e cultura. 3.ed. São Paulo: Hucitec, 2002.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÁ DA PRAIA, Secretaria Municipal de Trabalho, Habitação e Assistência Social. Plano Plurianual de Assistência Social. [2006?].

PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÁ DA PRAIA; SEBRAE -Serviço Brasileiro de apoio às micro e pequenas empresas; DLIS -Programa de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável. Plano de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável de Jequiá da Praia. Agosto de 2002.

PREFEITURA MUNICIPAL. [sem título]. 2003. Fotos, color. CD.

RABAHY, Wilson A. Turismo e Desenvolvimento: estudos econômicos e estatística no planejamento. 1ª ed. Editora: MANOLE, 2003. 220 p.

RIBEIRO, L.C. de Queiroz. Introdução: Cidade, nação e mercado: gênese e evolução da questão urbana no Brasil. In: SACHS, I.; WILHEIM, J.; PINHEIRO, S. (orgs). Brasil: um século de transformações. São Paulo: Cia das Letras, 2001, p. 132-161.

RODRIGUES, Adyr B. Desafios para os estudiosos do turismo. In:_____ (org.). Turismo e Geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1999a.

_____. Percalços do planejamento turístico: o Prodetur-NE. In:_____ (org.). Turismo e Geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1999b.

RODRIGUES, Arlete M. Desenvolvimento sustentável e atividade turística. In: RODRIGUES, Adyr B. (org.). Turismo e desenvolvimento local. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2002.

ROMÃO, Simone R. L.; SILVA, Maria Angélica da. Registro de Memórias: Levantamento da História Oral de Antigos Núcleos Alagoanos. Relatório Final, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas - FAPEAL. Universidade Federal de Alagoas – UFAL. Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem. 2004. Digit.

ROSS, Glen F. Psicologia do turismo. Tradução Dinah Azevedo. São Paulo: Contexto, 2001.

RUSCHMANN, Doris; SOLHA, Karina Toledo. Turismo: uma visão empresarial. 1 ed. Editora: MANOLE, 2003. 220p.

SACHS, Ignacy. Desenvolvimento e direitos humanos. Conferência magistral ao receber o título de Doutor Honoris Causa, na Universidade Federal de Alagoas. Saudações de Rodrigo Ramalho Filho e Vinícius Nobre Lages. Maceió: PRODEMA, 2000.

SANTOS FILHO, João dos. Por que a ação da Embratur se torna preocupante para a formulação de políticas públicas internas em turismo? - Abr/05. 2005. Disponível em: <<http://revistaturismo.cidadeinternet.com.br/artigos/acaoembratur.html>>. Acesso em: 22 de fevereiro de 2006.

SANTOS, Hermínia B. de A.. História: obstáculos ao povoamento de Alagoas. In: _____. Revisão História. Maceió, [199-], 29p. Mimeografado.

SANTOS, Milton. Espaço e Método. 4.ed. São Paulo: Nobel, 1997. Coleção espaços.

_____. Metamorfoses do Espaço Habitado. 5.ed. São Paulo: Hucitec, 1993.

SENNA, Dayse Cristina. O Desenvolvimento Sustentável: evolução e aplicabilidade nos ambientes urbanos. 2004.

SETUR - Secretaria Executiva de Turismo do Estado de Alagoas. Mapa das Regiões Turísticas de Alagoas. Arquivo JPEG. S/escala. 2005.

SETURES - Secretaria Municipal de Turismo e Esportes. Prefeitura Municipal de Jequiá da Praia. Pontos Turísticos. 2006. Fotos. Apresentação em Power Point editada e produzida por John Lennon Silva, em 12 de junho de 2006.

_____. [sem título]. 2005. Fotos, color. CD. Prefeitura Municipal.

_____. Jequiá da Praia: Alagoas - Brasil. [2004 ou 2005]. Folder.

SILVA, Maria da Glória Lanci da. Cidades turísticas: identidades e cenários de lazer. São Paulo: Aleph, 2004. (Série turismo)

SILVEIRA, Marcos A.T. da. Planejamento territorial e dinâmica local: bases para o turismo sustentável. In: RODRIGUES, Adyr B. (org.). Turismo e desenvolvimento local. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2002.

SIMPSON, Patrícia; WALL, Geoffrey. Avaliação do impacto ambiental para o turismo: uma discussão e um exemplo indonésio. In: PEARCE, Douglas G.; BUTLER, Richard W. (orgs.). Desenvolvimento em turismo: temas contemporâneos. Tradução Edite Sciulli. São Paulo: Contexto, 2002.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: questões temáticas e de pesquisa. In: Caderno CRH. Salvador: Centro de Recursos Humanos/UFBa, n.1. 2003. pp. 11-24.

SOUZA, Marcelo L. de. ABC do desenvolvimento urbano. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

SOUZA, Marcelo L. de. Como pode o turismo contribuir para o desenvolvimento local? In: RODRIGUES, Adyr B. (org.). Turismo e desenvolvimento local. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2002.

SUN COMUNICAÇÃO E MARKETING. Guia de informações turísticas “Alagoas Como Você Nunca Viu”. Maceió. Ano II, Nº 2, abril/2002. Edição 2002. pp.228-233.

_____. Guia de informações turísticas “Alagoas Como Você Nunca Viu”. Maceió. Ano III, Nº 3. Edição 2003. pp.285-289.

THOMAS, Alan; POTTER, David. Development, capitalism and the nation state. In: THOMAS, Alan; ALLEN, Tim (org.). Poverty and development in the 1990s. New York: The Open University, 1992.

TODARO, M.P. O significado do desenvolvimento. In: _____. Introdução à economia: uma visão para o terceiro mundo: uma introdução aos princípios, problemas e políticas para o desenvolvimento. Tradução Eliane Leopoldino de Barros, Jorge Arnaldo Fortes e José Laurenio de Melo; revisão técnica de Cláudio Monteiro Considera. Rio de Janeiro: Campus, 1981.

UNESCO; ICCROM; ICOMOS. Conferência de Nara. Conferência sobre autenticidade em relação à convenção do Patrimônio Mundial. 6 de novembro de 1994. IPHAN- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do;jsessionid=660364D066F4AD6A74CA1D0F08027A2A?id=12372&retorno=paginaLegislacao>>. Acesso em 18 de dezembro de 2006.

VALENÇA, Márcio M.; GOMES, Rita de Cássia C. (orgs.). Globalização. Idéias soltas no ar. In: _____. Globalização e Desigualdade. Natal: A.S. Editores, 2002.

VASCONCELLOS, Marco Antônio; CARVALHO, Luiz Carlos. Introdução a Economia do Turismo. 1 ed. Editora: SARAIVA, 2005. 306 p.

VEIGA, José Eli da. A Insustentável Utopia do Desenvolvimento. In: CARLEIAL, Liana Maria da F.; NABUCO, Maria Regina (orgs.). Reestruturação do Espaço Urbano e Regional no Brasil. 4.ed. São Paulo: Hucitec, 2002. pp. 149-169.

YAZIGI, Eduardo. Civilização Urbana, Planejamento e Turismo: Discípulos do Amanhecer. São Paulo: Contexto, 2003.

YIN, Robert K. Estudo de caso: planejamento e métodos. Tradução Daniel Grassi. 3.ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

YOSHINAGA, Mário. Infra-estrutura urbana e Plano Diretor. Vitruvius, Texto Especial 182 – maio 2003. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/esp182.asp>>. Acesso em: 16 de agosto de 2005.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Agenda da entrevista aplicada para a Coordenadora do PRT / Alagoas.

APÊNDICE B – Agenda da entrevista aplicada para o Secretário de Turismo e Esportes.

APÊNDICE C – Agenda da entrevista aplicada para o Secretário de Viação e Obras.

APÊNDICE D – Agenda da entrevista aplicada para os Empresários.

APÊNDICE E – Agenda da entrevista aplicada para a População local.

APÊNDICE A – Agenda da entrevista aplicada para a Coordenadora do PRT / Alagoas.

UNIVERSIDADE DE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL.
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO.
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO
MESTRADO EM DINÂMICAS DO ESPAÇO HABITADO

DISSERTAÇÃO: DESENVOLVIMENTO URBANO E TURISMO: UMA ANÁLISE DA DINÂMICA URBANA EM JEQUIÁ DA PRAIA - AL
MESTRANDA: MARIA VERÔNICA LINS PALMEIRA
ORIENTADOR: FLÁVIO ANTÔNIO MIRANDA DE SOUZA

Questões aplicadas para a Coordenadora do Programa de Regionalização do Turismo em Alagoas – PRT, em junho de 2006.

Prezado(a) Sr(a).,

Esta agenda de entrevista faz parte de um estudo sobre o desenvolvimento da atividade turística na cidade de Jequiá da Praia. Este estudo é desenvolvido na UFAL e as informações dadas pelo(a) Sr.(a) serão confidenciais. Sua ajuda em responder estas perguntas será de grande importância. A entrevista deve durar mais ou menos uma hora.

Referência nº:...../.....

Nome:.....

Endereço:.....

.....

Data:...../...../.....

Hora:.....

A – Estas perguntas são sobre a sua atuação profissional:

1. Qual a formação e atuação profissional da Sra.?

.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....

2. Há quanto tempo a Sra. ocupa este cargo? Antes de ocupá-lo a Sra. pertencia ao quadro de funcionários desta ou de outra secretaria?

.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL.
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO.
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO
MESTRADO EM DINÂMICAS DO ESPAÇO HABITADO

DISSERTAÇÃO: DESENVOLVIMENTO URBANO E TURISMO: UMA ANÁLISE DA DINÂMICA URBANA EM JEQUIÁ DA PRAIA - AL
MESTRANDA: MARIA VERÔNICA LINS PALMEIRA
ORIENTADOR: FLÁVIO ANTÔNIO MIRANDA DE SOUZA

Questões aplicadas para a Coordenadora do Programa de Regionalização do Turismo em Alagoas – PRT, em junho de 2006.

B – Agora farei perguntas sobre a política de turismo em Alagoas e em Jequiá da Praia:

3. Qual a sua participação na elaboração e implementação das políticas de turismo em Alagoas?

.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....

4. Existe um Fórum Estadual de Turismo em Alagoas? Caso positivo como funciona e por quem é composto?

.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....

5. Quais as políticas de turismo existentes no litoral sul do Estado e mais especificamente na cidade de Jequiá da Praia?

.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....

6. Como essas ações estão relacionadas com o sistema de Gestão proposto pelo Plano Nacional de Turismo?

.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....

7. O Programa Nacional de Municipalização do Turismo ainda está em vigor?

.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....

8. O Programa de Regionalização do Turismo seria um substituto ao PNMT?

.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....

9. O PRODETUR-NE tem alguma atuação na região sul do Estado?

.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....

UNIVERSIDADE DE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL.
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO.
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO
MESTRADO EM DINÂMICAS DO ESPAÇO HABITADO

DISSERTAÇÃO: DESENVOLVIMENTO URBANO E TURISMO: UMA ANÁLISE DA DINÂMICA URBANA EM JEQUIÁ DA PRAIA - AL
MESTRANDA: MARIA VERÔNICA LINS PALMEIRA
ORIENTADOR: FLÁVIO ANTÔNIO MIRANDA DE SOUZA

Questões aplicadas para a Coordenadora do Programa de Regionalização do Turismo em Alagoas – PRT, em junho de 2006.

C – Agora estas perguntas são sobre o desenvolvimento da atividade turística na cidade de Jequiá da Praia:

10. Jequiá da Praia participou do Programa Nacional de Municipalização do Turismo? Caso positivo como foi a implementação do programa?

.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....

11. Quanto aos empreendimentos turísticos existentes em Jequiá da Praia, qual a participação da gestão administrativa?

.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....

12. Quem implementa as políticas ou ações de turismo em Jequiá da Praia?

.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....

APÊNDICE B – Agenda da entrevista aplicada para o Secretário de Turismo e Esportes.

UNIVERSIDADE DE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL.
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO.
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO
MESTRADO EM DINÂMICAS DO ESPAÇO HABITADO

DISSERTAÇÃO: DESENVOLVIMENTO URBANO E TURISMO: UMA ANÁLISE DA DINÂMICA URBANA EM JEQUIÁ DA PRAIA - AL
MESTRANDA: MARIA VERÔNICA LINS PALMEIRA
ORIENTADOR: FLÁVIO ANTÔNIO MIRANDA DE SOUZA

Questões aplicadas para o Secretário de Turismo e Esportes do Município, em junho de 2006.

B – Agora estas perguntas são sobre as atividades desenvolvidas pela Secretaria de Turismo e Esportes de Jequiá da Praia:

3. Qual a função da Secretaria de Turismo e Esportes no município?

.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....

4. Qual a sua participação na elaboração e implementação das políticas de turismo em Jequiá da Praia?

.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....

UNIVERSIDADE DE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL.
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO.
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO
MESTRADO EM DINÂMICAS DO ESPAÇO HABITADO

DISSERTAÇÃO: DESENVOLVIMENTO URBANO E TURISMO: UMA ANÁLISE DA DINÂMICA URBANA EM JEQUIÁ DA PRAIA - AL
MESTRANDA: MARIA VERÔNICA LINS PALMEIRA
ORIENTADOR: FLÁVIO ANTÔNIO MIRANDA DE SOUZA

Questões aplicadas para o Secretário de Turismo e Esportes do Município, em junho de 2006.

C – Agora farei perguntas sobre a política de turismo em Jequiá da Praia:

5. Quais as políticas de turismo existentes na cidade de Jequiá da Praia?

.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....

6. Como essas ações estão relacionadas com o sistema de Gestão proposto pelo Plano Nacional de Turismo?

.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....

7. O Programa de Regionalização do Turismo seria um substituto ao Programa Nacional de Municipalização do Turismo PNMT?

.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....

8. Jequiá da Praia participou do PNMT? Caso positivo como foi a implementação do programa?

.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....

9. O município pertence a qual região turística? Quais são os municípios que a compõem e como é a participação destes?

.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....

10. Qual a participação do município no Fórum Estadual de Turismo de Alagoas?

.....
.....
.....
.....
.....
.....

11. Quem implementa as políticas ou ações de turismo em Jequiá da Praia?

.....
.....
.....
.....
.....
.....

12. Na sua opinião, Existe uma Política Pública de Turismo na cidade de Jequiá da Praia?

.....
.....
.....
.....
.....
.....

UNIVERSIDADE DE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL.
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO.
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO
MESTRADO EM DINÂMICAS DO ESPAÇO HABITADO

DISSERTAÇÃO: DESENVOLVIMENTO URBANO E TURISMO: UMA ANÁLISE DA DINÂMICA URBANA EM JEQUIÁ DA PRAIA - AL
MESTRANDA: MARIA VERÔNICA LINS PALMEIRA
ORIENTADOR: FLÁVIO ANTÔNIO MIRANDA DE SOUZA

Questões aplicadas para o Secretário de Turismo e Esportes do Município, em junho de 2006.

D – Agora estas perguntas são sobre o desenvolvimento da atividade turística na cidade de Jequiá da Praia:

13. Qual a participação de Jequiá da Praia no II Salão de Turismo? Quais pontos turísticos do município foram mostrados neste evento?

.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....

14. Quanto aos empreendimentos turísticos existentes em Jequiá da Praia, qual a participação da gestão administrativa?

.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....

15. Quais as atividades turísticas existentes no município? E como estas estão sendo desenvolvidas?

.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....

16. Qual o nível de investimento que o município tem direcionado para a atividade turística?

.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....

17. Qual a integração entre as demais secretarias e a de turismo no desenvolvimento da atividade turística?

.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....

APÊNDICE C – Agenda da entrevista aplicada para o Secretário de Viação e Obras.

UNIVERSIDADE DE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL.
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO.
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO
MESTRADO EM DINÂMICAS DO ESPAÇO HABITADO

DISSERTAÇÃO: DESENVOLVIMENTO URBANO E TURISMO: UMA ANÁLISE DA DINÂMICA URBANA EM JEQUIÁ DA PRAIA - AL
MESTRANDA: MARIA VERÔNICA LINS PALMEIRA
ORIENTADOR: FLÁVIO ANTÔNIO MIRANDA DE SOUZA

Questões aplicadas para o Secretário de Viação e Obras do Município, em janeiro de 2007.

Prezado(a) Sr(a).,

Esta agenda de entrevista faz parte de um estudo sobre o desenvolvimento da atividade turística na cidade de Jequiá da Praia. Este estudo é desenvolvido na UFAL e as informações dadas pelo(a) Sr.(a) serão confidenciais. Sua ajuda em responder estas perguntas será de grande importância. A entrevista deve durar mais ou menos uma hora.

Referência nº:...../.....

Nome:.....

Endereço:.....

.....

Data:...../...../.....

Hora:.....

A – Estas perguntas são sobre a sua atuação profissional:

1. Qual a formação e atuação profissional do Sr.?

.....
.....
.....
.....

2. Há quanto tempo o Sr. trabalha nesta cidade?

.....
.....
.....
.....

3. O Sr. ocupou sempre esse mesmo cargo? Caso contrário, quais outros cargos já ocupou nesta cidade?

.....
.....
.....
.....

UNIVERSIDADE DE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL.
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO.
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO
MESTRADO EM DINÂMICAS DO ESPAÇO HABITADO

DISSERTAÇÃO: DESENVOLVIMENTO URBANO E TURISMO: UMA ANÁLISE DA DINÂMICA URBANA EM JEQUIÁ DA PRAIA - AL
MESTRANDA: MARIA VERÔNICA LINS PALMEIRA
ORIENTADOR: FLÁVIO ANTÔNIO MIRANDA DE SOUZA

Questões aplicadas para o Secretário de Viação e Obras do Município, em janeiro de 2007.

B – Agora estas perguntas são sobre as atividades desenvolvidas pela Secretaria de Viação e Obras de Jequiá da Praia:

4. Qual a função da Secretaria de Viação e Obras no município?

.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....

5. Quais as ações que vem sendo desenvolvidas pela Secretaria?

.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....

6. Existe um Planejamento Urbano em Jequiá da Praia?

.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....

UNIVERSIDADE DE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL.
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO.
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO
MESTRADO EM DINÂMICAS DO ESPAÇO HABITADO

DISSERTAÇÃO: DESENVOLVIMENTO URBANO E TURISMO: UMA ANÁLISE DA DINÂMICA URBANA EM JEQUIÁ DA PRAIA - AL
MESTRANDA: MARIA VERÔNICA LINS PALMEIRA
ORIENTADOR: FLÁVIO ANTÔNIO MIRANDA DE SOUZA

Questões aplicadas para o Secretário de Viação e Obras do Município, em janeiro de 2007.

C – Agora farei perguntas sobre desenvolvimento urbano:

7. O que o Sr. entende por Desenvolvimento Urbano?

.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....

8. Por que foi elaborado o Plano Diretor Participativo de Jequiá da Praia?

.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....

9. Em qual fase está o Plano Diretor Participativo?

.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....

UNIVERSIDADE DE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL.
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO.
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO
MESTRADO EM DINÂMICAS DO ESPAÇO HABITADO

DISSERTAÇÃO: DESENVOLVIMENTO URBANO E TURISMO: UMA ANÁLISE DA DINÂMICA URBANA EM JEQUIÁ DA PRAIA - AL
MESTRANDA: MARIA VERÔNICA LINS PALMEIRA
ORIENTADOR: FLÁVIO ANTÔNIO MIRANDA DE SOUZA

Questões aplicadas para o Secretário de Viação e Obras do Município, em janeiro de 2007.

D – Agora estas perguntas são sobre o desenvolvimento da atividade turística na cidade de Jequiá da Praia:

10. O que o Sr. entende por desenvolvimento do turismo?

.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....

11. Entre as ações desenvolvidas pela Secretaria existe alguma(s) relacionada(s) com o desenvolvimento da atividade turística?

.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....

12. Existe alguma ação conjunta das Secretarias de Turismo e de Viação e Obras?

.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....

UNIVERSIDADE DE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL.
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO.
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO
MESTRADO EM DINÂMICAS DO ESPAÇO HABITADO

DISSERTAÇÃO: DESENVOLVIMENTO URBANO E TURISMO: UMA ANÁLISE DA DINÂMICA URBANA EM JEQUIÁ DA PRAIA - AL
MESTRANDA: MARIA VERÔNICA LINS PALMEIRA
ORIENTADOR: FLÁVIO ANTÔNIO MIRANDA DE SOUZA

Questões aplicadas para o Secretário de Viação e Obras do Município, em janeiro de 2007.

E – E agora estas perguntas são sobre a sua opinião sobre o desenvolvimento do turismo na cidade de Jequiá da Praia:

13. O que o Sr pensa sobre o turismo em Jequiá da Praia?

.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....

14. Na opinião do Sr. tem alguma coisa que precisa ser melhorada para atender à população e aos turistas? Caso afirmativo o quê?

.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....

15. Na sua opinião existe alguma relação entre o desenvolvimento da cidade e o desenvolvimento do turismo? Qual é essa relação?

.....
.....
.....
.....
.....
.....

APÊNDICE D – Agenda da entrevista aplicada para os Empresários.

UNIVERSIDADE DE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL.
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO.
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO
MESTRADO EM DINÂMICAS DO ESPAÇO HABITADO

DISSERTAÇÃO: DESENVOLVIMENTO URBANO E TURISMO: UMA ANÁLISE DA DINÂMICA URBANA EM JEQUIÁ DA PRAIA - AL MESTRANDA: MARIA VERÔNICA LINS PALMEIRA ORIENTADOR: FLÁVIO ANTÔNIO MIRANDA DE SOUZA

Questões aplicadas para os Empresários, em janeiro de 2007.

Prezado(a) Sr(a),.

Esta agenda de entrevista faz parte de um estudo sobre o desenvolvimento da atividade turística na cidade de Jequiá da Praia. Este estudo é desenvolvido na UFAL e as informações dadas pelo(a) Sr.(a) serão confidenciais. Sua ajuda em responder estas perguntas será de grande importância. A entrevista deve durar mais ou menos uma hora.

Referência nº:...../.....

Nome:.....

Endereço:.....

Data:...../...../.....

Hora:.....

A – Estas perguntas são sobre a sua atuação profissional:

1. Qual a formação e atuação profissional do Sr.?

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

2. Há quanto tempo o(a) Sr(a) atua na área de empreendimentos turísticos?

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

UNIVERSIDADE DE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL.
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO.
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO
MESTRADO EM DINÂMICAS DO ESPAÇO HABITADO

DISSERTAÇÃO: DESENVOLVIMENTO URBANO E TURISMO: UMA ANÁLISE DA DINÂMICA URBANA EM JEQUIÁ DA PRAIA - AL
MESTRANDA: MARIA VERÔNICA LINS PALMEIRA
ORIENTADOR: FLÁVIO ANTÔNIO MIRANDA DE SOUZA

Questões aplicadas para os Empresários, em janeiro de 2007.

B – Agora estas perguntas são sobre o seu empreendimento turístico em Jequiá da Praia:

3. Desde que ano existe o empreendimento?

.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....

4. Como foi implantado esse empreendimento? Já possuía o terreno ou comprou especificamente para construí-lo?

.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....

5. Onde residem os funcionários?

.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....

UNIVERSIDADE DE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL.
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO.
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO
MESTRADO EM DINÂMICAS DO ESPAÇO HABITADO

DISSERTAÇÃO: DESENVOLVIMENTO URBANO E TURISMO: UMA ANÁLISE DA DINÂMICA URBANA EM JEQUIÁ DA PRAIA - AL
MESTRANDA: MARIA VERÔNICA LINS PALMEIRA
ORIENTADOR: FLÁVIO ANTÔNIO MIRANDA DE SOUZA

Questões aplicadas para os Empresários, em janeiro de 2007.

C – Agora estas perguntas são sobre o desenvolvimento da atividade turística na cidade de Jequiá da Praia:

6. O que o Sr. entende por desenvolvimento do turismo?

.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....

7. Quanto aos empreendimentos turísticos existentes, há alguma participação da gestão administrativa municipal?

.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....

8. Quem implementa as políticas ou ações de turismo em Jequiá da Praia?

.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL.
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO.
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO
MESTRADO EM DINÂMICAS DO ESPAÇO HABITADO

DISSERTAÇÃO: DESENVOLVIMENTO URBANO E TURISMO: UMA ANÁLISE DA DINÂMICA URBANA EM JEQUIÁ DA PRAIA - AL
MESTRANDA: MARIA VERÔNICA LINS PALMEIRA
ORIENTADOR: FLÁVIO ANTÔNIO MIRANDA DE SOUZA

Questões aplicadas para os Empresários, em janeiro de 2007.

D – E agora estas perguntas são sobre a sua opinião sobre o desenvolvimento do turismo na cidade de Jequiá da Praia:

9. O que poderia ser feito para melhorar o turismo em Jequiá da Praia?

.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....

10. Como o Sr. vê o desenvolvimento do turismo em Jequiá da Praia?

.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....

APÊNDICE E – Agenda da entrevista aplicada para a População local.

UNIVERSIDADE DE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL.
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO.
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO
MESTRADO EM DINÂMICAS DO ESPAÇO HABITADO

DISSERTAÇÃO: DESENVOLVIMENTO URBANO E TURISMO: UMA ANÁLISE DA DINÂMICA URBANA EM JEQUIÁ DA PRAIA - AL
MESTRANDA: MARIA VERÔNICA LINS PALMEIRA
ORIENTADOR: FLÁVIO ANTÔNIO MIRANDA DE SOUZA

Questões aplicadas para a população do povoado Barra de Jequiá, em janeiro de 2007.

Prezado(a) Sr(a),.

Esta agenda de entrevista faz parte de um estudo sobre o desenvolvimento da atividade turística na cidade de Jequiá da Praia. Este estudo é desenvolvido na UFAL e as informações dadas pelo(a) Sr.(a) serão confidenciais. Sua ajuda em responder estas perguntas será de grande importância. A entrevista deve durar mais ou menos uma hora.

Referência n°:...../.....

Nome:.....

Endereço:.....

.....

Data:...../...../.....

Hora:.....

A – Estas perguntas são para eu conhecer um pouco sobre o Sr(a):

1. Há quanto tempo o(a) Sr(a) mora neste local?

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

.....

2. Gostaria de saber qual?

2. Sexo	3. Idade	4. Origem		5. Escolaridade	6. Emprego	
[0] F		[1] Jequiá da Praia	Se ≥	[1]Educ. infantil	[1]Nunca trabalhou	Se ≥ [3]
[1] M		[2]São Miguel dos Campos	[2],	[2]Ens. Fund.	[2]Desempregado	qual
		[3] Poxim	quando	[3]Ens. Médio	[3]Autônomo	atividade?
		[4] Coruripe	migrou?	[4]Ens.Superior	[4]Empregado	
		[5]Outra cidade		[5]Iltrado	[5]Aposentado	
		[6]Outro Estado		[6]Fora da escola		
				[7]nunca estudou		

UNIVERSIDADE DE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL.
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO.
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO
MESTRADO EM DINÂMICAS DO ESPAÇO HABITADO

DISSERTAÇÃO: DESENVOLVIMENTO URBANO E TURISMO: UMA ANÁLISE DA DINÂMICA URBANA EM JEQUIÁ DA PRAIA - AL
MESTRANDA: MARIA VERÔNICA LINS PALMEIRA
ORIENTADOR: FLÁVIO ANTÔNIO MIRANDA DE SOUZA

Questões aplicadas para a população do povoado Barra de Jequiá, em janeiro de 2007.

B – Agora estas perguntas são sobre a atividade turística na cidade de Jequiá da Praia:

7. Vem turista aqui? Caso afirmativo vem muito ou pouco turista?

.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....

8. Mudou alguma coisa na sua vida após a vinda dos turistas?

.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....

9. O que o(a) Sr(a) pensa sobre o turismo em Jequiá da Praia?

.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....

UNIVERSIDADE DE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL.
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO.
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO
MESTRADO EM DINÂMICAS DO ESPAÇO HABITADO

DISSERTAÇÃO: DESENVOLVIMENTO URBANO E TURISMO: UMA ANÁLISE DA DINÂMICA URBANA EM JEQUIÁ DA PRAIA - AL
MESTRANDA: MARIA VERÔNICA LINS PALMEIRA
ORIENTADOR: FLÁVIO ANTÔNIO MIRANDA DE SOUZA

Questões aplicadas para a população do povoado Barra de Jequiá, em janeiro de 2007.

C – Agora farei perguntas sobre a sua participação na atividade turística:

10. O(a) Sr(a) participa de alguma atividade relacionada ao turismo? Caso afirmativo qual a atividade e forma de participação?

.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....

11. O(a) Sr(a) gostaria de participar de alguma atividade relacionada ao turismo? Caso afirmativo qual a atividade e forma de participação?

.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....

UNIVERSIDADE DE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL.
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO.
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO
MESTRADO EM DINÂMICAS DO ESPAÇO HABITADO

DISSERTAÇÃO: DESENVOLVIMENTO URBANO E TURISMO: UMA ANÁLISE DA DINÂMICA URBANA EM JEQUIÁ DA PRAIA - AL
MESTRANDA: MARIA VERÔNICA LINS PALMEIRA
ORIENTADOR: FLÁVIO ANTÔNIO MIRANDA DE SOUZA

Questões aplicadas para a população do povoado Barra de Jequiá, em janeiro de 2007.

D – E agora estas perguntas são sobre a sua opinião sobre o desenvolvimento da atividade turística na cidade de Jequiá da Praia:

12. O(a) Sr(a) acha que o turismo pode trazer algum benefício para a sua cidade ou não? Caso positivo qual e por quê?

.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....

13. Na opinião do(a) Sr(a) tem alguma coisa que precisa ser melhorada para atender à população e aos turistas? Caso afirmativo o quê?

.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....

14. O(a) Sr(a) tem alguma expectativa em relação ao desenvolvimento do turismo? Caso afirmativo qual(is)?

.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....

ANEXOS

ANEXO A – Decreto estadual 5675 de 03 de fevereiro de 1995.

ANEXO B – Decreto federal de 27 de setembro de 2001.

ANEXO C – Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta - 31 de outubro de 2000.